

# Aborto Escrever a frio... quanto baste



Quatro oportunidades para a resolução de um problema.

■ **Luísa Araújo** Pág. 20

# Sociedades desportivas ou empresários à força

O diploma do Governo sobre as sociedades desportivas é completamente destituído do mais elementar bom senso.

■ **António Filipe** Pág. 21

# Educação sexual nas escolas Para quando? E como?

É preciso debater os problemas com frontalidade, exigindo disponibilidade e vontade política do Governo para lhes dar resposta.

■ **Manuela Silva** Pág. 23

**AUTARQUICAS**  
CDU é obra!

**PORTO** Afirmar a CDU como alternativa no distrito

**«A festa!»**

- Jornadas de trabalho já começaram
- Compra a tua EP!

Agenda

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português  
Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Junho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1229 • Director: Carlos Brito

# Após a privatização da EDP TRABALHADORES NÃO DESARMAM

A empresa tem compromissos para além da corrida aos lucros. É preciso evitar que se repita no sector eléctrico o que se verificou na venda da Rodovária.



Págs. 5 e 6

**46 mil assinaturas pelo referendo**

**Não à Moeda Única!**  
**Sim ao Referendo!**  
PCP

António Abreu, Carlos Brito, Fernanda Lapa, Lino de Carvalho, Blasco Hugo Fernandes, João Cunha Serra, João Carlos Louçã e José Falcão compuseram a delegação que entregou na AR o abaixo-assinado reclamando o referendo sobre a moeda única.

Pág. 11

**Ken Coates ao «Avante!»**  
**É necessário restaurar a medida humana da economia**

O deputado trabalhista britânico no Parlamento Europeu fala da luta pelo pleno emprego.

Págs. 14 e 19



## EDITORIAL

## Tudo como dantes?



Trabalhadores da EDP contra a privatização

## RESUMO

11  
Quarta-feira

Carlos Carvalhas encontra-se com o primeiro-ministro para discutir a revisão do tratado de Maastricht ■ No Algarve, um pescador espanhol é atingido a tiro pela Polícia marítima portuguesa alegadamente depois de violar as águas nacionais e abalroar o barco português ■ Registam-se confrontos no norte de Angola entre a Unita e tropas governamentais ■ Forças do exército nigeriano e soldados da Serra Leoa travam combates junto ao aeroporto de Lungi, perto de Freetown ■ Continuam os combates no Congo, apesar do cessar-fogo unilateral decretado pelo presidente Pascoal Lissouba ■ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento afirma no seu relatório que as diferenças entre ricos e pobres estão a aumentar cada vez mais no mundo.

12  
Quinta-feira

Jorge Sampaio prossegue a Presidência Aberta pelo interior do país ■ É divulgada uma carta aberta assinada por 331 professores de Economia de todos os países da UE dirigida aos responsáveis dos Quinze, em que protestam contra o actual modelo de construção de moeda única ■ O Parlamento Europeu denuncia a existência de fraudes eleitorais nas eleições indonésias ■ Ocorrem confrontos entre palestinos e o exército israelita, em Rafah, na Faixa de Gaza ■ No Congo-Brazzaville, prossegue a retirada de cidadãos estrangeiros.

13  
Sexta-feira

Na cimeira franco-alemã, os representantes dos dois países não chegam a acordo quanto ao pacto de estabilidade ■ Nas eleições municipais de Marrocos, a actual maioria de centro-direita recebe dois terços dos votos e a coligação de esquerda um terço ■ Um incêndio num cinema em Nova Deli, na Índia, causa 60 mortos e uma centena de feridos.

14  
Sábado

O PCP pede a ratificação pela AR do decreto-lei que regula a Lei-Quadro do Ensino Pré-Escolar ■ O Presidente da República defende que é necessário repensar a Política Agrícola Comum ■ Cerca de trinta mil

pessoas chegam a Amsterdão para protestar contra o desemprego na União Europeia ■ As partes em confronto no Congo mostram-se dispostas a negociar a paz sob os auspícios do Gabão, da ONU e da OUA ■ Na Argélia, Ahmed Ouyahia é indigitado primeiro-ministro pelo presidente Liamine Zerual ■ Timothy McVeigh, culpado pelo atentado de Oklahoma, é condenado à morte por injeção letal ■ Falece, em Lisboa, o poeta Al Berto.

15  
Domingo

Álvaro Cunhal almoça com actuais e ex-trabalhadores da Lisnave ■ A campanha eleitoral para as eleições gerais albanesas prossegue, marcada pela violência ■ Realizam-se eleições na Croácia ■ Um grupo de soldados colombianos feitos prisioneiros há mais de 290 dias pela guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia chega a Cartagena da Chaira para ser libertado.

16  
Segunda-feira

A Cimeira de Amsterdão aprova um plano de estabilidade aplicável aos países que aderirem à moeda única ■ 30 por cento do capital da EDP é vendido na bolsa de valores ■ Adelino Gomes demite-se de director de programas da RDP ■ Imprensa argelina revela que pelo menos nove civis foram degolados em Argel e Tipaza ■ O presidente do Gabão começa a receber as partes envolvidas na crise congoleza ■ Seis civis palestinos são feridos por soldados israelitas em Hebron ■

17  
Terça-feira

Iniciam-se os exames do 12º ano ■ O ministro Alberto Costa admite a criação de um Sindicato da PSP quando esta estiver estruturada em direcção-geral ■ O Tribunal de Contas detecta um buraco de 6,4 milhões de contos nas contas da Região Autónoma da Madeira ■ A Comissão Nacional de Eleições declara ilícita a actuação de Fernando Gomes, presidente da CM do Porto, que mandou retirar propaganda partidária das ruas da cidade ■ Rui Rio demite-se do cargo de secretário-geral do PSD ■ Um dia depois da privatização da EDP, as acções vendidas a 2250 escudos atingem um máximo de 4050 escudos.

Nas vésperas do cimeira de Amsterdão, o euro-optimismo chegou a andar assustado. As «irrealistas exigências» do novo governo francês de medidas de combate ao desemprego e as suas «absurdas objecções» ao «pacto de estabilidade» podiam empanar a marcha do «euro». Mas na terça-feira, ao fim da tarde, as televisões e as rádios alinhadas com a União Europeia Neoliberal já suspiravam de alívio e o suspiro prolongou-se na imprensa escrita, do mesmo alinhamento, na quarta de manhã.

Entre nós, o mais exuberante foi o «Público», titulando, na primeira página, em amarelo mostarda num fundo azul: «Euro avança». O «Diário de Notícias» preferiu sublinhar o acontecimento com uma enorme foto a cores, também na primeira página, e uma legenda alusiva: «Acordo. Os líderes conseguiram salvar o euro». Por sua vez, «A Capital» seguiu igualmente a linha da salvação, mas com alguma ironia: «Cosmética salva euro», enquanto o «Jornal de Notícias» e o «Correio da Manhã», mais discretos, insistiram na «estabilidade» alcançada.

Estes títulos da imprensa traduziram, de uma maneira ou de outra, as declarações dos governantes, incluindo as do primeiro-ministro António Guterres, e dos comentadores alinhados todos salientando a superação da crise e o avanço conseguido.

Mas será assim? Será que tudo continua como dantes? E o susto foi um mero bluff do novo governo francês que o chanceler alemão Kohl meteu rapidamente na ordem?

O editorial de «L'Humanité», de terça-feira, observava de forma sugestiva: «um fantasma percorre a Europa: o fantasma do desemprego. Pela primeira vez ele assombrou as altas esferas da diplomacia, perturbou os mecanismos bem oleados da relojoaria europeia, ocupou os espíritos dos chefes de Estado e de governo e inspirou a redacção de um texto novo».

É uma evidência, que ninguém ousa contraditar, que a resolução sobre o emprego, sem qualquer suporte de medidas ou de meios, é uma declaração piedosa para francês ver, que não representará coisa nenhuma para os 18 milhões de desempregados da União e todos os demais que têm os seus postos de trabalho ameaçados.

**O importante é que o susto que ensombrou a cimeira de Amsterdão não foi uma zanga de governantes, mas o afloramento da profunda crise social em que os países da União Europeia foram mergulhados pela corrida para a moeda única e da resistência dos povos, pela luta e pelo voto, contra tal corrida.**

Os governantes chegaram aos seus compromissos, como já era de esperar. Para os povos as duras consequências continuam e a luta também, agora com maior certeza de que ela repercute nas altas esferas e que pode perturbar, baralhar e sustar os planos por estas definidos.

Ao intervirmos, em nome do PCP, na Conferência Internacional sobre «Alternativas Progressistas para a União Europeia Neoliberal», realizada também em Amsterdão, nas vésperas da cimeira, Agostinho Lopes salientou que «na nossa opinião, não há conciliação possível entre a manutenção do núcleo duro das políticas de Maastricht e, em particular, da UEM, e a concretização dos objectivos emprego e coesão social».

Não se tratou de uma afirmação solta, mas da conclusão de uma análise que tem por base principal a situação do nosso pró-

prio país onde todos os dados estatísticos confirmam o agravamento da situação social e o crescimento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais.

É claro que o primeiro-ministro, António Guterres, não tem pejo em afirmar, como fez na recente entrevista ao «Público»: «Eu acho que vai ser possível aliar o rigor à consciência social. Sempre foi isso que defendi para Portugal, é isso que defendo para a Europa.»

No que respeita a Portugal, sabe-se que, na prática, o Governo PS tem gerido essa tal «aliança» privilegiando sempre os interesses do capital, como na vigarice das 40 horas, no dito por não dito em relação à redução da idade da reforma das mulheres, nas políticas de «contenção» salarial e de «flexibilização» da legislação laboral, nas ruinosas e escandalosas privatizações.

**Em relação à Europa, assistimos agora à tentativa oportunista do primeiro-ministro de se colar às posições francesas sobre o emprego, arrogando-se até um certo papel de pioneiro pelo que disse numa remota cimeira de Madrid, logo no início do seu consulado.**

A verdade é que de então para cá parecia ter abandonado não só a causa como as motivações, pois chegou a alegar, em resposta a críticas do PCP, que a moeda única, que arvorou em desígnio nacional, traria só por si o desenvolvimento e o emprego.

Já é alguma coisa que o primeiro-ministro reconheça, implicitamente, que se enganou e sobretudo quando, em matéria de revisão do Tratado de Maastricht, a montanha pariu um rato em Amsterdão.

A cimeira de Amsterdão pôs mais uma vez em evidência a arrogância de verdadeiros patrões da União Europeia com que se comportam o chanceler Kohl e os demais representantes alemães.

O mais espantoso é a naturalidade com que esta situação é aceite pelos governantes, os comentadores e os jornalistas dos outros países.

A nossa imprensa esgotou a paleta dos adjectivos para enaltecer a firmeza do chanceler alemão e traduziu a decisão sobre a questão do emprego em frases como esta: «A França teve uma vez mais de se submeter a grande parte das condições alemãs para o euro.»

Os alemães não esconderam realmente o seu contentamento. Quanto à resolução sobre o emprego, o ministro das Finanças, Theo Waigel, afirmou que ele não pressupõe que a União seja dotada «nem de recursos, nem de competências».

Garantiu que «a Alemanha pode estar tranquila pois não se introduziu nenhuma alteração no Pacto de Estabilidade». E acrescentou, em directa referência à França: «Não se lhe fizeram concessões.»

Estas é que são as palavras que remetem para a verdadeira face da União Europeia Neoliberal e não a cosmética social com que Amsterdão tenta disfarçar Maastricht.

É em relação a ela que importa preparar alternativas progressistas.

**É contra ela que é imperioso desenvolver a luta em cada Estado-membro, como acontece no nosso país com a campanha pelo referendo sobre a moeda única que reuniu mais de 46 mil assinaturas.**

**É contra ela que é preciso reforçar as iniciativas, a solidariedade e a luta comum à escala do conjunto da União Europeia, como aconteceu há um ano em Paris, no mês passado em Lisboa, agora em Amsterdão (com a Conferência Internacional e a grande manifestação de massas de mais de cinquenta mil participantes), como acontecerá proxima-mente em Madrid.**

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## República das bananas?

A questão que hoje convoca o comentário é a seguinte:

É legítimo, do ponto de vista político democrático e do funcionamento constitucional das instituições, que o Governo recorra à publicação de um decreto-lei para tentar alterar orientações políticas que a Assembleia da República acabou de aprovar sob a forma de Lei? E que utilize esse procedimento exactamente para fazer passar políticas que, expressamente, não tiveram o apoio da maioria dos deputados, inclusive do partido que suporta o actual executivo?

É o que se está a passar com o decreto-lei nº 141/97 que o Governo fez publicar no Diário da República na semana passada. Através do qual o Ministério da Educação, a pretexto da regulamentação, na prática o que pretende é alterar aspectos fundamentais da importante Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar recentemente aprovada pela Assembleia da República (lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro).

Um exemplo, apenas.

Na Lei-Quadro aprovada pela Assembleia (e que foi votada favoravelmente pelo PCP) estabelece-se no seu Artigo 5º o «papel estratégico do Estado» com a explicitação de que «incum-

be ao Estado: a) criar uma rede pública de educação pré-escolar generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades; b) apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil, na medida em que a oferta disponível seja insuficiente; c) definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos organizativo, pedagógico e técnico, e assegurar o seu efectivo cumprimento e aplicação, designadamente através do acompanhamento, da avaliação e da fiscalização».

Ora, no decreto-lei que o Governo fez agora publicar não só é omitida esta clara e nítida orientação política no que respeita às incumbências do Estado, ao papel fundamental da rede pública de educação pré-escolar e ao carácter supletivo do apoio às iniciativas de outras entidades, como é enunciada uma política de sentido oposto. Nomeadamente com a definição aparentemente inócua de que «as redes de educação pré-escolar, pública e privada, constituem uma rede nacional» (artigo 3º) e de que «os Ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social promovem e apoiam a expansão e o desenvolvimento (dessa) rede nacional».

É neste contexto que o próprio princípio da gratuidade da componente educativa da edu-

cação pré-escolar que a Assembleia da República aprovava no Artigo 16º da Lei-Quadro (com os votos contra do PS...), passa a ter uma aplicação política muito diversa. É que é obviamente diferente promover a gratuidade num sistema de educação pré-escolar assente na rede pública (de iniciativa central ou das autarquias locais) ou, como de facto pretende o prof. Marçal Grilo, utilizá-lo fundamentalmente para financiar e promover ainda mais a rede privada, que na actualidade já é largamente dominante no sector do pré-escolar, como se sabe.

Não está assim colocado às instituições democráticas e em particular à Assembleia da República, bem como às organizações políticas e sociais e aos cidadãos, o desafio de fazer valer o ordenamento do regime democrático e do Estado de direito consagrado na Constituição, contra os lobbies instalados, por mais influências públicas e secretas que estes mostrem capacidade de mobilizar?

Ou aceita-se a transformação de Portugal, como parece que alguns pretendem, numa espécie de república das bananas?

■ Edgar Correia

## Alternativas, precisam-se

Estranho exemplo de «pluralismo informativo» se registou esta semana: 5 jornais nacionais («A Capital» com toda a largura da 1ª página, o «Público» e o «Manhã Popular» numa azarenta página 13, o «C. da Manhã» lá para a pág. 22, o «J. Notícias» na pág. 3) retratam a mesma cena, com pequenas variações: Guterres debruçado entre Jospin e Chirac, sentados à mesa da Conferência de Amsterdão, atentos como alunos que escutam os últimos conselhos do mestre antes do exame... A coincidência sugere uma operação de autopromoção montada centralmente - e o «Correio da Manhã», mais explícito (ou mais solícito) informa mesmo em legenda: «Guterres aconselha o seu homólogo francês Jospin perante os ouvidos atentos de Chirac».

Na gíria pós-modernista designam-se as exhibições deste tipo como «afirmações de protagonismo político». Dantes, chamava-se vaidade, exibicionismo, ou, mais popularmente, «pôr-se em bicos de pés».

Mas o que pode dizer-se com segurança é que esse «protagonismo», tão exuberantemente e pessoalmente assumido durante a Conferência de Amsterdão, acabou por parir um rato.

A «Europa cor-de-rosa», que o PS apresentava como «governada agora por partidos socialistas em quase todos os países» - acabou capitulando total e ingloriamente aos diktats do capital alemão, confirmado como o grande patrão do capitalismo europeu.

O «combate ao desemprego», apresentado como objectivo central cor-de-rosa, esfumou-se na farsa de uma vaga «coordenação de esforços» ainda a ver no que dá.

A marcha forçada para a moeda única mantém-se como imposição central da UE. Apesar de estarem à vista os resultados e custos cada vez mais catastróficos dos compromissos políticos concretizados em Maastricht e de se acentuar o distanciamento dos cidadãos em relação à UE.

Houve realmente alterações no mapa dos governos europeus, com a generalizada derrota dos partidos no poder, numa afirmação do descontentamento crescente contra as políticas seguidas na pista de corridas de Maastricht. Mas os novos governantes, os guterres europeus, mostram-se tão cavaquistas como o Guterres nacional. Acentua-se a ideia de que na UE se elegem meros governos de gestão, que só fazem governação mas não governo, que apenas praticam alternância entre si sem serem portadores de uma verdadeira alternativa ao barranco de cegos em que se tornou esta Europa do euro tirado a ferros.

Mas alternativas - há.

E elas começam a tomar contornos nas crescentes movimentações e lutas sociais que por toda a Europa ganham corpo, contra a política de miserabilíssimo social do euro-maastrichmo.

Como ganha corpo a consciência do criminoso absurdo criado pelo capitalismo tardio do nosso tempo. Os maravilhosos avanços que o engenho humano tem permitido à produtividade do trabalho (multiplicada por 7 por hora de trabalho nos últimos 50 anos) poderiam ser factor de enormes progressos do bem-estar social. Mas estrangulados pela lei do lucro máximo do capitalismo, esses avanços da produtividade conduzem ao galopante crescimento do desemprego e aos «excedentes de oferta», que desembocam nas gravíssimas crises sociais deste final de século.

Não será em cimeiras de reféns do capital como a de Amsterdão que esta contradição central do mundo de hoje encontrará soluções.

Mas soluções - há!

■ Aurélio Santos

## EUROPA e a ambição alemã

É cada vez mais evidente que aquilo que é bom para a Alemanha de Kohl e do grande capital não o é nem para a Europa nem para o povo alemão.

É certo que uma Europa de progresso social, paz e cooperação não pode construir-se sem a Alemanha, e muito menos contra esse poderoso país. Mas não é menos verdade que uma «construção europeia» e uma «nova arquitectura europeia» comandada pelo Bundesbank (e pela Bundeswher) tem de ser firmemente rejeitada e combatida. A Europa social do pleno emprego com direitos, pela qual se mobilizam por todo o continente milhões de trabalhadores é incompatível com a ditadura da moeda única construída à imagem e semelhança de um marco forte e dominador e tutelada por um Banco Central sem qualquer controlo democrático e instrumento directo do poder económico do grande capital alemão. A Europa de paz, amizade e cooperação entre povos livres e iguais em direitos é incompatível com instituições de tipo federalista e dinâmicas de funcionamento antidemocrático que subvertem a própria democracia representativa, golpeiam a soberania dos Estados, tecem novas relações de dominação imperialista que na Europa significam necessariamente, sobretudo após a derrocada do socialismo a Leste, a hegemonia do imperialismo alemão.

Por força das circunstâncias, este artigo é escrito antes de serem conhecidos os resultados da Cimeira de Amsterdão. E no momento em que não são ainda claras as consequências das perturbações criadas pelos resultados das eleições em França, quer no eixo franco-alemão quer nos ritmos e modalidades da «construção europeia» de Maastricht. Perturbações que não devem ser minorizadas, já que têm como pano de fundo a evidência do desastre social provocado pela marcha forçada para a moeda única e, sobretudo, a extraordinária envergadura das lutas populares que comportam em si mesmas a exigência de «uma outra Europa». Tudo isto não poderá deixar de repercutir-se na cimeira de Amsterdão, ainda que sob a conhecida fórmula de «mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma». De qualquer modo, uma coisa deve ser sublinhada: é de Kohl e da Alemanha que partem as maiores resistências e a maior oposição a toda e qualquer medida que ponha minimamente em causa a sua ambição dominadora.

É para esta ambição dominadora, imperialista, que nunca é de mais alertar. Ambição que se manifesta na brutal anexação da RDA; na cavalcada do grande capital alemão em direcção ao Leste; na expansão em direcção aos Balcãs; no apoio à Turquia e à sua política de genocídio do povo curdo; na limitação do direito de asilo e no empenho na construção de uma «Europa fortaleza»; no desenvolvimento do militarismo (a RFA é hoje o 3º exportador mundial de armas); no levantamento dos obstáculos constitucionais à intervenção de tropas alemãs fora das fronteiras; na sensível questão dos Sudetas checos; no papel liderante, de concerto com os EUA, no reforço e alargamento da NATO para Leste e Sul; na aspiração à posse da arma nuclear; na reivindicação a membro permanente do Conselho de Segurança... O «gigante económico» quer decididamente transformar-se num «gigante político e militar». As «cooperações reforçadas» que estão em cima da mesa em Amsterdão, assim como o inquietante acordo militar com a França (Nuremberg, Dezembro de 1996), vão nessa perigosa direcção.

Isto significa que, quaisquer que sejam os resultados de Amsterdão, a luta tem de continuar, e com redobrada energia. As vitórias parciais já alcançadas e as dificuldades e contradições que se manifestam no processo de Maastricht abrem grandes oportunidades. As próprias dificuldades internas da Alemanha e o crescente desprestígio de Kohl e da coligação liderada pela CDU/CSU alemã, a ala mais reacçãoária do capitalismo europeu, mostram que é possível impor, pela força da luta em cada país e pelo reforço de cooperação e acção comum dos comunistas e outras forças progressistas, uma viragem na Europa no sentido da democracia, do progresso social e da paz. A reunião e o comício de Madrid, em 5 e 6 de Julho próximo, nas vésperas da Cimeira da NATO, representará certamente um novo marco nesta direcção.

■ Albano Nunes



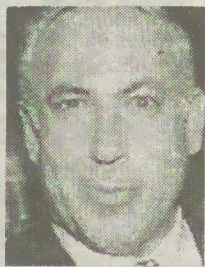
Foto de Sérgio Moraes



## SEMANA

## Netanyahu ilibado

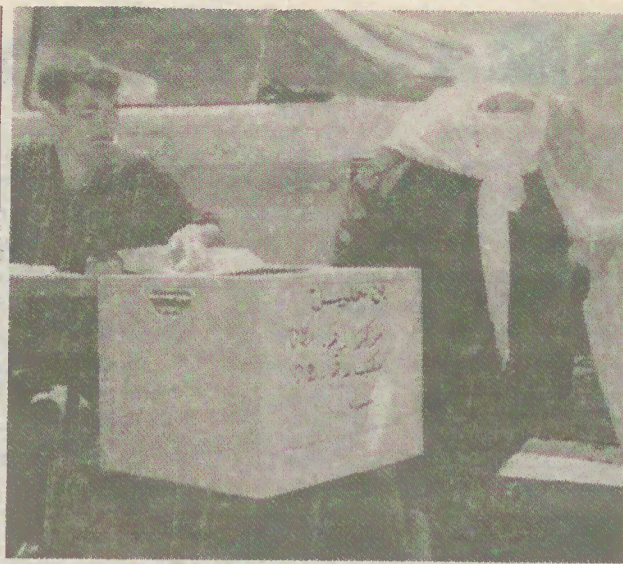
Quatro dos cinco juizes do Supremo Tribunal de Israel rejeitam, por falta de «provas suficientes», o julgamento do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, acusado de ter cedido à chantagem de um deputado ultra-ortodoxo perseguido por desvio de fundos e outras ofensas. O escândalo estalou há dois meses, quando a televisão pública israelita denunciou que Netanyahu nomeara Ron Bar-On para o cargo de procurador-geral em troca dos votos dos 10 deputados do



partido ultra-ortodoxo Shas, vitais para a aprovação no parlamento do acordo de Hebron. O líder do Shas, Arye Deri, terá pressionado Netanyahu a nomear Bar-On na esperança de que este, como procurador-geral, o ilibasse das acusações que sobre ele pendiam e lhe salvasse a carreira política. Há quatro anos, Deri

fora forçado a trocar o cargo de ministro do Interior pelo lugar de réu em vários processos judiciais com acusações de corrupção. Entretanto, Bar-On havia-se demitido poucas horas depois de ter tomado posse, incapaz de enfrentar a onda de críticas a esta escolha de um obscuro advogado para um lugar tradicionalmente reservado a juristas de renome. Esta ilibação do primeiro-ministro Netanyahu por parte do actual procurador-geral Rubinstein verificou-se apesar de as

acusações que impendiam sobre Netanyahu terem sido confirmadas por uma investigação policial e de a própria investigação da Procuradoria ter admitido que detectara «muitas suspeitas». O primeiro ministro Netanyahu exultou com a decisão, enquanto o Partido Trabalhista, na oposição, considerou que a ilibação de chefe do Executivo não apaga a «nódoa moral» que manchou o Governo. Assinala-se que há, entretanto, mais escândalos na forja, nomeadamente o envolvimento de membros do Governo de Netanyahu com o «padrinho» da mafia russa, Gregori Lerner.



## Novo parlamento em Argel

Entra em funções o novo parlamento da Argélia. Pela primeira vez, mulheres tomam assento na Assembleia, nomeadamente Louisa Hanoune, líder do Partido dos Trabalhadores (PT) a quem os integristas islâmicos chamam «o único homem na Argélia» pelas suas críticas ao Governo e constantes apelos à libertação dos ideólogos da Frente Islâmica de Salvação (FIS), com o objectivo de encontrar

um consenso e pôr fim ao derramamento de sangue. A estreia dos novos 380 deputados apresenta a seguinte composição: 103 militantes islâmicos, 36 activistas seculares, quatro trotskistas, cinco centristas, 11 independentes, 155 membros da União Nacional Democrática (RND), do Presidente Liamine-Zérroual, e 64 da Frente de Libertação Nacional (FLN), antigo partido único.



## Más perspectivas para o planeta

Um relatório elaborado pela Comissão Intergovernamental das Alterações Climáticas (IPCC), difundido em Tóquio, prevê um aumento entre 1% e 3,5% da temperatura na superfície da Terra até ao ano 2100, enquanto o nível dos mares e oceanos crescerá entre 15 a 95 centímetros. O aumento contínuo de níveis atmosféricos dos gases e aerossóis provocará alterações na composição do solo, as precipitações e a temperatura farão desaparecer a quase totalidade das actuais zonas costeiras, diminuirá a quantidade de água doce e haverá mais doenças. Os resultados deste estudo serão apresentados na conferência das Nações Unidas sobre o clima, a

realizar em Dezembro próximo na antiga cidade japonesa de Kyoto, e defendem a necessidade de impor reduções nas emissões de gases que causam o efeito de estufa no planeta. A escassez de água potável agudizar-se-á em África, no Médio Oriente e na América Latina e a África será atingida por uma explosão de doenças como a malária, a febre amarela e o dengue (semelhante à escarlatina). Os especialistas pedem a todos os governos a adopção de medidas que sirvam para retardar as alterações climáticas, assim como a promoção de um melhor uso dos recursos naturais que abranja todas as áreas políticas, sociais, industriais e educativas.



## TAP: mais passageiros e menos crescimento

A TAP registou o ano passado um ligeiro aumento de número de passageiros transportados (3,7% mais), o que se situou abaixo da média da aviação comercial europeia (com um aumento de 6,1%). Estes dados são da Association of European Airlines

(AEA), que agrupa 25 linhas aéreas de «bandeira». Todavia este acréscimo de passageiros não significou um aumento de rentabilidade. Segundo a AEA, as suas associadas sofreram um prejuízo operacional de 15,3 milhões de contos, atribuí-

do ao aumento do preço dos combustíveis e, sobretudo, à concorrência feroz que obriga a reduzir drasticamente as tarifas. Essa concorrência ficou particularmente agravada com a fusão das empresas norte-americanas Boeing e McDonnell

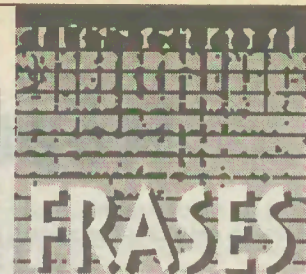
Douglas, muito contestada pela AEA e o consórcio aeronáutico europeu da Airbus. Os trabalhadores das companhias aéreas continuam a ser as principais vítimas destas guerras monopolistas, com o conjunto dos associados da AEA a eliminar o ano passado 7388 postos de trabalho, «participando» a TAP com 826 dessas «eliminações». Curiosamente, a inglesa British Airways e a alemã Lufthansa - que lideram o ranking das companhias aéreas europeias - aumentaram os seus quadros nesse período.



## Consumo em queda

Segundo um trabalho no Público Economia assinado por Francisco Melro, o consumo em Portugal está em queda, por consequência directa do desemprego e da degradação dos salários. «A fragilidade da despesa das famílias, resultante da evolução moderada do poder de compra salarial, da persistência de um nível elevado de desemprego e da precariedade

dos novos empregos criados, mantém o consumo arrefecido», afirma-se, acrescentando que «no caso dos bens de consumo corrente, esta tendência descendente é agravada pela recomposição da despesa das famílias, traduzida na afectação de uma fatia crescente do rendimento a encargos com a aquisição de habitação e de bens duradouros domésticos».



“Nas sociedades democráticas modernas, a imprensa independente e responsável não está condenada a pairar, acrítica, acima da realidade que reporta.”

(Mário Bettencourt Resendes, Director do «Diário de Notícias», 11.06.97)

“Não há nenhum político que tenha o certificado de boa conduta que tem Duarte Lima.”

(Guilherme Silva, deputado do PSD, citado em «Expresso», 13.06.97)

“Perdi demasiado tempo com a política.”

(Mário Soares, no terceiro volume das suas memórias, citado em «Público», 17.06.97)

“Vai ser possível aliar o rigor da construção europeia à consciência social.”

(António Guterres - «Público», 16.06.97)

“A Europa que em Maastricht quiseram construir está a tornar-se fatal para a própria ideia de Europa.”

(João Amaral - «Jornal de Notícias», 16.06.97)

“O Tratado de Maastricht criou uma situação nada propícia à moeda única e aos avanços da integração política, pois originou grandes problemas sociais na Europa, sobretudo ao nível do emprego.”

(João Ferreira do Amaral - «Visão», 12.06.97)

“O PS até se propõe riscar, na sua atribulada Revisão Constitucional, a palavra “Povo” e a expressão “sector público da economia”. Não há nada melhor do que defender o capitalismo em nome do socialismo.”

(César Príncipe - «Jornal de Notícias», 16.06.97)

“O Governo está a precisar de vitaminas.”

(Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga (PS) - «Público», 16.07.97)

“Há ministros que não leram o programa do Governo.”

(Carlos César, Presidente do Governo Regional dos Açores (PS) - «Expresso», 13.06.97)



## TRABALHADORES

**E**ndereçando ao Governo do PS a responsabilidade política pelas consequências futuras da privatização da EDP, os representantes dos trabalhadores afirmaram à porta da Bolsa a disposição de continuarem a lutar para que não suceda no sector eléctrico o que se verificou com os transportes rodoviários.

Segunda-feira à tarde registou-se especial agitação junto do edifício negro vidrado da Rua Soeiro Pereira Gomes, com muitos carros, motoristas e personalidades de topo de gama a acorrerem à operação pública de venda para concretizar a primeira fase da privatização da EDP. Nesta fase foram alienados 30 por cento dos 600 milhões de acções da holding do grupo que detém praticamente o monopólio da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica no País; em OPV foram distribuídos cerca

tarde de segunda-feira o preço-base foi de 2250 escudos; na terça-feira, o primeiro lote de mil acções foi comercializado a um preço superior a 4 mil escudos; mesmo com o entusiasmo moderado, houve bancos que fizeram propostas de compra a 3250 escudos.

Este é um negócio que satisfaz largos interesses: muitos dos 772 mil novos accionistas da EDP venderão os seus papéis, com ganhos significativos (tanto em termos de percentagem, como no que toca a valores absolutos e ao que estes



Trabalhadores não desarmam após a privatização

# EDP tem compromissos para além da corrida aos lucros

de cem milhões de acções (16,6 por cento), enquanto os restantes 80 milhões (13,3 por cento) foram objecto de venda directa aos chamados investidores institucionais.

A azáfama inicial dos bancos (sobretudo o consórcio liderado pelo BPI) chegou a motivar uma «repreensão» da entidade responsável pelo mercado bolsista, ainda no período de pré-registo das intenções de compra, prosseguiu nas horas seguintes ao fecho da OPV (procurando rapidamente determinar quantas acções cabem a cada cliente) e, logo na terça-feira, veio evidenciar o baixo preço das acções - admitido por toda a gente, menos o Governo e a administração da EDP. Na

representam para as magras economias da generalidade das famílias); com a certeza de ganhos importantes (assente nos elevados lucros da EDP e nas perspectivas de evolução da empresa), os grupos financeiros vão agora procurar consolidar posições no capital da empresa; satisfeito com o «encaixe» de 390 milhões de contos, que vão expeditamente satisfazer os critérios comunitários da dívida pública para bem da moeda única, o Governo também encara a privatização como um sucesso e prepara já a segunda fase, em que serão alienados mais 19 por cento da EDP.

Com este quadro, não surpreendeu que as ordens de

compra tenham superado em muito (37 vezes na OPV, 32 vezes na venda directa) a oferta disponível. Quer isto dizer que, conforme o momento em que foi dada a ordem de compra, quem queria duas mil acções, por exemplo (lote máximo para trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes) fica com 75, 50 ou 25. Atenta a este facto, a própria Bolsa de Valores decidiu abrir uma excepção e aceita transacções até um lote mínimo de 25 acções (limite que, normalmente, é de cem acções e que, assim reduzido para a EDP, vem facilitar as operações de compra e venda - e a inevitável concentração do capital).

## O País é que perde

A euforia privatizadora tentou ocultar outros aspectos deste negócio, nomeadamente o facto de que nele também há perdas e perigos. Contra esta corrente agiram as estruturas sindicais da CGTP no sector, a Comissão de Trabalhadores da EDP, o PCP e um ou outro especialista.

A própria campanha publicitária que precedeu a privatização anunciava a EDP como «a nossa energia», deixando deprender que, uma vez vendida, passaria a ser «a energia deles».

Os argumentos dos representantes dos trabalhadores - na

sequência de acções anteriores - também estiveram presentes no momento da OPV. Activistas sindicais e da CT concentraram-se junto ao edifício da Bolsa de Valores e disseram, alto e bom som, que a privatização não tem qualquer justificação técnica, económica ou financeira e que, do ponto de vista político, é «um erro grave» e «uma atitude leviana e irresponsável» do Governo do PS.

A afirmação foi feita por José Machado, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, durante a «volta de protesto» com que activistas vindos de todo o País marcaram a sessão bolsista. Na intervenção do dirigente da FSTIEP e nos cartazes

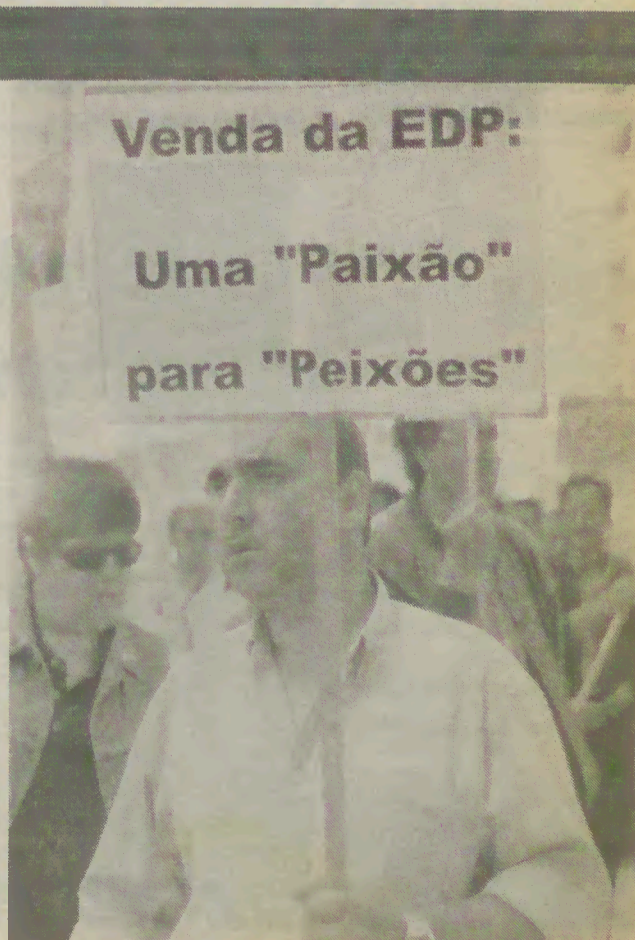
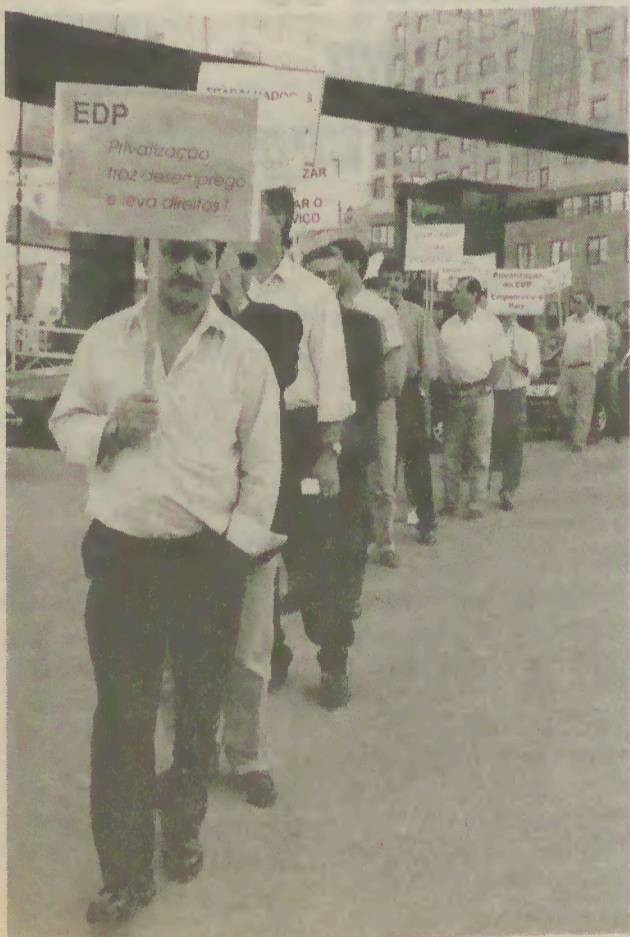
empunhados pelos representantes dos trabalhadores da EDP foi salientado que a empresa, pelo seu elevado valor, pelos grandes lucros obtidos e pelo papel estratégico que desempenha, é um instrumento de desenvolvimento e de criação de riqueza, que merece a consideração dos consumidores e que deve manter-se no sector empresarial do Estado.

O encerramento de postos de atendimento nas zonas do interior do País, feita em nome da maior rentabilidade, foi apontado como um exemplo de que a lógica do lucro, a impor-se, fará da EDP «uma empresa sem carácter» e que prestará um pior

## Frases...

Enquanto da tribuna instalada no carro de som da CGTP falavam os dirigentes sindicais José Machado, João Paulo e João Torres, dezenas de activistas e delegados dos sindicatos da FSTIEP e membros da Comissão de Trabalhadores da EDP circulavam frente ao edifício da Bolsa. Nos cartazes que transportavam exprimiam os sentimentos e as preocupações que se vivem nos locais de trabalho das empresas do Grupo EDP. São frases de denúncia, de protesto e de aviso, de que aqui deixamos alguns exemplos:

- EDP é nossa
- EDP - Vender por tostões o que vale milhões
- EDP - Privatização traz desemprego e leva direitos
- Venda da EDP - uma «paixão» para «peixões»
- EDP - é barata, dá milhões
- Privatização da EDP - a grande farra
- EDP - Vem aos saldos!
- Privatizações - Nem Salazar foi tão longe
- Privados a lucrar, consumidores a aguentar
- Entregar o ouro (EDP) ao bandido
- Privatizações só servem os tubarões
- EDP - Nos direitos não se mexe





## TRABALHADORES

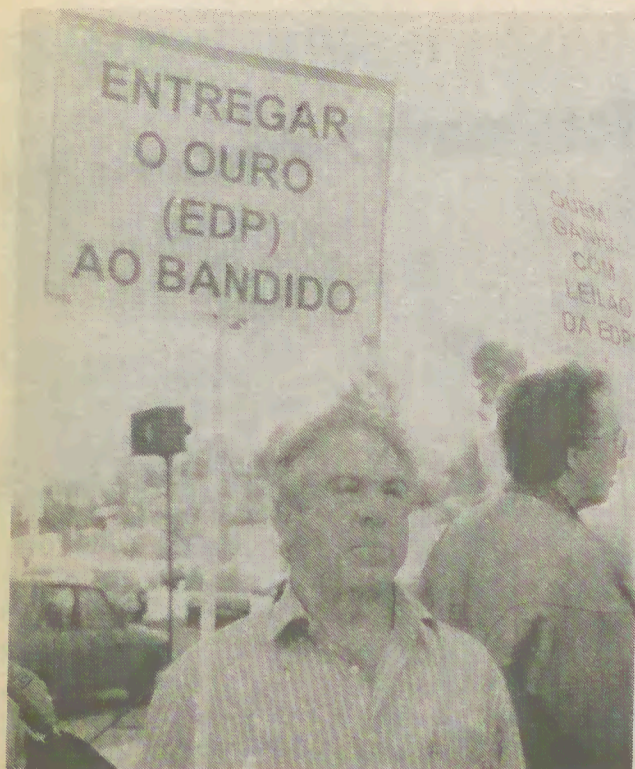
# Marcha pelas 40 horas no sábado em Guimarães

Com a participação solidária já confirmada de diversas personalidades, trabalhadores da indústria têxtil, de vestuário e calçado e de outros sectores que lutam desde Dezembro pela redução efectiva dos horários de trabalho exigida pela Lei 21/96 marcham sábado de manhã desde Nespereira (cruzamento das estradas de Vizela a Moreira de Cónegos) até Guimarães (Largo do Toural).

Esta marcha, promovida pela União dos Sindicatos de Braga e apoiada pelas demais estruturas da CGTP no Norte, tem por principais objectivos protestar contra a continuação das ilegalidades e burras do patronato, que insiste em manter o trabalho ao sábado e eliminar as pausas, e contra o não cumprimento pelo PS das promessas feitas quanto às 40 horas.

Os sindicatos querem ainda chamar a atenção do poder e da opinião pública para o aumento do desemprego no Norte.

Na marcha pelas 40 horas, pelo emprego e pelos direitos - adiantou a União dos Sindicatos de Braga - participarão, ao lado de trabalhadores em luta, despedidos e desempregados, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, e outros sindicalistas, o padre Constantino Alves (assistente nacional da Juventude Operária Católica e da comissão nacional da Pastoral Operária), presidentes de conselhos directivos de escolas do Vale do Ave, professores, presidentes de juntas de freguesia da região, dirigentes da Liga Operária Católica, a presidente da Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil, o escritor José Manuel Mendes, o dr. Macedo Varela e outras personalidades.



serviço público. José Machado sublinhou que a empresa «tem compromissos» perante os consumidores e, «mesmo depois de privatizada, não pode começar a funcionar como se fosse uma qualquer multinacional».

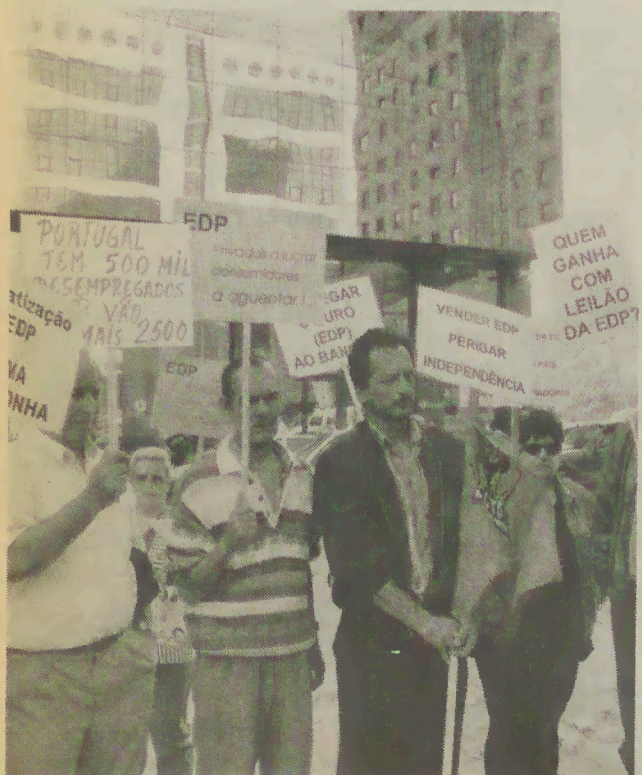
Especial preocupação merecem os problemas do emprego e dos direitos dos trabalhadores. No período anterior à privatização, as pressões para a rescisão de contratos ou aceitação de reformas antecipadas liquidaram mais de 8 mil postos de trabalho, mas não pararam. Anteontem, no «Público», o presidente do conselho de administração da EDP apontava, entre as primeiras medidas a tomar depois desta fase de privatização, «reduzir o pessoal até 15 por cento, os serviços externos em dez por cento, as despesas em investimento em 15 por cento».

«Não queremos que a EDP faça como as empresas de transportes privatizadas, que deixaram muitas populações sem transportes porque as carreiras não eram rentáveis», sublinhou João Paulo, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Depois de fazer um breve balanço das privatizações (retomando os factos e argumentos apresentados pela central, no dia 5, junto da Assembleia da República, como noticiámos no «Avante!» da semana passada), João Paulo defendeu que o acesso à energia eléctrica deve ser garantido a toda a população,

«com os investimentos necessários para o desenvolvimento do País e a implantação de novas indústrias em todas as regiões», o que não poderá ser conseguido com uma gestão virada só para os lucros.

## «Não vamos parar!»

Os sindicalistas sublinharam que os trabalhadores vão manter-se atentos e não deixarão de lutar em defesa dos seus direitos, dos postos de trabalho e de uma EDP que responda às necessidades do País. Conscientes das dificuldades próprias do período de férias que se aproxima, declararam que a «volta de protesto» junto da Bolsa foi apenas «um ponto de passagem da nossa acção» e admitiram realizar brevemente uma deslocação à residência do primeiro-ministro, para exigir resposta a um pedido de audiência entregue no dia 5, juntamente com uma carta-aberta dos trabalhadores a António Guterres. «Não aceitamos ser parceiros de segunda, quando os parceiros de primeira são os grupos financeiros que hoje estão entusiasmados com a privatização», sublinhou o dirigente da FSTIEP, admitindo a possibilidade de uma greve nacional e deixando um aviso «aos representantes da alta finança que hoje batem palmas»: «Não vamos parar! Os interesses por trás da privatização são muito fortes, mas podem ser combatidos com a unidade e a acção dos trabalhadores e da opinião pública!»



## Polícias hoje na rua em jornada pelo sindicato

Os polícias portugueses manifestam-se hoje nas ruas de Lisboa, com o apoio de organizações sindicais congéneres europeias, para reivindicarem o direito a ter um sindicato que os represente. De acordo com a Agência Lusa, a manifestação sairá do Rossio, ao fim da tarde, com destino ao Parlamento, passando pela Praça do Comércio, onde se localiza o Ministério da tutela.

A acção de protesto foi convocada pelo Conselho Europeu dos Sindicatos de Polícias (CESP), através do sindicato da Polícia Judiciária (ASFIC), depois do Encontro Nacional da Associação Sócio-Profissional (ASPP), a 21 de Abril, que terminou com uma concentração junto ao Ministério da Administração Interna, para entrega de uma moção. A acção levou o ministro Alber-



to Costa a apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça; o Comando Geral da PSP mandou instaurar 25 processos de averiguações e disciplinares e dois processos-crime. Entre os notificados está o presidente da ASPP, José Carreira.

Na sequência destes acontecimentos, refere a Lusa, o CESP solidarizou-se com a ASPP e encarregou a ASFIC de promover e organizar a mani-

## Hospital das Amoreiras

Em luta contra o encerramento do Hospital Clínico das Amoreiras e pela salvaguarda dos postos de trabalho, os trabalhadores desta unidade concentraram-se dia 12 junto ao Ministério da Saúde e vão estar amanhã, ao fim da manhã, frente ao Ministério do Emprego. «Num Estado democrático a sério, este escândalo de corrupção que origina os despedimentos não teria lugar, pois o direito ao trabalho devia ser um direito sagrado e um direito de cidadania», protesta o Sindicato da Hotelaria do Sul. Na nota de imprensa distribuída segunda-feira o sindicato afirma que «em nome do endeuamento ao dinheiro e ao lucro fácil, através de vários expedientes, espezinham-se as pessoas, criam-se problemas humanos, muitos dos quais com consequências inimagináveis».

## Aljustrel

Foi convocado um plenário para anteontem, nas instalações do Sindicato dos Mineiros, em Aljustrel, para preparar a acção de luta que está marcada para Lisboa, junto à residência do primeiro-ministro, com o objectivo de reclamar a reabertura da mina, o aumento dos salários e a garantia de medidas que permitam o desenvolvimento económico e social do concelho - anunciou a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

delegações de polícias espanhóis, franceses, italianos, alemães, malteses, belgas e gregos.

José Carreira disse à agência noticiosa esperar que Lisboa vá ser palco de «uma grande manifestação de polícias», mas lamentou que o comando distrital da PSP de Lisboa tenha ocupado grande parte do pessoal com acções de formação para o impedir de comparecer.

## Enfermeiros reclamam medidas urgentes

A comissão negociadora sindical dos enfermeiros confirmou na semana passada que estará presente na reunião agendada pelo Ministério da Saúde para dia 25, anunciando que entregará nessa ocasião o caderno reivindicativo da classe, que contém, entre outras, propostas de alteração à carreira de enfermagem.

Contudo, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Sindicato dos Enfermeiros da RA da Madeira reafirmaram a **necessidade urgente de ser agendada uma reunião imediata**, com o propósito de «viabilizar atempadamente a solução de alguns problemas que carecem de soluções políticas urgentes».

Em nota de imprensa, os sindicatos concretizam as matérias que têm em vista:

- a admissão legal, célere, estável e com direitos dos jovens profissionais (face à carência de enfermeiros nas instituições, perante a saída de 600 ou 700 novos profissionais das escolas de enfermagem a partir de 8 de Julho, e quando, ao arripio da lei, continuam a ser admitidos enfermeiros a recibo verde);

- a estabilidade, em contrato administrativo de provimento, nas instituições onde hoje exercem funções, de todos os enfermeiros com vínculo precário.

Anteontem à tarde, em conferência de imprensa, os sindicatos deram a conhecer algumas das formas de luta já em marcha e outras que vão ter lugar a breve prazo.

## Congresso da Função Pública

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública realiza hoje e amanhã, na Estação Agronómica de Oeiras, o seu 6º Congresso, que tem por lema «Defender os serviços públicos, garantir os direitos dos trabalhadores da Função Pública».

Delegados e dirigentes vindos de todo o País analisarão o actual momento político, sindical e laboral, bem como a evolução verificada desde a última reunião magna da FNSFP. Serão ainda traçadas as linhas de intervenção para o médio prazo.

Para as 15 horas de hoje, logo após a abertura dos trabalhos, está prevista uma intervenção do coordenador da CGTP - anunciou o departamento de informação da FNSFP. O congresso deverá terminar cerca das 17 horas de sexta-feira.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Revisão do Tratado de Maastricht

# Sim à coesão económica e social Não às políticas neoliberais

Ignorando o apelo lançado pelo Grupo comunista para que seja incrementada uma mudança de orientação no quadro da revisão do Tratado de Maastricht, visando a reconsideração da União Europeia e Monetária (UEM) e do caminho para a moeda única, o Governo do PS voltou a insistir no seu magno objectivo de criação da moeda única já em 1999 e de rigoroso cumprimento dos critérios de convergência. No mesmíssimo sentido se pronunciou a bancada do PSD, subscrevendo iguais pontos de vista, num total enfeudamento aos critérios monetaristas impostos no Tratado de Maastricht e às políticas neoliberais.

Desta conjugação de vontades do «bloco central», evidenciada em debate parlamentar, na semana transacta, a poucos dias da cimeira europeia de Amesterdão, resultou a aprovação de dois projectos de resolução do PS e PSD. Destino diferente tiveram os textos, sobre a mesma matéria, apresentados pelo PCP e pelo CDS/PP, acolhendo apenas o voto favorável das respectivas bancadas.

Mas se as críticas do PCP no debate incidiram nas questões substantivas, dirigindo-se, no fundamental, ao processo da União Europeia e Monetária e à criação da moeda única, o mesmo não se pode dizer do CDS/PP que, apesar de alguns reparos, acabou por revelar sobre a matéria um indefectível alinhamento com as posições do Governo. Tratou-se, verdadeiramente, da aceitação implícita ao euro e aos critérios de Maastricht, uma vez que, como assinalou o deputado comunista João Amaral, para além de anotações com um claro pendor federalista (criação de um senado), no seu projecto de resolução o PP deixa intocada a UEM, não surgindo uma palavra sobre o euro, sobre a vertente social da construção europeia ou sobre o emprego.

## Vaca sagrada

Para o Governo, por sua vez, este foi um debate que serviu sobretudo para reiterar a sua posição quanto ao que considera ser a irreversibilidade da UEM. Uma «espécie de vaca sagrada», na perspectiva de João Amaral, que não aceita que a revisão do Tratado de Maastricht exclua à partida qualquer abordagem sobre o tema. Tanto mais que, explicou, a UEM constitui precisamente a componente mais federalista do Tratado, responsável pelas imposições monetaristas que espartilham o desenvolvimento e geram o actual alastrar de desemprego e pobreza que varre a Europa.

Ora sendo estes os problemas centrais que actualmente se colocam à construção europeia, não faz qualquer sentido, por conseguinte, na perspectiva da bancada comunista, impor restrições ao debate sobre a revisão do Tratado, mantendo designa-

damente intocável a questão da moeda única.

E foi isto mesmo que João Amaral fez questão de lembrar da tribuna, afirmando o seu repúdio por este «injustificável tabu», antes de chamar a atenção para a «tempestade política» que assola a Europa, sobretudo após as eleições francesas, num movimento que veio colocar na ordem do dia e como prioritária a questão do emprego.

«Agora que é a França a levantar interrogações, já não é possível, como com a Suécia, apagar os acontecimentos... e os problemas. Agora todos já dizem que é

necessário fazer alguma coisa pela vertente social da Europa», assinalou João Amaral, depois de ter recordado a decisão daquele país nórdico de não integrar o grupo de países fundadores do euro, coincidente com a já anteriormente adoptada pela Dinamarca e pelo Reino Unido.

## Cruzada ineficaz

Vertente social que António Guterres no decorrer do debate procurou explorar, chamando a si os louros por ter alertado, ainda antes do recém-eleito Jospin, para o problema do desemprego, um drama em relação ao qual, disse, a «Europa ficou insensível».

Guterres reconheceu mesmo que as grandes inquietações

*Um forte movimento em defesa do emprego e de contestação dos critérios monetaristas impostos no Tratado de Maastricht varre a Europa (na foto, manifestação da CGTP no quadro da jornada promovida em Maio pela Confederação Europeia de Sindicatos)*

actuais dos cidadãos europeus têm a ver com o emprego e a segurança, com a defesa da paz e da estabilidade, afirmando a sua vontade de levar estas preocupações para o Conselho Europeu de Amesterdão.

Só que o «grande problema da cruzada do senhor Primeiro-Ministro sobre o emprego - observou João Amaral - é que ela terá sido dita aqui onde era ineficaz nos discursos para os desempregados por óbvios motivos políticos, mas nunca foi traduzida em actos, lá onde podia ser eficaz para a efectiva mudança das políticas que conduziram à actual situação».

Ora sucede, como assinalou o parlamentar comunista, que o problema do desemprego que hoje atinge cerca de vinte milhões de cidadãos europeus «não se resolve enquanto não forem abandonados os critérios restritivos de Maastricht e as orientações neoliberais da política que lhe estão associadas». Mais, adiantou, «são aqueles critérios e estas orientações que tolhem o processo de desenvolvimento, impedem o investimento público, deixam a economia em estado inerte, causam o desemprego, acentuam as desigualdades nacionais, regionais e sociais, fazem alastrar a pobreza e a exclusão».

## Europa federal

Daí que a revisão do Tratado de Maastricht, na perspectiva do Grupo comunista, deveria constituir-se numa oportunidade para mudar de orientação, colocando como objectivos centrais a coesão económica e social, a afirmação das políticas social, de emprego e desenvolvimento, e da igualização no progresso das condições de vida e de trabalho.

Não foi esse, porém, o caminho escolhido, circunstância que João Amaral lamentou, verberando duramente o facto de as opções tomadas terem ido em sentido inverso, isto é, com vista ao exclu-



## Pelo emprego e o desenvolvimento

Privilegiar os objectivos que visam a coesão económica e social, valorizando as políticas social, de emprego e de desenvolvimento, constitui um dos princípios defendidos pelos deputados comunistas no seu projecto de resolução sobre a revisão do Tratado de Maastricht. Rejeitado pelo bloco PS/PSD e pelo PP, o texto subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP pronuncia-se simultaneamente pela recusa das propostas que preconizam a construção de uma Europa federal.

«Absolutamente inegociáveis», no entender da formação comunista, são, por sua vez, alguns aspectos que têm vindo a lume no quadro dos debates preparatórios da Conferência Inter Governamental (CIG), como sejam, por exemplo, a presidência rotativa, a presença nacional em todos os órgãos e instâncias e um peso nas votações equivalente ao actual, a manutenção do nível dos fundos estruturais e de coesão para o nosso País no âmbito do próximo Quadro Comunitário (QCA), o português como língua

oficial e língua de trabalho, o reforço da participação activa dos parlamentos nacionais na vida comunitária, a sujeição à aprovação dos parlamentos nacionais de quaisquer alterações aos Tratados.

Para os parlamentares comunistas é igualmente inaceitável o chamado pacto de estabilidade - por lesar gravemente os interesses de Portugal no plano do emprego e do desenvolvimento -, considerando necessário, noutro plano, que a reconsideração da União Económica e Monetária esteja presente na revisão do Tratado de Maastricht e, nessa medida, seja um objectivo constante dos trabalhos da CIG.

No projecto de resolução que submeteram ao juízo da Câmara os deputados do PCP chamam por último a atenção para a necessidade de organizar um grande debate nacional, acompanhado da realização de um referendo, nomeadamente sobre o objectivo da moeda única.

sivo aprofundamento da construção de uma Europa federal. São disso testemunhos, entre outros, lembrou, a «comunitarização» dos acordos de Schengen, com o novo título que inclui as questões do asilo e da imigração, e com o alargamento a esta área das competências do Tribunal de Justiça das Comunidades; a transformação da UEO numa parte integrante da UE; a atribuição de personalidade jurídica à União; o alargamento dos processos de decisão maioritária; a introdução dos mecanismos de flexibilidade e da «abstenção positiva».

## Regionalização Vencer os desequilíbrios promover o desenvolvimento

A importância da regionalização enquanto instrumento de desenvolvimento capaz de corrigir as actuais assimetrias e desequilíbrios regionais voltou a ser posta em relevo pelo Grupo comunista no Parlamento. Segundo Rodeia Machado, que interveio em nome do PCP na interpelação sobre «interioridade e regionalização» suscitada pelo CDS/PP, existe mesmo uma «gritante falta de política de ordenamento do território e de desenvolvimento regional», problema que em sua opinião só poderá ser superado por via da criação das regiões administrativas.

O Orçamento de Estado de 1997 constitui, aliás, como assinalou o deputado comunista, o melhor testemunho quanto a essa ausência de uma política de ordenamento e desenvolvimento equilibrado do território. Por

si lembrado foi concretamente o facto de aos oito distritos do interior do País (com excepção de Santarém) terem sido atribuídos pouco mais de oito por cento do total nacional do investimento público inscrito no PIDDAC.

O problema em causa, por conseguinte, na perspectiva de Rodeia Machado, situa-se na clara falta de investimento público, bem como na ausência de uma política de mobilização do investimento privado produtivo para as regiões mais carenciadas. Alvo de crítica foi ainda a «concepção economicista» que tem enformado as políticas governamentais, com prevalência da uma «visão exclusivamente de mercado quanto à garantia da existência de serviços públicos essenciais».

«A concepção dos «ratios per capita», que justifica a abertura ou encerramento de centros de saúde, postos de

atendimento da EDP ou dos CTT, cria um problema a que poderíamos chamar de «pescadinha de rabo na boca»: diminui a população, encerram-se serviços públicos; encerram-se serviços públicos, diminui a população», advertiu Rodeia Machado, antes de expressar a convicção da sua bancada de que a alteração profunda deste quadro passa não apenas por uma «concepção nacional de política de desenvolvimento onde as pessoas estejam no centro das estratégias» como também pela criação das regiões administrativas.

Uma posição em tudo distinta da preconizada pela bancada do PP que, no decorrer do debate, manifestou o seu cepticismo quanto à possibilidade de a regionalização resolver a incapacidade do poder central em «salvar o interior e defender o litoral».



## Comunistas homenageados

A Câmara de Espinho, no passado dia 23 de Maio, agraciou com a Medalha de Honra da Cidade e atribuiu o Título de Cidadão de Espinho a Alfredo Casal Ribeiro, antifascista de prestígio e membro do PCP desde antes do 25 de Abril.

Há 16 anos vereador eleito pela CDU na Câmara de Espinho, Alfredo Casal Ribeiro grangeou a simpatia de todos os elementos das diversas forças políticas que com ele trabalharam ao longo de quatro mandatos.

Activista associativo desde a juventude, participou em diversos grupos que, para além dos aspectos lúdicos, recreativos, desportivos e culturais, fomentavam a solidariedade.

Viveu grande parte da sua vida em Angola onde desenvolveu uma brilhante carreira profissional na Geologia e Minas e no Caminho-de-Ferro. Após o seu regresso a Espinho participou na formação da Nascente - Cooperativa de Acção Cultural, tendo também sido director do jornal «Maré Viva» e integrado o Conselho Municipal de Espinho.

Com esta homenagem, a Câmara Municipal e a população de Espinho reconhecem em Alfredo Casal Ribeiro o homem de fortes convicções e valores firmados em ideais de igual-

dade e fraternidade que muito contribuiu para o bem comum.

### Valongo

Também no passado dia 10 de Junho, a Câmara Municipal de Valongo condecorou com a Medalha de Mérito o militante comunista Fernando Faria Sampaio.

Médico, dirigente de várias colectividades e bombeiros locais, autarca e membro da Comissão Concelhia de Valongo do PCP e da Coordenadora da CDU, Fernando Faria Sampaio foi recentemente apresentado como cabeça de lista à Assembleia Municipal de Valongo.

Na cerimónia de entrega da Medalha, que decorreu no espaço «Vallis Longus», Faria Sampaio foi calorosamente aplaudido por uma audiência muito diversificada que nele reconhece o cidadão exemplar, com um extenso curriculum de actividade e participação em prol do desenvolvimento do seu concelho, mas também o homem que não abdica das suas convicções como militante comunista.

## Coimbra

### Saúde em debate

O Organismo Inter Concelhos da Serra de Coimbra do PCP promoveu recentemente, num Restaurante de Rebordosa/Penacova, um jantar/debate para análise das estruturas de saúde, recursos humanos e técnicos existentes, com a participação de Edgar Correia, da Comissão Política, e diversos especialistas na matéria, tendo os presentes concluído pela existência de grandes deficiências ao nível dos cuidados primários de saúde.

Uma delas reside no facto de os Centros de Saúde e suas extensões não estarem equipados com os meios técnicos e humanos suficientes, havendo casos em que a redução de pessoal atinge ou ultrapassa mesmo os 50 por cento, comparativamente a sistemas anteriormente em vigor e a anos anteriores.

Centros de Saúde que não correspondem às exigências do



meio onde se localizam; Serviços de Atendimento Permanente (SAP) - sem condições técnicas e equipamentos -, transformados em extensões de consulta; falta de Hospitais ou Hospitais com meios hoje já rudimentares, são outras deficiências detectadas pelos comunistas. No caso do Hospital Psiquiátrico de Lorvão, por exemplo, a falta de enfermeiros é de tal forma gritante (a uma necessidade de 80 enfermeiros corresponde a existência de 49) que chega a pôr em risco a inte-

gridade física destes profissionais de saúde, já que das 16 às 8 horas fica apenas um enfermeiro por serviço.

Depois de considerar a necessidade de alargamento deste debate não só a entidades e instituições mas também à população, o Organismo Inter Concelhos da Zona da Serra de Coimbra do PCP, dá nota das principais exigências saídas deste jantar/debate.

Centros de Saúde com mais meios técnicos e humanos; sectores de internamento em todos os concelhos de forma a descongestionar os hospitais de Coimbra; alargamento do horário das consultas, com reforço do número de médicos e enfermeiros; atribuição a cada médico de um determinado número de utentes, tendo como referência as orientações da OMS (1500 habitantes/médico); coordenação da prestação dos cuidados de saúde entre os centros e os Hospitais são medidas que o PCP entende necessárias para dar resposta aos problemas de saúde da região.

Também a existência de hospitais interconcelhos, devidamente equipados com meios auxiliares de diagnóstico, bloco operatório, hospital de dia para tratamentos que não necessitem de internamento, Serviço de reabilitação, Serviço de internamento e consultas serviriam, segundo o PCP, para descongestionar urgências e internamentos dos hospitais centrais, aos quais só se recorreria em casos graves.

## Leiria

### Governo vazio de soluções

A Direcção da Organização Regional de Leiria reuniu no passado sábado para analisar a situação política e social do distrito.

Na agricultura, conclui a DORLEI, a situação continua a degradar-se, sendo enormes as dificuldades de escoamento da produção com que o sector frutícola regional se confronta, sem que o Governo tome qualquer medida. Se a isto se aliar a destruição de dezenas de toneladas de maçãs no próprio dia em que o Governo justificava as importações de fruta espanhola, fácil é constatar «o desfasamento» do Executivo de Guterres em relação aos problemas que afectam as explorações agrícolas familiares da região.

Por outro lado, o sistemático aumento dos factores de produção, os encargos com a segurança social e o anunciado agrava-

mento dos impostos, juntamente com a prevista baixa de preços da produção agrícola, designadamente no leite e na carne, vão-se traduzir na ruína de um crescente número de famílias e no aumento da desertificação do espaço rural.

Nas Pescas, o Governo apresenta uma «mão vazia de soluções», prosseguem os comunistas na sua análise. As suas únicas decisões foram no sentido da aprovação dos graves Acordos de Associação Comercial com Marrocos, cujas consequências a curto prazo serão particularmente dramáticas para a frota do cerco e para a indústria conserveira que, entretanto, já perdeu 30 por cento do seu mercado externo. Consciente da gravidade da situação, a DORLEI, em coordenação com o Grupo Parlamentar do PCP, vai apresentar na Assembleia da República

uma Proposta de Resolução com um conjunto de medidas inadiáveis para este sector.

Na indústria, continua o encerramento e o abandono de empresas dos sectores tradicionais, designadamente o encerramento das empresas José Tomás Henriques, Emimolde, COFTA, Roquividros e o risco de desagregação que muitas outras correm - Faianças Subtil, CUF Têxtil, Malhas Lorfel, entre outras -, prenunciam um agravamento do desemprego na região que «a limpeza estatística» não pode esconder.

Mas o vazio de iniciativas concretas estende-se a todos os sectores da vida regional, afirma por fim a DORLEI, referindo concretamente a área do ambiente onde continuam adiados os projectos de Lagoas de Óbidos, Bacia de S. Martinho, despoluição da Bacia do Lis e combate ao desassoreamento da costa.

## Évora

### Reforço do PORA é «gota de água»

Na sua última reunião para análise da situação política e social do distrito, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP constatou a «grande confiança» com que decorre o processo eleitoral no distrito e regozijou-se com a luta e acção do MARD que, após solicitações de vários meses, vai finalmente ser amanhã recebido pelo Primeiro-Ministro.

Sobre a situação política, a DOREV analisou o anúncio de reforço do PORA em 1.600 mil contos pelo Governo, considerando ser esta verba «uma gota de água» para as necessidades sentidas pelo Alentejo. Quanto à visita do ministro João Cravinho à Portucel, em Mourão, onde anunciou que esta estrutura industrial, por ficar submersa pelas águas da barragem do Alqueva, vai ser substituída por uma nova construção no concelho, os comunistas dizem que esta decisão, a concretizar-se, é consequência de várias diligências do PCP no plano político e institucional, sempre «em consonância com a luta determinante dos trabalhadores da Portucel e população de Mourão».

Também o anúncio feito também por João Cravinho, da transferência para o Alentejo de mais cerca de 400 milhões de contos para suportar as iniciativas do «Pro-Alentejo», do Programa

de Valorização do Norte Alentejo e do Programa de Desenvolvimento da Zona do Alqueva, merece um comentário do PCP. Trata-se de matéria que o PCP sempre tem defendido e à qual os vários Governos têm feito «orelhas moucas», diz a DOREV, afirmando ser essa a razão por que agora manifesta grande cepticismo em relação do Programa Integrado de Desenvolvimento do «Pro-Alentejo» - «última descoberta do PS» -, que, no seu conjunto, não passa de um «leque de ideias e intenções avulsas».

A distrital de Évora do PCP apreciou ainda na sua reunião o conjunto de propostas de Lei de Finanças Locais, verificando que é o projecto de Lei do PCP que dá cumprimento às decisões «unanimesmente aprovadas nos últimos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses».

Considerando, por fim, a necessidade de «uma efectiva descentralização administrativa e financeira, que se traduza num aumento significativo da intervenção do Poder Local», o PCP alerta as Autarquias Locais da Região para «em conjunto e sedes próprias, definirem bem as competências a aceitar, tendo sempre em conta as respectivas transferências financeiras por parte do Poder Central».

### CAMARADAS FALECIDOS

**António da Silva Salvador** - Com 81 anos de idade, faleceu recentemente o camarada António da Silva Salvador, natural de Castro Marim e reformado da Marinha Grande. Militante antifascista de longa data, tendo estado preso no Tarrafal, o camarada estava organizado na freguesia da Venteira, onde residia.

**Eulália da Conceição Estrela Santos** - Com 78 anos de idade, faleceu recentemente a camarada Eulália da Conceição Estrela Santos. Estava organizada no Montijo, onde desenvolveu a sua actividade partidária.

**Carlos Simões** - Faleceu recentemente, com 74 anos de idade, o camarada Carlos Simões. O camarada militava na organização concelhia de Mafra, onde era bastante activo.

**Joaquim José Bastos Daniel** - Faleceu no passado dia 5 de Junho, com 64 anos de idade, o camarada Joaquim José Bastos Daniel, organizado na freguesia de Almada.

**Abílio Alves dos Santos** - Faleceu no passado dia 6 de Junho, com 85 anos de idade, o camarada Abílio Alves dos Santos, organizado na freguesia de Almada.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.





PCP

CDU

## Campanha Nacional de Fundos

# Atingidos os 50 mil!

Dos 30 mil contos atingidos pela Campanha Nacional de Fundos em finais de Abril, e já noticiados pelo «Avante!», as organizações passaram agora para os 50 mil! Ou seja, em pouco mais de um mês as organizações obtiveram cerca de 20 mil contos para a campanha de fundos em curso, perfazendo 25% da meta nacional estabelecida.

Tais números não significam, contudo, que o andamento da campanha seja o mesmo em todas as organizações. A verdade é que a par de distritos ou concelhos atrasados em relação às metas que estabeleceram outros existem onde essas metas estão em vias de ser alcançadas ou mesmo ultrapassadas.

As situações são muito variadas. Em algumas organizações, a multiplicidade de tarefas, nomeadamente a preparação das eleições autárquicas, tem levado à subestimação da campanha, noutras, como reflexo dessa actividade, surge, pelo contrário, uma atenção redobrada a uma campanha de fundos que é entendida como uma forma eficaz de fazer face às dificuldades financeiras e às despesas inerentes a uma campanha eleitoral em que o PCP e a CDU, como sempre, intervem de modo transparente.

Mas, independentemente da dinâmica criada nas várias organizações, o que neste momento alguns dos responsáveis pela campanha colocam é a necessidade de não deixar que o período de férias em que vamos entrar leve a um abrandamento do ritmo existente, devendo as organizações, em sua opinião, procurar as formas adequadas para manter viva a campanha.

De um modo geral, continua a verificar-se uma boa compreensão e adesão à Campanha por parte, inclusive, de muitos simpatizantes do Partido e outros democratas que, reconhecendo o papel desempenhado pelo PCP na sociedade, têm para ela contribuído. Uns depois de contactados pelas organizações, outros por iniciativa própria.

Procurando recolher experiências, o «Avante!» falou com o camarada António Gervásio, da Direcção da Organização Regional de Évora, que, em relação à Campanha de Fundos, nos disse ter este distrito alcançado no início de Junho 12,6% da meta que estabeleceu.

Como exemplos mais vivos da campanha, António Gervásio referiu a venda militante de cupões, em Montemor-o-Novo, na qual se vêm destacando dois militantes cuja acção tem incidido fundamentalmente na venda de cupões de 500 e 1.000 escudos. Só entre Abril e Maio eles venderam cupões no valor respectivamente de 50 e 30 contos. De valorizar ainda neste concelho foram as ofertas feitas



por dois eleitos de Juntas de Freguesias, no valor de 200 contos um e 30 contos outro.

Na agenda de campanha dos comunistas de Montemor-o-Novo estão também marcadas algumas iniciativas, como a sardinhada/convívio da CDU, no dia 5 de Julho, onde, para angariar fundos, será rifado um borrego oferecido ao PCP.

Mas as abordagens e as contribuições são aspectos da campanha que a organização de Évora também não descurou. Tendo em conta alguns dos exemplos atrás referidos, a organização concelhia de Évora fez um levantamento de pessoas a abordar para a campanha, tendo algumas delas já concretizado ofertas no valor de 250, 100 e 50 contos.

Em Mora, onde em Julho se prevê a realização de um convívio concelhio no campo, está feito um levantamento de militantes e simpatizantes, para a venda dos cupões mais caros, e ainda dos eleitos em Juntas de Freguesia que poderão eventualmente contribuir para a campanha.

Em Monte do Trigo, Portel, a organização vai montar um Pavilhão de «comes e bebes» na Feira que se irá realizar em 19 de Agosto.

Em Arraiolos, Alandroal, Estremoz, Borba, Redondo, Vendas Novas e Viana a campanha está a assentar fundamentalmente na venda de cupões, estando em vários concelhos planeada a sua venda em contactos de porta-a-porta que se irão realizar durante a pré-campanha e campanha eleitorais.



## Jovens protestam em Sintra

No sábado, um grupo de jovens CDU, em que se incluía a candidata à Câmara Municipal, Paula Borges, manifestou o seu protesto pelo adiamento da abertura da Casa da Juventude das Mercês, há três anos pronta a receber os acabamentos.

No comunicado que distribuíram junto ao mercado da Tapada das Mercês, os jovens CDU afirmavam que «meros interesses de calendário eleitoral do PS prejudicam os jovens do concelho» e acusavam a Câmara de «total ausência de política de juventude».

Música animava a iniciativa que deixou a Edite Estrela um recado pintado pelos jovens num painel: «Sr<sup>a</sup> Presidente: não somos meros alvos eleitorais». Entretanto, um «medalhão» colocado pela jovem Paula Borges à porta da Casa da Juventude avisava: «Inauguração à espera de eleições».

## Encontro em Castelo Branco

Cerca de uma centena de eleitos autárquicos e activistas realizaram no sábado passado, em Castelo Branco, o Encontro Distrital da CDU, com a participação de André Martins, do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», e José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP.

O Encontro, que trocou proveitosas experiências, aprovou um Manifesto acusando de «má» e «rotineira» a gestão do PS e PSD. Referindo ainda a «prática de desrespeito pela colegialidade dos órgãos executivos», o Manifesto dá como exemplo deste tipo de gestão as baixas taxas de execução dos Planos de Actividade e Orçamentos.

Como contraponto, refere a gestão CDU que, segundo estudos feitos, detém mais de 50 por cento das 23 autarquias classificadas com actividade muito boa ou excelente na área do ambiente.

O Encontro aprovou ainda uma Moção sobre o Aterro de Resíduos Industriais, onde se afirma que a fraca industrialização do concelho e do distrito desaconselham aquela localização, pelo que, a ir para a frente, essa opção constituirá «mais uma penalização do Interior».

## Évora apresenta obra

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, encontrou-se, no passado fim-de-semana, a convite da célula do PCP, com mais de 200 trabalhadores da autarquia que aproveitaram a ocasião para o felicitar pela atribuição do Prémio «Autarcas 20 anos», considerado uma honra não só para o galardado mas também para a cidade e os trabalhadores.

Também no sábado, a CDU apresentou a um auditório que enchia completamente o salão da Casa do Povo o seu cabeça de lista à Junta de Freguesia de Torres de Coelheiros. No decurso da sessão, José Alves, do Secretariado da Comissão Concelhia de Évora, referiu o trabalho desenvolvido no concelho e na freguesia, e João Rodrigues, na qualidade de cabeça de lista à Assembleia de Freguesia, falou do trabalho realizado e das propostas da CDU para o futuro. Abílio Fernandes, que também se encontrava presente, salientou a obra realizada no concelho e, em particular, o esforço feito para elevar o nível de vida nas freguesias rurais, como era o caso da Torre.

A seguir aos «comes e bebes» que animaram o convívio, a Comissão de Reformados da Torre convidou a delegação da CDU a visitar as instalações do novo Centro de Dia.

## Escolas de Coimbra param no tempo

Na segunda-feira passada, no Pátio dos Castilhos, em Almedina, a CDU exigiu medidas concretas e apresentou propostas para os Ensinos do 1º Ciclo, Preparatório e Secundário que «parecem ter parado no tempo». Na iniciativa, que contou com a participação de Jorge Gouveia Monteiro, candidato à Câmara Municipal de Coimbra, Luís Carlos Silva, advogado e membro da Junta de Freguesia de Almedina, e Mário Nogueira, professor e dirigente sindical, foi feito «um retrato rápido mas esclarecedor» da situação do ensino em Coimbra.

Depois de referir, como exemplo de má gestão, o facto de em oito anos terem apenas sido construídos três Jardins de Infância, o documento distribuído pela CDU à comunicação social refere a situação das várias Escolas e apresenta dez propostas «para um ensino de qualidade», dentre as quais se destacam a «aposta clara na construção de escolas públicas», o «prosseguimento do alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar», «a criação de centros de ocupação de tempos livres» e a «humanização de espaços escolares».

## Delegação do PCP visita Observatório Europeu das Drogas

Uma delegação do PCP, incluindo Carlos Carvalhas, Secretário-geral, Francisco Lopes, membro da Comissão Política, Carlos Gonçalves, do Comité Central, e ainda os deputados António Filipe e Bernardino Soares, foi recebida, na passada quinta-feira, 12 de Junho, pelo Presidente do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicoddependência, George Estievenart, e outros quadros superiores deste organismo.

A reunião, que havia sido pedida pelo PCP, versou fundamentalmente os objectivos do Observatório Europeu e os resultados do Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia, referente a 1995.

Durante o encontro foram abordados vários assuntos, designadamente as dificuldades existentes na compatibilização dos dados remetidos pelas diversas extensões nacionais do Observatório que dificultam não só o tratamento desses dados como a recolha de conclusões.

No caso português, para além das dificuldades de compatibilização, registou-se ainda a falta de

dados relevantes que permitam um melhor conhecimento da realidade nacional. A delegação do PCP teve, aliás, ocasião de expor a sua preocupação sobre esta ausência de elementos que dificulta uma intervenção mais fundamentada dos comunistas na realidade nacional.

À saída da visita, o Secretário-geral do PCP prestou aos órgãos de comunicação social presentes algumas declarações.

Segundo Carlos Carvalhas, no encontro com o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicoddependência, o PCP pretendeu inteirar-se da actividade do Observatório «no quadro das grandes preocupações que temos com os problemas da toxicoddependência, nomeadamente no nosso país.»

«Vivemos uma situação particularmente grave, os toxicoddependentes são muitas dezenas de milhar com problemas humanos dramáticos afectando as famílias e todo o ambiente social», disse Carvalhas, afirmando que «não chega fazer declarações que classificam a droga como inimigo público número um, ou promover mediáticos dias D.»

Para os comunistas «é fundamental intensificarem-se medidas práticas para enfrentar este flagelo, no plano da prevenção primária, do atendimento e tratamento, na reinserção social de toxicoddependentes e no combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais».

«É necessária uma política que dê perspectivas de futuro aos jovens, que dê resposta aos mais de 110 000 jovens desempregados, ao direito ao ensino e à formação com qualidade, ao

acesso à habitação, ao desporto, à cultura e aos tempos livres.

«É da máxima urgência dar efectivas possibilidades de tratamento acabando com situações de mais de seis meses de espera para a primeira consulta nos Centros de Atendimento. Do mesmo modo é de grande importância a criação de pelo menos mais 1000 camas em comunidades terapêuticas públicas até ao final de 1998 a par de uma exigente fiscalização de instituições particulares nesta área. (...)»





# Candidatos da CDU

## ALENQUER



José Catarino

José Catarino foi apresentado como cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Alenquer, durante uma sessão pública, realizada na passada semana, que contou com a presença de Alvaro Cunhal.

O candidato tem 50 anos, é operário fabril na TUDOR onde desde 1974 integra a Comissão de Trabalhadores. Foi delegado sindical do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, entre 1974 e 1994, altura em passou a fazer parte dos corpos gerentes do SIESI. Integrou ainda a comissão negociadora do Contrato Colectivo de Trabalho dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico, entre 1976 e 1978, pela Federação dos Metalúrgicos, e foi membro da Direcção e Secretariado Permanente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal entre 1987 e 1989. Foi eleito na Assembleia Municipal de Alenquer entre 1982 e 1985 e vereador na Câmara entre 1988 e 1989. É responsável pela célula do PCP na TUDOR e membro da Comissão Concelhia do Partido em Vila Franca de Xira.

## BARCELOS

O candidato à Câmara Municipal de Barcelos, Manuel Carlos Ferreira Silva, acusou o executivo PSD de não ter um plano estratégico para a cidade e para o concelho. Falando na sessão de lançamento da sua candidatura, considerou que a CDU está em condições de demonstrar que é alternativa nas autarquias do concelho.

Manuel Ferreira Silva é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi refugiado político entre 1971 e 1974, onde, para além do bacharelato em Antropologia Cultural, completou a licenciatura e o mestrado em Sociologia na universidade de Amesterdão.

Foi professor no Colégio Nuno Álvares em Lisboa, assalariado na França e na Holanda como operário fabril, empregado bancário, além de tradutor e assistente social voluntário em várias associações portuguesas.

Entre 1976 e 1979 é professor do ensino secundário, voltando depois para Amesterdão

para trabalhar numa organização recreativa da Universidade. É co-criador da actual Associação Portuguesa de Amesterdão, colaborador na defesa do ensino da Língua e Cultura Portuguesa para filhos de Emigrantes na Holanda, assistente de investigação pelo Instituto de Sociologia da Universidade de Amesterdão, e investigador principal do projecto aprovado pela JNICT «Do Racismo e da Xenofobia ao Multiculturalismo».

## CUBA



Bertolina Brito Palma

Em sessão pública realizada no passado sábado, a CDU apresentou a candidata à CM de Cuba, Bertolina Maria Brito Palma, que substitui António São Brás, actual presidente da edilidade.

Bertolina Brito Palma, tem 42 anos de idade, e é a primeira mulher candidata à presidência de uma câmara no distrito de Beja. Militante comunista desde 1974, foi vereadora não permanente do Pelouro da Cultura e Educação na CM de Cuba, entre 1987 e 1989. Tem o curso da Escola do Magistério Primário e o curso de Estudos Superiores Especializados de Administração e Gestão Escolar da Escola Superior de Educação.

A candidata realçou a «grandeza de todo o trabalho efectuado em exercícios anteriores presididos por António São Brás», sublinhando que a proposta actual é «norteada por objectivos de inovação e dirigida aos novos desafios que hoje se colocam à gestão autárquica, tendo em vista o desenvolvimento e engrandecimento do concelho».

António São Brás, que encabeça a lista à Assembleia Municipal, apresentou Bertolina Palma como a candidata que reúne capacidade de trabalho, conhecimentos, experiência e seriedade que a colocam em condições de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela actual equipa.

A sessão contou com a presença de vários responsáveis locais, regionais e nacionais do PCP, designadamente de Luís Sá, membro do Comité Central do Partido. Este dirigente começou por lembrar que não devemos tomar como normal o

que está mal sistematicamente, como as injustiças sociais, a pobreza, o desemprego, a violência. Mas também não podemos tomar como normal o que está bem, disse para a seguir notar que foram os municípios da CDU que conseguiram maiores investimentos para os seus concelhos e isso deve-se, explicou, «a um esforço em prol das populações a um desempenho que distingue os eleitos desta coligação».

## GONDOMAR

Pimenta Dias, vereador da CDU na CM de Gondomar, onde é responsável pelo pelouro do Ambiente e membro do Conselho de Administração dos SMAS (ver suplemento neste número), é o cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara.

O candidato tem 40 anos de idade, é membro da Assembleia Intermunicipal da LIPOR, foi presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Cova e candidato da CDU nas eleições legislativas de 1991 e 1995. É militante comunista e integra o Conselho Regional do Porto do PCP.

A lista à Assembleia Municipal é encabeçada por Armando Pimenta, actual deputado neste órgão e vice-presidente da Assembleia Metropolitana do Porto. Foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar, vereador da CDU e membro do Conselho de Administração dos AMAS durante vários mandatos, tendo ainda sido membro do Conselho Administrativo da LIPOR. Faz parte de diversas associações, tendo em algumas delas funções de direcção. Tem 55 anos, é militante comunista e membro do Conselho Regional do Porto do PCP.

## MAÇÃO



João Pequito

A CDU de Mação realizou, no passado dia 7 de Junho, um jantar-convívio para apresentação dos primeiros candidatos aos diversos órgãos autárquicos do concelho. Na iniciativa que reuniu cerca de uma centena de pessoas, estiveram presentes, entre outros, Jorge Ferreira, membro do CC do PCP e coordenador da CDU de Mação; dirigentes da Intervenção Democrática; a deputada comu-

nista à AR Luísa Mesquita; e o general Vasco Gonçalves.

Na sessão, foram apresentados João Nuno Lourenço Pequito, candidato à presidência da CM de Mação, Fernando Torres, primeiro da lista à Assembleia Municipal, bem como Norberto Conde e José Maia Marques, candidatos às Assembleias de Freguesia de Mação e da Ortiga.

João Pequito tem 59 anos, foi assistente de Gestão da EDP durante cerca de 40 anos e é actualmente colaborador do Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira.

Tem colaboração dispersa em diversas publicações e jornais; assina uma crónica periódica no jornal «Voz da Minha Terra» de Mação. Foi por diversas vezes candidato à Assembleia de Freguesia do Carvoeiro; em 1993 foi candidato pela CDU à presidência da CM de Mação. Desde então, tem vindo a acompanhar assiduamente os problemas do município, a participar em debates e tertúlias e a dinamizar iniciativas em prol do desenvolvimento económico, social, cultural e ecológico do concelho.

Fernando Ferreira Torres tem 75 anos, é arquitecto co-autor duma importante obra sobre a arquitectura popular portuguesa. Tomou parte activa nas candidaturas, de oposição à ditadura fascista, do general Norton de Matos, Arlindo Vicente e Humberto Delgado. Pertenceu à CDE e ao MDP/CDE. Hoje faz parte da Direcção do Movimento da Intervenção Democrática que integra a CDU.

Foi vereador na Câmara de Lisboa, de 1980 a 1989, candidato à Câmara de Mação, em 1989, e à Assembleia Municipal em 1993. Fernando Torres é ainda o primeiro candidato da CDU à Assembleia de Freguesia de Envendos.

## MACEDO DE CAVALEIROS



Vítor Martins

A CDU divulgou recentemente o seu cabeça de lista à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Trata-se de Vítor Manuel Martins, de 33 anos, agricultor. Estudos nas escolas Augusto Moreno e Emídio Garcia, foi membro da JCP e faz



## VOUZELA



Maria do Carmo Madeiras

parte actualmente do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP.

Na sua declaração, o candidato fez duras críticas à maioria PSD que durante duas décadas esteve à frente do Município, mas não poupou o último mandato gerido pelo PS, que frustrou as expectativas de mudança da população deste concelho situado no eixo Bragança/ Mirandela/Vila Real.

Vítor Martins priorizou a agricultura como facto de desenvolvimento e comprometeu-se, em nome da CDU, a abrir um gabinete de apoio ao agricultor, junto da Câmara Municipal.

Na ocasião foi ainda apresentado o candidato à presidência da Assembleia Municipal, Manuel da Ascensão Moura, que tem 61 anos, capitão do Exército na reserva e escritor, e foi candidato da CDU à presidência da CM de Macedo de Cavaleiros em 1993.

## PENACOVA

Manuel Batista Peça e Manuel Veiga Tomé são os primeiros candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Penacova, no distrito de Coimbra. Manuel Peça tem 52 anos é tesoureiro, reformado, da Fazenda Pública, e ex-eleito na Assembleia Municipal. Manuel Tomé, de 49 anos, é professor do 1º ciclo.

## SALVATERRA DE MAGOS

A actual vereadora da CDU, Ana Cristina Ribeiro, vai encabeçar a lista à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos. O anúncio foi feito no decorrer de uma conferência de imprensa em que participaram dirigentes locais e regionais do PCP e José Casanova, da Comissão Política do Partido.

## TAVIRA

A CDU divulgou recentemente os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Tavira, respectivamente, Antero Arcanjo Mendes Romeira e António José Gomes.

O candidato à Câmara tem 33 anos de idade, é contabilista e integra a Comissão Coordenadora da CDU de Tavira. António José Gomes tem 39 anos e é advogado. Ambos são naturais de Tavira.

Tem 34 anos, é engenheira técnica agrícola e é a candidata da CDU à presidência da CM de Vouzela. Maria do Carmo Bica Chã Madeiras foi apresentada durante uma conferência de imprensa, promovida no passado domingo pela CDU, e propõe-se contribuir para o desenvolvimento social e económico do concelho.

Na sua biografia destaca-se a passagem pela UEC e pela JCP, a cuja Direcção Nacional pertenceu, integrando actualmente a Comissão Concelhia de Vouzela do PCP. Foi eleita nas listas CDU à Assembleia Municipal de Vouzela, entre 1989 e 1993, e candidata nas legislativas de 1991 e 1995, pelo círculo de Viseu. Sócia fundadora e presidente da Direcção da Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões, foi ainda presidente da Associação Regional dos Agricultores de Viseu.

## AM DA AMADORA

Na passada semana, a CDU apresentou o jornalista e escritor, independente, Mário Ventura Henriques como o primeiro candidato da lista à Assembleia Municipal da Amadora. Com vasta obra publicada, acaba de publicar «A Revolta dos Herdeiros», cujo lançamento mereceu a presença do Presidente da República, entre outras individualidades.

Mário Ventura Henriques tem-se igualmente dedicado à narrativa sociológica, representada nos livros «Alentejo Desencantado» e «Morrer Portugal».

Como jornalista, foi membro destacado do «Diário Popular» e «Diário de Notícias», redactor da revista Seara Nova, chefe da agência noticiosa Europa Press, director do semanário «Extra». A partir de 1968, colabora em vários jornais espanhóis, sendo actualmente correspondente do «Diário de Notícias» para Espanha.

Participou em numerosos movimentos da oposição ao regime salazarista, tendo sido preso pela PIDE em 1963. Foi candidato a deputado pelo círculo de Évora nas eleições de 1969 e 1974. Em 25 de Abril de 1974, encontrava-se preso no Forte de Caxias.



# 46 mil assinaturas pelo referendo à moeda única

Um abaixo-assinado com 46.287 assinaturas, reclamando a realização de um referendo sobre a participação de Portugal na moeda única, foi entregue quinta-feira passada no Palácio de São Bento, ao Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, que garantiu a rápida divulgação do texto pelos diferentes grupos parlamentares.



A recolha de assinaturas envolveu uma grande campanha nas ruas

Da delegação que procedeu à entrega da petição, faziam parte, nomeadamente, António Abreu, Carlos Brito, Fernanda Lapa, Lino de Carvalho, Blasco Hugo Fernandes, João Cunha Serra, João Carlos Louçã e José Falcão.

Em causa está, como é referido pelos signatários do documento, o facto de "a passagem à terceira fase da União económica e Monetária, com a criação da moeda única, vai condicionar profundamente o futuro dos portugueses, de Portugal e da Europa".

No texto do abaixo-assinado, lembra-se que "o cumprimento dos critérios de Maastricht para a adesão de Portugal à Moeda Única, com a sua lógica neoliberal, tem significado políticas de austeridade com aumento do desemprego, degradação de salários e pensões, desresponsabilização do Estado na área social (educação, saúde, segurança social)".

É contra esta lógica que os signatários, assumindo que têm "opiniões diferentes sobre

aspectos da integração europeia", declaram entretanto estar de acordo "na defesa de uma Europa de Estados soberanos e iguais em direitos, assente na aproximação e convergência real das economias e dos níveis de vida, com mais emprego, respeito pelos direitos sociais, defesa do ambiente, aprofundamento da democracia e solidariedade internacional entre os povos".

Os signatários afirmam ainda partilhar da convicção de que

"uma decisão tão crucial para o futuro colectivo, como é a passagem à moeda única, não pode ser decidida à revelia da vontade popular e da intervenção e da participação do povo".

A entrega deste abaixo-assinado na Assembleia da República é considerada pelos seus signatários como "a expressão de uma significativa manifestação de vontade de milhares de portugueses que é ao mesmo tempo o resultado de um exercício activo de direitos de cidadania".

## Encontro em Setúbal Mulheres e cidadania local

"O talento das mulheres para a cidadania local" foi o lema da reunião do Conselho Nacional do MDM, realizada no passado dia 7, no Salão Nobre da Câmara de Setúbal.

Uma reunião que se insere numa série de iniciativas que a Direcção Nacional do MDM decidiu promover neste mês de Junho, e que inclui a realização de uma Mesa-Redonda sobre o tema "A revisão constitucional e a cidadania feminina".

A aprovação de uma carta aos partidos políticos constituiu um dos pontos principais da agenda de trabalhos do encontro de Setúbal.

Foi ainda decidido propor às autarquias a criação de um Dia M, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher e o assumir, por parte do MDM, do estatuto de parceiro social junto do poder local.

A "permanente vontade de contribuir para transformar a realidade social das mulheres bem como o seu estatuto político ainda marcado pelas desigualdades e injustiças" - é a razão de ser do encontro de Setúbal. Uma preocupação que - sublinha-se no documento aprovado - neste momento se insere também no quadro das próximas eleições autárquicas.

É neste contexto que o Conselho Nacional do MDM lança um desafio aos partidos políticos para que:

- "reconheçam na prática o papel das mulheres nos cargos de decisão, em particular nas autarquias, onde a representação das mulheres é paradoxalmente diminuta, fazendo aumentar em 97 o número de mulheres eleitas;

- "integrem nos seus programas eleitorais compromissos que demonstrem a atenção pelos problemas que mais especificamente às mulheres dizem respeito".

O MDM decidiu ainda propor alguns aspectos programáticos "que no âmbito das respectivas competências as autarquias podem fazer, para que, determinantemente, se dêem os passos para diminuir o abismo entre o discurso e a prática".

O MDM propõe concretamente:

- "No campo do urbanismo, nomeadamente no ordenamento do território, ter em conta as distâncias casa-trabalho, as acessibilidades, os transportes escolares, a rede de escolas, os serviços de abastecimento público, os espaços de lazer, a rede viária e os passeios, já que as mulheres, pela necessidade de conciliar as tarefas, precisam de viver num espaço harmoniosamente organizado onde, com rapidez e segurança para as crianças, possam desenvolver as múltiplas funções;

- "Ter em conta as zonas de reconversão urbanística e dos programas especiais de realojamento para medidas específicas na habitação e nas zonas envolventes, tendo em conta as mulheres económica e socialmente mais desfavorecidas, nomeadamente equacionar medidas concretas para famílias monoparentais, mães solteiras e mulheres idosas;

- "No campo do desporto, promover a cultura desportiva para mulheres de todas as idades, dimensionando os recintos e os equipamentos e planeando as actividades tendo em conta os tempos das mulheres;

- "No campo da segurança nas ruas, equacionar medidas de iluminação pública, telefones, para permitir a saída e mesmo a participação social e cultural, condição da emancipação das mulheres;

- "No campo da participação organizada das mulheres - assumir as associações das mulheres como parceiro social, de acordo com a recente legislação para as questões de planeamento urbanístico e dos planos de desenvolvimento e em todas as áreas que incidem particularmente sobre as mulheres;

- "Equacionar a criação de uma Comissão Local para a Promoção da Igualdade. Promover a informação às mulheres como consumidoras de serviços".

E, por último, no campo social, criar uma "rede de infra-estruturas de apoio à família, diversificadas, para crianças, idosos, deficientes".

O documento aprovado em Setúbal sublinha que estes aspectos programáticos só terão sentido "no quadro do reconhecimento dos direitos de participação das mulheres, do direito à paridade, do direito ao bem-estar das populações" e pressupõem uma política autárquica actuante na defesa dos interesses das populações e a implementação da Regionalização.



### JCP muda de casa

A partir de dia 23 de Junho (próxima segunda-feira), a Sede nacional da JCP passará a funcionar na Av. António Serpa, nº 26, 2ª Esq. - 1050 Lisboa. O número de telefone será o 7930973 e o do novo fax o 7969897.

## AGRICULTURA em Notícias

Uma política agrícola que é alvo de profundas críticas por parte daqueles que trabalham os campos, de par da necessidade de ajuda face às más condições atmosféricas que se têm vindo a fazer sentir, estão no centro de várias reuniões, encontros e tomadas de posição de agricultores e pastores de diferentes pontos do país.

### Viseu: em defesa dos baldios

O Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, reunido em Assembleia Geral de sócios, no passado dia 8, aprovou uma Moção sobre a intenção do Governo de criar uma empresa pública para gerir matas públicas e comunitárias.

Na Moção agora aprovada - quando "começam a chegar de novo ecos de que o Governo continua a apostar e a desenvolver este projecto" - reafirma-se a posição já assumida em Setembro de 1996, com algumas dúvidas sobre o seu carácter, sobretudo em dois domínios:

- "Aonde estaria o governo a pensar ir buscar as receitas (os fundos) para fazer funcionar esta Empresa"? Concretamente - "não estaria o Governo a pensar nos baldios para fazer funcionar esta empresa, sugando, mais uma vez, uma parte das receitas dos baldios às comunidades serranas"?

- Tendo em conta "a febre privatizadora dos últimos Governos, se, de hoje para amanhã, esta empresa for privatizada, não poderão os seus responsáveis querer arrastar na privatização os baldios"?

"Não toleraremos qualquer tentativa, aberta ou encapotada, de roubo dos nossos baldios", conclui a Moção.

### Pastores transmontanos Assembleia em Chaves

Cerca de 200 pastores, oriundos do Distrito de Vila Real e Bragança, aprovaram a III Carta dos Pastores Transmontanos, na IV Assembleia, realizada este mês em Chaves, por iniciativa da Associação dos Pastores Transmontanos.

"A liberdade de pastoreio é uma herança da história, e jamais será resolvida se a separarmos dos problemas gerais da agricultura" - afirma a Carta, que sublinha - "O mundo rural só se poderá manter e revitalizar, com a coexistência e vivência de todos os sectores, que a ele estão ligados: - agricultura, pastoreio, pequena indústria, artesanato, turismo, etc."

Entre as reclamações mais urgentes, salientam-se, nomeadamente, as referentes à sanidade animal, por uma "melhor coordenação e funcionamento dos Agrupamentos de Defesa Sanitária"; uma Segurança Social adequada à "dureza desta profissão, com reforma condigna aos 60 anos, descontos acessíveis e medicamentos gratuitos; criação de um seguro pecuário; inclusão de representantes da Associação na gestão dos Parques Naturais; apoios comunitários; manutenção do actual quadro jurídico dos baldios, com liberdade de apascentação dos gados em terrenos baldios.

### Concentração em Ovar

Cerca de centena e meia de agricultores do Concelho de Ovar participaram numa concentração, frente à Câmara Municipal, para reclamar o levantamento da advertência de autos que obrigam à construção de fossas nas explorações agrícolas.

No documento - entregue ao presidente da Câmara, e endereçado também aos Ministérios do Ambiente e Recursos Naturais e da Agricultura - A União dos Agricultores de Ovar e a Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro afirmam que a aplicação dos decretos que obrigam à feitura de fossas "em nada ajudam a resolver os problemas da defesa da água e da natureza".

Os agricultores consideram que está em causa uma tentativa de os tornar "os bodes expiatórios dos problemas com a poluição da água e a destruição da natureza, nomeadamente pela inexistência de verdadeiras redes de saneamento e tratamento de resíduos, ETARs devidamente localizadas e a funcionar em pleno".

### Setúbal: Agricultura em debate

A situação da agricultura no Distrito de Setúbal e as medidas necessárias para alterar essa situação, foram tema de um encontro-debate, que juntou cerca de 130 agricultores, no dia 1 de Junho, nas instalações da Junta de Freguesia do Poceirão.

As conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação, apontam para a necessidade de uma nova Política Agrícola Comum "que respeite a especificidade da nossa agricultura" e de uma nova Política Agrícola Nacional, "que defenda os pequenos e médios agricultores e a agricultura familiar" e incentive o aumento da produção.

Em relação ao distrito, o documento refere "um conjunto de carências, medidas e acções", que seria urgente resolver e implantar, nomeadamente em relação às produções de arroz, vinho, leite, carne, maçã e sector hortícola.



## Estudantes chilenos exigem reformas

Mais de 12 mil estudantes, professores e funcionários das universidades públicas do Chile (de acordo com os números oficiais da polícia, veiculados pela agência Lusa) manifestaram-se nas principais cidades do país, na passada quinta-feira, exigindo uma reforma profunda do actual sistema do ensino superior. Uma das principais reivindicações consiste no reforço da participação dos estudantes na gestão das Faculdades em que estão integrados. Em Santiago do Chile, Valparaíso, Concepcion e Valdivia, os contingentes das forças de segurança foram reforçados, tendo-se registado confrontos na capital, junto do Palácio de la Moneda, sede da presidência. O ministro da Educação recusou-se a receber os dirigentes estudantis. Para o presidente da Federação de Estudantes, Rodrigo Rocco, esta iniciativa consistiu numa «demonstração da unidade das universidades estatais».

## Menores assassinados no Brasil

O Grupo Especial de Investigações de Crimes contra a Infância e a Adolescência do Brasil anunciou recentemente que 239 menores foram assassinados em São Paulo no período entre Janeiro e Maio deste ano. Cerca de 80 por cento destes crimes devem-se a ajustes de contas entre bandos de traficantes de droga e 15 por cento a vinganças pessoais e problemas na distribuição de objectos roubados. A maioria das vítimas passou por centros de reclusão, pertence a famílias mal estruturadas e é originária de favelas. A encarregada do Grupo, Elisabete Ferreira, sublinhou que «o número de homicídios em cinco meses é significativamente alto, se se tiver em conta que em 1996 foram assassinados 337 menores».

## Novas adesões à NATO

Os Estados Unidos impuseram aos seus parceiros da NATO três países para aderir à organização: Hungria, República Checa e Polónia. Isto, apesar da contestação interna que se vive em relação

# Timor-Leste no PE e a nossa diferença

A questão de Timor-Leste tem sido abordada com alguma frequência no Parlamento Europeu. Sempre com os deputados portugueses a tomar a iniciativa e a votar em uníssono. Desta vez, na última sessão plenária, não aconteceu assim.

Na sessão de Maio, tinha havido uma proposta de resolução no sentido de reforçar a pressão sobre a Indonésia, na oportunidade das eleições, e de insistir nas posições que tomam expressão na batalha política e diplomática para que Timor-Leste não desapareça do calendário e para que se encontrem formas de dar satisfação à reivindicação do direito à autodeterminação e à independência.

Entre as duas sessões, entre a de Maio e a que se realizou na semana de 9 a 13 de Junho, para além das eleições - que só confirmaram a natureza ditatorial do poder na Indonésia -, houve uma acção da resistência armada do povo de Timor-Leste e uma resposta muito violenta da repressão indonésia, do que resultaram mortes em número indeterminado e muitas prisões.

Pareceu aos deputados do PCP no PE que era mais que justificado tratar da questão no período da ordem de trabalho relativo às questões de actualidade, urgentes e de importância. Por isso, apresentaram uma proposta de resolução em nome do grupo em que se integram e, depois de troca de impressões e informações entre os grupos, esperar-se-ia que outros grupos também o fizessem.

Com alguma surpresa, veio a verificar-se que só os grupos liberal e verdes o tinham feito e, naturalmente, centrando as suas propostas de resolução sobre as eleições na Indonésia. Dos grandes grupos, PSE e PPE, onde se integram os deputados portugueses do PS e do PSD, e do grupo UPE, onde se integram os deputados eleitos nas listas do PP, nada tinha dado entrada.

Daqui resultou que, na selecção dos 5 temas para subir a plenária, na secção dos direitos humanos, foi excluído o tema Timor-Leste e Indonésia. Os deputados comunistas portugue-

ses reagiram a essa decisão e, através de um laborioso processo, em que se incluiu um recurso para o qual conseguiram o apoio de outros grupos, nomeadamente os signatários das outras propostas e também

o PSE e PPE, foi possível levar o tema à discussão em plenário, sob a forma de uma resolução de compromisso entre os diferentes grupos a que se juntaram aqueles que, até aí, tinham estado de fora do processo ou o tinham tentado obstaculizar.

Mas uma proposta de compromisso não é a de cada um dos grupos e, por isso, não foi a nossa e não ficou nela o que marca a nossa diferença. Essa nossa diferença foi afirmada no debate no plenário, que antecedeu a votação da resolução que, de novo, trouxe Timor-Leste ao Parlamento Europeu e condenou a ocupação e repressão militar de um regime ditatorial sobre um território e um povo que luta pela sua autodeterminação.

Essa diferença foi expressa por Sérgio Ribeiro que, na sua intervenção, afirmava:

“Há, também, como elemento novo em relação ao que aqui nos trouxe nas últimas sessões, o facto da resistência interna se ter manifestado, desmentindo quem anunciava que a luta armada no interior acabara e que só a frente diplomática e política mantinha acesa a aspiração à autodeterminação e à independência que essa mesma resistência fez nascer e conseguiu fazer prevalecer contra a ocupação, a repressão, o genocídio (...) ao apoiar, ao subscrever, ao votar essa proposta de resolução que resultou da nossa iniciativa, queremos sublinhar que, para nós, nela falta o relevo ao facto de, em Timor-Leste, não ter acabado a resistência e que a repressão se abate, hoje, e com grande violência, sobre aqueles que os ocupantes suspeitam ser os continuadores dessa resistência; como nela falta o indispensável reiterar de posições deste Parlamento quanto à suspensão imediata de toda e qualquer ajuda, assistência militar e venda de armas à Indonésia. É esta a nossa diferença!”

# Mobilizar para a luta contra o racismo

O Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) do Parlamento Europeu - onde se incluem os deputados comunistas portugueses - realizou um encontro sobre “A luta contra o racismo”, com a participação de activistas de movimentos anti-racistas e de associações de emigrantes dos países da União Europeia, que decorreu durante a última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

De Portugal participaram no encontro Pedro Santarém, da Frente Anti-Racista, João Fonseca e Luciano da Rosa, Conselheiros das Comunidades Portuguesas, respectivamente, em França e na Alemanha.

No encontro procurou-se fazer o ponto da situação relativamente ao racismo e à xenofobia (institucional ou não) nos diferentes Estados-membros da União Europeia, aprofundar

a reflexão sobre os problemas existentes, contribuir para o desenvolvimento da luta anti-racista e elaborar propostas a submeter às instâncias nacionais e europeias.

A tomada de medidas concretas que permitam alterar a actual realidade foi uma necessidade sublinhada neste encontro, bem como o assegurar o direito à cidadania ao imigrante. A implementação de processos de regularização adequados, a condição de refúgio humanitário, o apoio por parte dos governos à actividade das associações anti-racistas e de imigrantes, a criação de um “Observatório Europeu de Fenómenos Racistas e Xenófobos”, o assegurar das condições de vida a todas as pessoas, foram algumas das direcções de trabalho apontadas.

Esta iniciativa teve lugar num momento em que se constata um crescimento preocu-

pante de teses racistas e xenófobas junto da opinião pública, assim como um inquietante crescimento de delitos e discriminações, que se traduzem por atentados à dignidade e ao desrespeito dos direitos fundamentais em matéria de emprego, habitação, saúde, escolarização e exercício da cidadania.

Num momento em que certos governos adoptam ou preparam legislação, nomeadamente sobre imigração, que contribui para a intolerância e o racismo.

A mobilização dos democratas é essencial para dinamizar a luta contra o racismo que, aliás, começa a dar alguns frutos, de que são exemplo a pressão sobre os governos para a tomada de medidas para a regularização dos imigrantes, o lançamento do “Ano europeu contra o racismo”, a campanha do Conselho da Europa contra o racismo “Todos diferentes, todos iguais”.

# Amsterdão Há alternativas

Os preparativos da cimeira de Amsterdão devem ter começado bem cedo. Afinal, tratava-se de montar um dispositivo de segurança, que envolveu mais de 5 mil agentes, para assegurar a integridade dos bem-amados dirigentes governamentais dos 15 países da União Europeia (de alguma coisa terão medo...). Numa cidade como Amsterdão, pouco habituada a estes folclores, a coisa deu nas vistas. Mais estranharam ainda os holandeses que, habituados desde sempre a ver a sua rainha passear pelas ruas da cidade acompanhada apenas por alguns seguranças, tinham agora zonas da cidade completamente isoladas, com a circulação por ruas e canais cortada...

A montagem do “arraial” intensificou-se nos últimos dias, com as patrulhas policiais a saírem à rua e as cabeças pensantes europeias a ultimarem as rezas para que tudo corresse bem e não houvesse problemas com o Pacto de Estabilidade.

Amsterdão foi o primeiro Conselho europeu cuja realização provocou uma forte con-

testação popular, cujos preparativos também começaram com dias, senão semanas e meses, de antecedência. Pela primeira vez uma cimeira deste tipo decorreu sob a pressão popular.

A marcha contra o desemprego, a precariedade e a exclusão, iniciada há várias semanas em diversos pontos da Europa, afluíu a Amsterdão,

# Consequências

(...)

Perante o crescer das lutas sociais e a inquietação dos povos, alguns dos responsáveis directos (ou indirectos) por este projecto neoliberal da União Europeia inscrito no Tratado de Maastricht (e que a CIG se prepara para rever, acentuando orientações negativas e mantendo inalterados aspectos tão gravosos como os da UEM, na sua fidelidade à estratégia original) pretendem, num golpe de propaganda, atirar poeira aos olhos dos trabalhadores e dos cidadãos, com a inscrição no Tratado revisto de um capítulo sobre o emprego e outro sobre as políticas sociais. Ora, na nossa opinião, não há conciliação possível entre a manutenção do núcleo duro das políticas de Maastricht e, em particular, da UEM, e a concretização dos objectivos emprego e coesão social.

A prova está feita nestes últimos anos de convergência nominal no caminho para a moeda única. Mais, a proposta conhecida da presidência holandesa para primeiro Artigo do Título a inscrever no Tratado sobre o emprego é, previsivelmente, um dispositivo para (dando cobertura comunitária a alterações da legislação laboral) provocar mais desemprego: «promover uma força de trabalho competente e adaptável, e mercados de trabalho que reajam favoravelmente a uma economia em mutação»! Sem desvalorizar (pelo contrário, reivindicamos) a inscrição daqueles objectivos no Tratado da União Europeia, atentos ao seu significado como resultado da luta travada pelas organizações sociais, políticas, e de esquerda e progressistas, não pode deixar de combater-se qualquer ilusão sobre o seu potencial e real valor na resposta ao dramático problema do desemprego que atinge a Europa. Mas se aqueles objectivos (por incompatibilidade) não são susceptíveis de se acrescentar ao Tratado de Maastricht, eles devem estar no centro de uma outra construção europeia.

Como não bastará um orçamento comunitário maior (embora tal fosse desejável), nem uma coordenação das políticas económicas, ou avanços institucionais que desenvolvam soluções federalistas (o que, aliás, repudiamos), quando a lógica económica se mantém inalterada e comandada pela rentabilidade financeira do capital transnacional, impulsionando uma divisão europeia de trabalho, segundo o Argumentário Euro, «mais eficaz», em que uns serão pintores da construção civil e outros «picassos»! Porque não há compensações financeiras ou transferências de fundos que possam pagar (o que não tem preço): a destruição dos tecidos produtivos nacionais ou a perda da identidade económica, social, cultural e política dos povos. Porque são inaceitáveis políticas que possam pôr em causa um dos princípios gerais em que se funda, segundo o próprio Tratado, a União: «a identidade nacional dos Estados-membros».

(...) A pretendida quadratura do círculo - compatibilizar Maastricht com o emprego e a coesão social - tem por base



## INTERNACIONAL

## Europa neoliberal

para coincidir com a cimeira. Mais de 50 mil pessoas desfilarão pelas ruas da cidade, com palavras de ordem contra o desemprego e a moeda única pronunciadas nas mais diversas línguas. De Espanha, França, Bélgica, Noruega, Finlândia, Grécia, Dinamarca, de quase todos os cantos da Europa os caminhos conduziram à capital holandesa. Portugal também contava com manifestantes, na sua maioria militantes do PCP emigrados na Holanda.

Assim, nos dias que antecederam a cimeira, Amsterdão fervilhou de iniciativas, quase todas organizadas à escala europeia, de diversos sectores da sociedade que aproveitaram o momento para fazer ouvir mais alto as suas vozes. Se a montanha, leia-se os governos europeus, quer continuar a tomar decisões à revelia dos povos, então os povos vão atrás da montanha para que ela os ouça.

Nos dois dias anteriores à cimeira decorreram uma reunião organizada pelo Partido Socialista da Holanda que discutiu as "Alternativas Progressistas à União Europeia Neoliberal", na qual participou uma delegação do PCP. Neste encontro, em que participaram vários partidos de esquerda, comunistas e progressistas europeus, ficou mais uma vez demonstrado que há outros caminhos. Basta querer fazer uma política que seja determinada pelo interesse dos povos e não do grande capital.

## Virar à esquerda

Os diferentes oradores levaram à discussão descrições das situações vividas nos seus países e sugestões para o prosseguimento de caminhos alternativos. Uma ideia muito enfatizada foi a necessidade de se passar da resistência às políti-

cas neoliberais que se estão a impor por toda a Europa a uma fase de apresentação e difusão de propostas alternativas da esquerda. Neste contexto insistiu-se uma vez mais na redução do tempo de trabalho como forma de criar empregos e na necessidade de se contrapor à inevitabilidade e fatalidade da UEM a alternativa de uma moeda comum, que criasse uma nova forma de cooperação monetária, como defendem os comunistas franceses.

Os trabalhos da conferência prosseguiram com a realização de *workshops* temáticos onde se aprofundaram temas como os efeitos sociais da União Monetária, os efeitos da UE na soberania nacional e a caminhada para os "Estados Unidos da Europa".

Na sua intervenção, de que reproduzimos excertos em separado, o representante do PCP, Agostinho Lopes, após fazer uma descrição da situa-



Milhares de trabalhadores de diferentes países europeus manifestaram-se em Amsterdão pelo emprego e a Europa social

ção portuguesa, criticou "a tentativa de conciliação impossível da lógica de Maas-

tricht e, em particular, da UEM, com efectivas políticas sociais e o objectivo do pleno emprego".

Terão os líderes de governo escutado e ponderado as diversas mensagens deixadas em Amsterdão antes de tomarem as decisões que influenciam a vida de todos nós? Pelos resultados conhecidos vê-se que não. Valeu a pena o esforço? As eleições francesas, por exemplo, mostraram que o autismo pode dar maus resultados. A capacidade de mobilização demonstrada em Amsterdão indica que os povos podem aguentar muita coisa mas também se cansam e agem. Como José Saramago escrevia em "Levantado do Chão": "Quem em tudo isto não encontrar novidades, precisa que lhe tirem as escamas dos olhos ou lhe abram um buraco na orelha"...

## Efeitos sociais da União (Monetária) Europeia

duas teses nucleares do pensamento único do neoliberalismo: 1) a expulsão do «social» da economia, com a consequente «naturalização» desta; 2) a «imperativa» ditadura dos mercados financeiros. E as duas teses expulsam, logicamente, a política e dispensam a democracia.

Pela primeira tese, procura inculcar-se a ideia de que, tal como um «sistema natural» (as marés ou o ritmo das estações), o «sistema económico» funciona e, funcionando, ninguém tem responsabilidades pelos seus efeitos secundários ou laterais. Ele existe para produzir lucros e acumular capital. Essas questões do desemprego, da segurança e saúde, são problemas sociais que têm resposta ao nível da medicina social: rendimentos mínimos, sopa dos pobres, bancos alimentares, mercado social de emprego. Como diz alguém, o social é a ambulância que se envia aos mortos e feridos da competitividade. A fractura social substitui-se à oposição e diferenças de classe, e «naturaliza» as crescentes desigualdades como efeito «natural» do funcionamento da economia.

A segunda tese tem uma versão precisa nas afirmações do Presidente do Grupo Parlamentar CDU no *Bundestag*: «as regras da união monetária europeia, tal como foram formuladas no Tratado de Maastricht (...) são o *diktat* da realidade supranacional. A política deve ser orientada em função da realidade supranacional. As expectativas dos mercados financeiros internacionais são uma expressão dessa realidade». Logo: a política deve ser orientada em função das expectativas dos mercados financeiros internacionais e não das expectativas dos cidadãos!

(...) Um primeiro e essencial caminho é a resistência social, política e ideológica à Europa de Maastricht e do neoliberalismo. Esclarecendo, mobilizando, organizando. Nas lutas concretas contra as consequências sociais (despedimentos, redução de benefícios sociais, etc.) impostos pela União Económica e Monetária. Contra a política que, na agricultura,

nas pescas, na indústria, nos serviços, excluem do processo produtivo homens e mulheres em plena maturidade física e intelectual. Nas lutas mais gerais contra o desenvolvimento de projectos, contra os interesses e à margem da vontade democrática dos povos.

(...) Caminhos de solidariedade, de iniciativas, acções e lutas comuns, a prosseguir e a intensificar, em torno de um vasto conjunto de objectivos imediatos que podem unir importantes forças sociais e políticas: o emprego com direitos, a redução generalizada dos horários de trabalho sem perda de salários, o combate às privatizações e a defesa do serviço público, o desenvolvimento harmonioso e sustentado, com a correcção dos desequilíbrios regionais e sociais e a defesa do ambiente, pela participação democrática dos cidadãos em todas as decisões sobre o futuro da União Europeia e da Europa.

É neste sentido que os comunistas portugueses e o PCP continuarão a trabalhar.

(Excertos da intervenção de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português)

## Alguns dados sobre a situação social em Portugal

## • Desemprego (em sentido lato)

- ⇒ 1994 - 11,4%
- ⇒ 1995 - 11,3%
- ⇒ 1996 - 11,1%

## • Desemprego de longa duração

- ⇒ Representava 26% do total de desemprego em 1992 e representa 42,5% em 1996

## • Precarização

- ⇒ Crescimento de 30% entre 1994 e 1997, atingindo 409 mil postos de trabalho no 1º trimestre do corrente ano

## • Penalização das mulheres e dos jovens

- ⇒ Mulheres: % na população empregada - 45%
- % na população desempregada - 51%
- Remuneração média (Abril 96) - Homens: 145,5 contos/mês

Mulheres: 102,0 contos/mês

⇒ Jovens (14/24 anos): % na população activa - 14%

% de desempregados - 16,6%, no quadro de uma taxa de desemprego (restrito) de 7,2%

## • Desempregados sem subsídio de desemprego (Dez. 96) - 59,9%

• Activos que não descontam para qualquer esquema de segurança social - 1,2 milhões (quase 1/3 da população activa)

• Taxa de pobreza segundo o Eurostat - 27,1% para uma média europeia de 15,7% (critério da linha de pobreza: 50% do rendimento médio disponível nacional por unidade de consumo equivalente)

• Parte dos salários (ajustada pelos trabalhadores independentes) no PIB:

1983 - 73,7%

1993 - 64,8%

## • Desigualdade na distribuição de riqueza:

(anos 90) 25% da população concentra 72,8% da riqueza total

## • Desigualdade na distribuição do rendimento:

o quintil (faixa de vinte por cento da população) de topo (5º) absorve, em 1994, 45,2% do rendimento total (em 1990 absorvia 42,5%), com o grau mais elevado das desigualdades da União Europeia - um índice de Gini, de 0,39 para a média europeia de 0,31

## • Assimetrias regionais:

a disparidade regional do PIB per capita, medida pelo afastamento-tipo, passou de 15,0 em 1983 para 20,2 em 1993, tendo o índice nacional do PIB/capita (EUR 15 = 100) passado, no mesmo período, de 55,1 para 68,2.

à expansão da NATO, não só nos países aderentes como nos outros. «Há senadores que se opõem totalmente ao alargamento», confessou recentemente o secretário da Defesa norte-americano, William Cohen, numa conferência de imprensa. Nos dias 8 e 9 de Julho o futuro da Organização do Atlântico Norte será discutido na Cimeira de Madrid, mas não se esperam quaisquer novidades.

## Arménios manifestam-se por eleições antecipadas

Milhares de arménios participaram na sexta-feira numa jornada de protesto nacional em 17 cidades do país. Os manifestantes, que na capital foram mais de 15 mil, exigem a antecipação das eleições legislativas, presidenciais e autárquicas, a adopção de uma nova Constituição, o fim dos processos políticos e igualdade de tratamento para todos os partidos.

## Crianças traumatizadas pelo apartheid

Mais de 2260 crianças com menos de 18 anos morreram entre 1960 e 1994 na África do Sul vítimas de violência política, de acordo com os dados divulgados na semana passada pela Comissão da Verdade e Reconciliação. Das 80 mil pessoas detidas sem julgamento durante o apartheid cerca de 20 mil (25 por cento) eram crianças. Os detidos sofreram agressões, torturas e humilhações. Os sobreviventes sofrem para toda a vida as suas consequências físicas e psíquicas.

## Florestas tropicais em perigo

Anualmente, 12,9 milhões de hectares de florestas tropicais são destruídos, indica o último relatório do Governo alemão sobre as selvas. «Isto é superior à superfície total de florestas na Alemanha e equivale a uma perda anual média de 0,7 por cento», disse o ministro da Agricultura germânica, Jochen Borchert. A erosão do solo, inundações, perda da diversidade biológica, agravamento do nível dos seus habitantes, bem como alterações climáticas globais, contam-se entre as consequências directas desta situação.



Texto:  
Daniel  
Rosário

# "É necessário resta a medida humana

**K**en Coates é deputado ao Parlamento Europeu pelo Partido Trabalhista britânico desde 1989. Com a luta contra o desemprego como cruzada, lançou no ano passado o «Apelo pelo Pleno Emprego» que culminou na realização no Parlamento Europeu da primeira «Convenção pelo Pleno Emprego», onde participaram mais de 700 representantes de partidos, sindicatos, igrejas e organizações não governamentais.

Considera que a marcha forçada em direcção à moeda única está a ter consequências sociais catastróficas e que o necessário é «humanizar» a economia e que se invista na criação de emprego e na segurança social. Deve-se apostar na redução do tempo de trabalho sem reduzir os salários e levar a cabo uma redistribuição da riqueza mais justa.

Talvez por isso não seja de estranhar que não esconda a sua atitude «não muito amigável» em relação ao New Labour de Blair. Recentemente, esteve em Lisboa no Comício Internacional promovido pelo PCP, apesar das pressões que sofreu para não o fazer.

Quais são as causas do nível de desemprego que se regista hoje e que, só na União Europeia, atinge 20 milhões de pessoas?

Os grandes factos são provocados por grandes causas. Record-se que, durante 30 anos após a II Guerra Mundial, nós tivemos pleno emprego. O que aconteceu foi que os governos nacionais aplicaram o conhecimento que lhes fora legado por Keynes e seus seguidores e geriram as economias nacionais por forma a estimular a procura quando esta estava a cair e reduzi-la quando aumentava demasiado depressa, por forma a manter um nível de emprego constante. E quando dizemos que tínhamos pleno emprego, claro que havia algumas pessoas que não estavam a trabalhar, mas que se estavam a movimentar entre empregos. Em alguns países, o seu número deveria rondar os 3 por cento da população activa. Agora, já perdemos esses números de vista. Agora falamos de desemprego em alguns países superior a 20%, como em Espanha, ou de 17%, como na Finlândia. Não vou entrar pelos números, mas o que é verdade é que há muito que ultrapassámos as fronteiras da civilização.

E o que é que levou a essa situação?

Essencialmente porque a economia se transnacionalizou. Os governos já não se atrevem a praticar determinados tipos de políticas que sejam prejudiciais para os interesses das corporações multinacionais e dos sistemas financeiros. O poder deslocou-se e este movimento aumentou enormemente com o estabelecimento da liberdade de circulação de capitais, com o facto de que se podem deslocar recursos ao redor do mundo tocando numa tecla de computador. Mas como condição para isto tivemos o desenvolvimento da «moda» entre economistas, assim como entre governos, de uma débil noção chamada «NAIRE», que significa «Taxa de Desemprego Não Aceleradora da Inflação», cujo sentido está bem patente no seu nome. O que diz é que tem que haver um número suficiente de desempregados para garantir que a inflação não aumenta. Isto é uma doutrina fraca. Significa que as pessoas podem perder os seus empregos para que eles possam controlar a taxa de inflação. Por que é que alguns, esses desempregados, devem ser responsáveis para que o mundo possa ser feliz? Realmente não é uma suposição nada razoável. E esta doutrina faz hoje lei na maioria das chancelarias mundiais.

O facto é que é necessária uma economia baseada nas suas pessoas. E se todas elas têm condições para trabalhar e para produzir efectivamente e para ganhar um ordenado decente, então a economia é forte. E se 10, 15 ou 20 por cento delas estão excluídas da economia, é uma economia ineficaz. Devemos restaurar a medida humana destas coisas. São as pessoas que devem vir em primeiro lugar quando se fazem estes cálculos.

Restringindo-nos à situação que se vive no espaço da União Europeia, que relação considera haver entre as orientações económicas de fundo assumidas e a taxa de desemprego?

Logo à partida, elas reforçam-se uma à outra. Eles são absolutamente sinceros: fizeram um acordo em Maastricht para se avançar em direcção à União Económica e Monetária (UEM). A UEM, em abstracto, é uma coisa adequada, pois as nações, separadamente, perderam o controlo da sua moeda. É uma competição de cada um contra todos. Ao serem tomadas as opções económicas modernas, a moeda sobreavalia-se, então torna-se necessário desvalorizá-la. Então, todos os demais entram em caos e têm que desvalorizar a sua moeda. Foi o que aconteceu há 3 anos, em 1992, quando o governo britânico saltou do Mecanismo das Taxas de Câmbio (MTC) e desvalorizou a libra. Isto foi ótimo para a indústria britânica durante um curto período de tempo, extremamente mau para os demais durante muito tempo. Há uma espécie de ciclo no qual cada país mina os demais. Para trabalhar juntos é sensato ter uma moeda única que mataria a especulação tipo

## da econ Entrevista com

George Soros, o multimilionário. Numa ocasião, contei que Soros fez um bilião de libras com a operação que destruiu o lugar da libra no MTC. A moeda única pararia isso, mas não se avança para uma moeda única provocando miséria por toda a parte, restringindo as despesas públicas quando elas deviam ser expandidas. Se há um desemprego crescente, é necessário gastar mais por forma a fazê-lo diminuir. E a proposta de Maastricht é de cortar o défice em todos os países por forma a que todos eles estejam em condições de aceder à União Monetária. O que isso provocou foi o aumento do desemprego em todos os países. No meu relatório ao Parlamento Europeu, avanço com a estimativa de que Maastricht gerará mais 10 a 12 milhões de desempregados e realmente estamos a caminho disso.

Mas se os povos insistirem, as políticas terão que ser criadoras de emprego. Os mecanismos para gerar empregos estão lá. Podíamos criá-los da forma como se discutiu na Convenção pelo Pleno Emprego, financiando projectos promovidos pelas autoridades locais e regionais que criassem empregos e melhorassem o ambiente e as infra-estruturas. Projectos que podem ser desencadeados pelas autoridades locais mas que estas não fazem devido à falta de dinheiro, em parte devido à política de cortes. Disponibilizando recursos e encorajando a descentralização através da realização de acções locais, dinamizadas pelas autoridades locais, para criar empregos. Por outro lado, pode-se partilhar o emprego, pois hoje uma pequena parte da população trabalha com máquinas extremamente avançadas durante 50, 60 e por vezes mais horas por semana.

A redução do tempo de trabalho seria uma solução?

Uma grande solução. Brevemente, entraremos nessa «Nova Era» de que se fala, e por este andar metade das pessoas não trabalhará e a outra metade trabalha todas as horas que há. Houve algo que se desenvolveu de uma forma completamente errada. E isto porque não utilizamos a

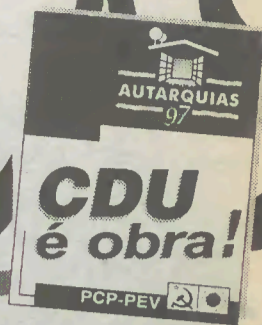
“A proposta de Maastricht é de cortar o défice em todos os países por forma a que todos eles estejam em condições de aceder à União Monetária. O que isso provocou foi o aumento do desemprego em todos os países.”



Em Portugal, como em toda a Europa, milhares de trabalhadores manifestam-se pelo pleno emprego



# AUTÁRQUICAS



## PORTO Afirmar a CDU

### como alternativa no distrito

São 17 concelhos com mais de um milhão e duzentos mil habitantes. Alvo de uma forte pressão demográfica e urbana, nas últimas duas décadas, o distrito do Porto apresenta dos mais baixos índices de cobertura de saneamento básico do País, estrangulamentos nas acessibilidades entre os vários centros urbanos, deficientes e desordenados transportes públicos, graves problemas habitacionais, um meio ambiente poluído, resultado de negligências várias que ao longo dos anos têm caracterizado, alternadamente, as gestões do PSD e do PS.

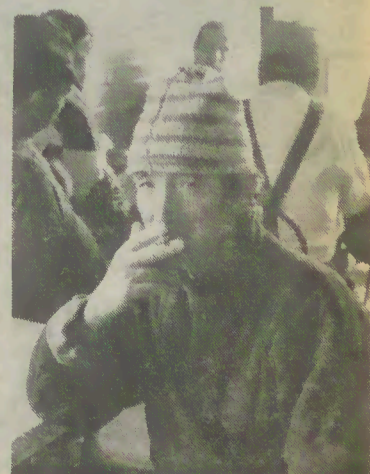
Actualmente, a CDU tem seis vereadores nas câmaras do distrito, vários eleitos nas assembleias municipais e de freguesia, para além de deter três presidências de freguesia. São posições que há primeira vista não traduzem a importante actividade e influência dos seus eleitos em algumas autarquias, e muito menos a sua ligação às populações, as quais sabem que podem contar com o apoio da CDU e lhe reconhecem, nem sempre através do voto, a coerência, honestidade e empenhamento na defesa dos seus interesses e legítimas aspirações.

A Coligação está convicta de que «só um movimento de mudança no eleitorado que a reforce significativa-

mente permitirá, tal como noutras regiões do País, avançar na resolução de muitos dos actuais problemas da região do Porto». Por isso aposta num vasto conjunto de iniciativas de divulgação e esclarecimento das suas propostas, ao mesmo tempo que procura chegar a novas pessoas e sectores para darem a sua contribuição ao projecto autárquico que a CDU protagoniza.

Considerando haver «condições e espaço para de forma crescente se afirmar como alternativa de poder a nível autárquico também na região do Porto», a CDU afirma-se como «um projecto autónomo e independente tanto em relação ao PS como ao PSD e aos interesses que por eles vêm sendo defendidos e protagonizados».

Ao seu alcance está «um crescimento significativo de votos na Área Metropolitana do Porto, já nestas eleições, o que permitirá condicionar decisivamente a composição dos próximos executivos, e a gestão do PS ou do PSD, designadamente nos municípios em que dispõe de maiorias absolutas».





# Mantemos uma intervenção onstante em defesa das populações

**É**leita autárquica há quase onze e este é o primeiro mandato em que se encontra sem pelouro. Mulher de acção, orgulha-se da obra que a CDU, mesmo em minoria, tem realizado em várias autarquias do distrito e do trabalho permanente que efectua junto das populações apoiando, com resultados, as lutas que desenvolvem. Conhecidora dos problemas, Ilda Figueiredo afirma que as maiorias absolutas têm prejudicado a região e os seus habitantes, que deverá estar constantemente a promover grandes projectos que depois não passam do papel.

No distrito do Porto, a CDU é uma força minoritária na generalidade dos órgãos autárquicos. Como é que em minoria se defendem os interesses das populações?

Ilda Figueiredo - É de facto uma tarefa difícil. Contudo, existem duas situações diferentes: quando temos competências delegadas realizamos obras concretas e mesmo quando tal não acontece procuramos sempre apoiar os legítimos interesses das populações.

Durante sete anos fui vereadora na Câmara de Gaia e tive o pelouro do ambiente e jardins. Muitos dos projectos então apresentados pela CDU ainda hoje persistem. Um deles - o Parque Biológico Municipal de Vila Nova de Gaia - é conhecido em todo o País e foi lançado e gerido por mim durante sete anos. Foi uma das iniciativas pioneiras na defesa do ambiente e da promoção da educação ambiental.

Que razões foram evocadas para se ter retirado o Pelouro na Câmara do Porto?

O argumento usado foi que eu tinha votado contra o Plano e Orçamento da Câmara. Mas a verdade é que o PS não conseguiu conviver com a diferença de opiniões e dificilmente suportava a ligação que eu sempre quis manter com a popula-

ção. Por outro lado, ao fim de menos de um ano à frente do pelouro da Saúde, e como membro do conselho de administração dos SMAS, a obra começava a ver-se, o que começou a incomodar a maioria socialista.

Nesse período bati-me pela concretização de projectos que estão agora a vez a luz do dia. Refiro-me por exemplo à Estação de Tratamento de Águas Residuais do Freixo cuja construção, que deverá estar concluída ainda este ano, defendi arduamente enquanto membro do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto.

Porém, outros vereadores da CDU mantêm os seus pelouros...

É verdade, mas tal acontece em câmaras onde não há maiorias absolutas. Como já referi, mantive um pelouro na Câmara de Gaia durante sete anos e sob presidências do PS e do PSD. Todavia, logo que o PS obteve a maioria absoluta o pelouro foi-me retirado.

Agora a tua intervenção está limitada.

Mas mesmo assim a experiência destes últimos dois anos e meio tem-me demonstrado que é possível lutar pela resolução dos problemas da população e conseguir alguns resul-



## Entrevista com Ilda Figueiredo

A candidata da CDU à Câmara do Porto afirma que o actual executivo municipal PS sofre de um «grande défice democrático»

tados, numa ligação muito estreita entre os municípios, as instituições e a própria câmara municipal.

Servindo de ponte entre os municípios e a Câmara? Também. Mas sobretudo defendendo na Câmara as reivindicações dos municípios.

Por exemplo...

Ainda há dias, numa visita que fiz a uma ilha bem conhecida da cidade - o Beco do Paço - os moradores ofereceram-me um ramo de flores, certamente em sinal de reconhecimento de uma luta travada durante cerca de dois anos. Na sequência das obras que estavam em curso, estas famílias estavam ameaçadas de despejo pelo proprietário, neste caso a Universidade do Porto, que começou por recusar-se a receber as rendas e depois, em colaboração com a Câmara, tentou realojar as famílias em casas prefabricadas. Finalmente, mercê da determinação da população e da insistência e apoio da CDU na Câmara, o realojamento vai ter lugar em casas camarárias, novas, com todas as condições necessárias.

Qual é a situação desses bairros populares no Porto conhecidos por ilhas?

As ilhas são pequenos aglomerados de casas construídas para os operários. O seu interior, que geralmente não se vê da rua onde apenas fica a entrada, é constituído por habitações erguidas em tomo de um largo, criando-se aí relações de vizinhança muito próximas como se de uma pequenina aldeia se tratasse.

O problema é que em geral as ilhas não têm praticamente infra-estruturas. As famílias vivem sem rede de esgotos, sem quartos de banho ou água canalizada. Os proprietários são a Câmara e outras entidades oficiais, como é o caso da Universidade do Porto, mas também existem centenas de ilhas na posse de particulares.

Quantas pessoas habitam nas ilhas?

Calcula-se que quatro mil famílias, ou seja, cerca de 20 mil pessoas, vivam neste tipo de habitações. Nalguns casos é possível recuperá-las criando espaços bastante interessantes, mas em muitos outros tal não é possível devido ao estado de

degradação e à total falta de condições.

Um dos problemas maiores, não só das ilhas mas de toda a região do Porto, é o saneamento básico. Qual é a percentagem de cobertura da rede?

No distrito só cerca de 35 por cento a população é servida por redes municipais. Na cidade do Porto esta percentagem sobe para 52 por cento. O restante está ligado à rede de águas pluviais ou a fossas.

O que é a rede de águas pluviais?

Por vezes confunde-se com os esgotos mas não é a mesma coisa. São canais a céu aberto para onde são lançados indevidamente esgotos, enquanto a rede municipal conduz os efluentes para o depósito das Sobreiras, junto ao rio Douro, que foi construído pelos ingleses há cerca de 100 anos. Daqui são lançados ao rio.

E é o único sistema que existe?

Sim. O Porto não tem ainda nenhuma estação de tratamento de águas residuais. Também a rede de águas pluviais despeja

directamente no Douro, que é finalmente o grande depósito de esgotos da cidade. Vila Nova de Gaia tem também ainda esgotos ligados ao rio. É por isso que defendemos como proposta prioritária para esta região a despoluição do Douro através da construção de um conjunto de ETAR's, abrangendo o Porto, Vila Nova de Gaia e Gondomar. Em todo o distrito, só cerca de quatro por cento da população tem tratamento de águas residuais. Ou seja, em média, a cobertura de saneamento básico não atinge sequer metade dos níveis

verificados nos distrito de Lisboa ou do Alentejo.

Isso é responsabilidade das gestões camarárias?

Sim. Quer o PS quer o PSD são nos últimos anos, devido à pressão da opinião pública, começaram a dar alguma atenção aos problemas do saneamento básico e a fazer promessas nesta área. Infelizmente nem sempre são cumpridas. Por exemplo, os SMAS do Porto inscreveram 3 milhões de contos no Orçamento de 1996 para obras de construção e melhoria das redes municipais. Contudo,

chegados ao final do ano verifica-se que só foi realmente aplicado um milhão de contos, ou seja, um terço do que estava previsto.

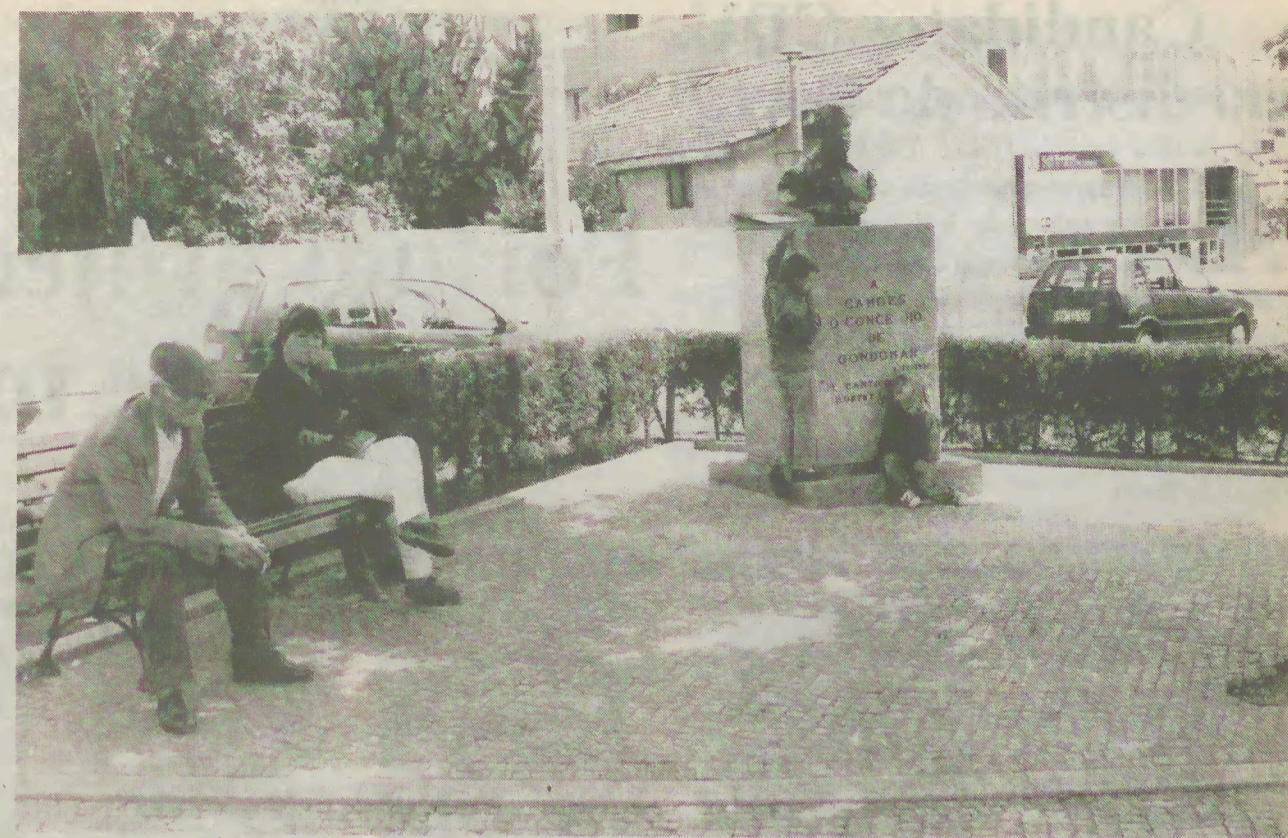
Muitos dos problemas que já falámos têm uma dimensão intermunicipal. Tem havido coordenação de esforços no âmbito da Área Metropolitana?

Esse é um dos aspectos que mais criticamos ao PS. Tendo este partido a maioria na Junta Metropolitana do Porto não se entende por que é que não procurou uma maior coordenação entre os municípios em torno dos grandes projectos da região. Designadamente em torno do Douro, onde existem os problemas mais graves em termos de acessibilidades, transportes, saneamento e ambientais. Pelo contrário, foram tomadas decisões de costas uns para os outros que só atrasaram a região.

Como é que isso se explica?

É a ânsia de protagonismo bem evidenciada no caso da nova ponte Infante D. Henrique. Foi anunciada há um ano com pompa e circunstância pelo presidente da Câmara do Porto, que aliás fez questão de logo baptizá-la, sem antes ter sequer negociado as condições com o Município de Vila Nova de Gaia. É claro que o processo teve de voltar à estaca zero e só agora foi lançado o concurso para a elaboração do projecto.

Um outro exemplo tem que ver com a construção de um exutor no Douro para servir os concelhos de Porto, Gaia e Gondomar. A Câmara do Porto decidiu não aderir e o problema que hoje se coloca é que poderá ter de construir um novo exutor ao lado do que já existe em Gaia. Isto é, estamos perante uma duplicação de investimentos



desnecessária se de início tivessem sido coordenados. Podia referir mais exemplos, nomeadamente na área dos transportes públicos.

Quais são as principais críticas que a CDU faz à gestão de Fernando Gomes?

Há um grande défice democrático, não só no funcionamento da Câmara como também no relacionamento com as instituições e com os municípios. O exemplo das reuniões públicas da Câmara é revelador. De há um ano para cá, as pessoas que pretendem intervir têm de se inscrever com uma semana de antecedência indicando o assunto que pretendem levantar. Já houve casos em que, depois da inscrição efectuada, o município é impedido de ir à reunião porque o assunto é considerado sem interesse.

Parece uma medida ilegal!

Põe de facto em causa o princípio constitucional da participação das populações e nenhuma lei prevê que a intervenção dos municípios esteja sujeita a uma censura prévia dos assuntos que desejam colocar.

Recordo-me que, em Março deste ano, um cidadão tentou furar este esquema e quis intervir numa sessão da Câmara. Fernando Gomes exigiu de imediato a intervenção do agente da autoridade presente, um subchefe de polícia. Mais tarde, considerando a intervenção do



agente pouco enérgica, pediu ao Comando da PSP a sua substituição na Câmara Municipal.

Esta utilização das maiorias absolutas por parte do Partido Socialista, não só aqui no Porto mas também em Vila Nova de Gaia, está a ser prejudicial para os municípios e suas populações.

Concretamente...

Escudando-se na maioria absoluta, o PS apresenta planos e orçamentos que nada têm a ver com a realidade. Veja-se o exemplo do ano anterior: a Câmara previu receitas de 16 milhões e conseguiu menos de metade, o que se repercutiu no investimento. Assim, dos 14 milhões de contos que planeou investir só atingiu cerca de metade.

Disto resulta que a população ouve falar repetidamente de grandes investimentos na cidade que não passam de pura propaganda política e partidária, pois não se efectuam.

Portanto, vai ser preciso aguardar muito até que os grandes projectos do Porto se realizem?

Até agora os milhões de contos prometidos em protocolos assinados pelo primeiro-ministro e vários ministros para projectos importantes para a região não passaram de promessas. É o caso do Parque Oriental de

Campanhã, da recuperação do Palácio do Freixo, da instalação do Centro Português de Fotografia, ou ainda das vias de ligação à ponte do Freixo, da despoluição do Douro, etc. Nenhuma destas obras avançou e no Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central de 1997 estavam inscritos apenas 53 milhões de contos para todo o distrito. Ora, só na área do ambiente, as obras protocoladas atingem os cem milhões de contos, já sem falar dos milhões para o metropolitano, ou para os programas Metropolis e Urban.

Provavelmente, tudo aquilo que se falou levaria a mais de 200 milhões de contos.

O atraso das grandes obras tais como o metro do Porto, os tñeis, etc., está a ser fortemente explorado pela campanha da aliança de direita...

O que posso dizer é que o PSD esteve no poder até há dois anos e podia ter feito muito por esta região e infelizmente não fez. Por isso penso que há aqui muita hipocrisia por parte da direita. Mesmo ao nível da câmara municipal, estes partidos tiveram uma presença apagada durante o actual mandato.

Aparecem agora neste período pré-eleitoral porque corriam o risco de a população do Porto se esquecer da sua existência.

Essa não é certamente a situação da CDU?

Não. O nosso trabalho é permanente e procuramos acompanhar os problemas das populações apoiando as suas reivindicações. Só neste mandato fiz mais de uma centena de visitas, quer a instituições quer a locais de residência, praticamente sempre a pedido dos próprios. Este número mostra bem que as pessoas reconhecem a importância da intervenção da CDU, apesar de ser uma força minoritária no concelho.

A CDU é a única oposição no distrito?

É sem dúvida a força de oposição que mantém uma intervenção constante, chamando a atenção para as carências da região, independentemente do partido que detém o poder. Não fazemos oposição por oposição. Já agora, vale a pena dizer que na Câmara do Porto tenho votado favoravelmente mais de 95 por cento das propostas apresentadas. Só voto contra aquilo que considero que vai contra o interesse da cidade e da população. Em contrapartida, a maior parte das propostas que apresento não tem sido aprovada, embora também aconteça que, mais tarde, a maioria PS as recupere para si com novas roupagens.



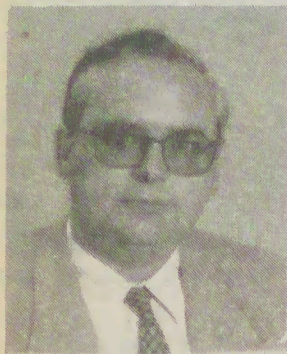


## Candidatos CDU no distrito do Porto

A CDU já apresentou os seus cabeças de lista à grande maioria dos órgãos autárquicos do distrito, num processo que está a ser caracterizado por um amplo movimento de renovação. Além de quadros do PCP e seus aliados na CDU, jovens e independentes integram as listas em lugares de destaque. São candidatos que dão rosto a um projecto alternativo credível para a região do Porto.

# Por um projecto autónomo e independente

### Gondomar



Pimenta Dias

### Alternativa credível

Afirmar a CDU como força política alternativa, capaz de gerir melhor os destinos do concelho é o objectivo fundamental da Coligação. Num concelho onde apenas 40 por cento da população está servida pela rede de esgotos, que tem a maior parte da rede viária em estado lastimável, onde tem aumentado a insegurança, a exclusão social, a marginalidade e a toxicodependência, com uma das mais altas taxas de desemprego da AMP, a candidatura da CDU propõe um projecto de desenvolvimento integrado, participado, aglutinador de vontades e recursos, capaz de estabelecer prioridades e satisfazer os anseios da população. Quer o PS quer o PSD não conseguiram resolver os problemas básicos e fundamentais. Não conseguiram desenvolver o concelho. A candidatura da CDU, conhecedora da realidade e dos problemas, assume-se como alternativa credível para garantir o desenvolvimento de Gondomar.

### Maia



Serafim F. Nunes

### Exaltante desafio

«O principal objectivo da CDU é eleger de novo um vereador, devolvendo assim à Coligação o lugar que lhe foi usurpado no anterior mandato por um candidato sem escrúpulos, com a conivência da direita. A eleição de um vereador dará seguramente um novo impulso e um novo alento ao combate à política levada a cabo pela direita nestas quase duas décadas de domínio no concelho. Este domínio começa a apresentar fissuras à medida que fica mais claro para os maiatos que o desenvolvimento do seu concelho tem sido norteado mais por objectivos de realização e projecção pessoal do seu presidente do que propriamente por preocupações com o seu bem-estar. A CDU visa ainda reforçar a sua votação no concelho, aumentando o número de membros nas assembleias municipal e de Freguesia. A conquista da Junta de Pedrouços, apesar das dificuldades, poderá estar ao nosso alcance, e constituirá mais um exaltante desafio para a CDU.»

### Matosinhos



José Cavalheiro

### Projecto participado

«Matosinhos, há poucos anos orgulhava-se de possuir uma indústria e uma actividade piscatória relevantes. Hoje, a indústria está em declínio acelerado e a pesca perdeu grande parte da sua importância. O desemprego aumentou de forma alarmante. As raízes e a identidade próprias do concelho foram hipotecadas pelo fascínio duma política de aparências, sem estratégia, nem futuro. A CDU propõe uma política autárquica com uma estratégia claramente virada para o desenvolvimento económico, partindo das raízes do concelho e devolvendo-lhe a sua identidade própria, num projecto participado pela população com claro repúdio pelo malabarismo estéril que tem transformado Matosinhos num dormitório do Porto, onde o betão impera e a qualidade de vida é apenas um tema retórico.»

### Póvoa do Varzim



Joaquim Cancela

### Presença determinante

Presença determinante, «hoje, na Póvoa, ninguém duvida de que a CDU é a força política que determina as grandes transformações da nossa terra. Assumimos clara e decisivamente, para o melhor e para o pior, a nossa responsabilidade na gestão autárquica desta legislatura. Temos a clara consciência de que existem ainda muitos problemas por resolver na nossa comunidade. Muitos há que resultam das novas formas de vida; outros, quase todos, de acções e omissões das gestões autárquicas passadas (onde a CDU não estava representada) que, enfeudadas aos grandes *empreendedores*, cegos a quaisquer valores que não fossem os lucros fáceis e as especulações imobiliárias, sempre denunciadas pela CDU, marcaram, de uma forma irreversível e insolúvel, a nossa terra. Mas o nosso passado, o nosso modo pessoalmente desinteressado de actuar, a nossa coragem, a nossa determinação são os grandes garantes da nossa capacidade política. Apresentamo-nos, pois, às próximas eleições autárquicas não com promessas incumpridas mas com obra feita. Às Povoas e aos Povoios cabe a grande tarefa e a enorme responsabilidade de decidir. Que decidam democraticamente e bem, votando nas listas CDU.»

### Valongo

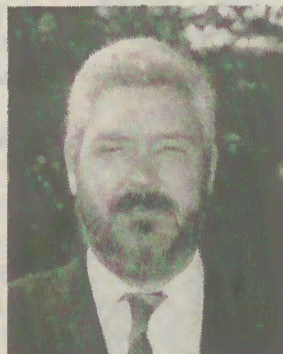


M.ª Eduarda Ferreira

### Força indispensável

«Temos demonstrado ao longo dos anos uma vontade inquebrantável de trabalhar e de cumprir as nossas promessas eleitorais em prol da comunidade, designadamente no aperfeiçoamento da limpeza e higiene urbanas, no desenvolvimento do movimento associativo, na defesa do património cultural e ambiental, na melhoria da rede de Bibliotecas Públicas, na implementação de uma Biblioteca Itinerante, na organização de eventos culturais da mais diversificada índole. Contribuímos, assim, de uma forma clara, para o progresso objectivo da qualidade de vida de todos os que aqui habitam e trabalham. Apresento-me aos valongueses com a convicção de que a presença da CDU irá ser reforçada porque é indispensável e fundamental para o desenvolvimento harmonioso do concelho.»

### Vila Nova de Gaia



Antero Pires

### Servir a população

«O objectivo da minha candidatura é, antes de mais, um acto de serviço público que visa defender e promover os direitos e os interesses de todos os munícipes gaienses, sem quaisquer discriminações. Outro grande objectivo é definir, no âmbito de um plano estratégico para o desenvolvimento de VN de Gaia, como prioridades fundamentais o alargamento da rede de saneamento básico, a construção das vias estruturantes previstas no PDM e reivindicar do Governo a inscrição urgente de verbas que visem construir a Via de Cintura Interna que ligue a Ponte da Arrábida à Ponte do do Freixo. Ainda outros grandes objectivos são a requalificação das urbanizações e bairros sociais e a promoção de mais habitação social no âmbito do PER, e do apoio à autoconstrução no âmbito de outros programas previstos na lei. Por último, a revisão do PDM e de todos os instrumentos regulamentadores dele emergentes em consonância com o Plano da Ordenamento da Orla Costeira.»

### Baião



M.ª Manuela Pereira

### Felgueiras



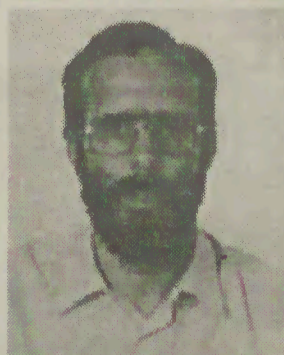
Vivaldo Peres

### Marco de Canavezes



Rodrigo F. Pinto

### Paredes

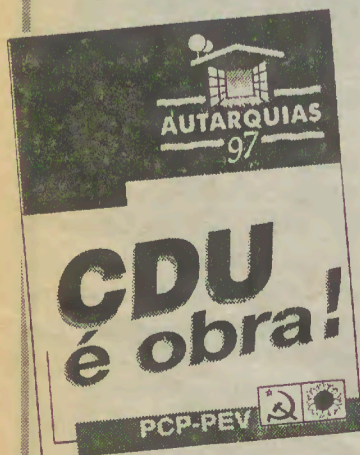


Cristiano Ribeiro

### Santo Tirso



José Alberto Ribeiro





urar

## omia

Ken Coates



Ken Coates

maleita não há remédio. Na verdade, eu prefiro colocar o problema ao contrário e dizer que para fazer um Tratado para desenvolver uma sociedade mais europeia, isso tem de incluir mecanismos para criar empregos e para se certificar de que os empregos têm prioridade sobre outras questões na sociedade. Do meu ponto de vista, alterar o Tratado é um objectivo muito modesto e que deveria ser muito fácil, mas que provou ser bastante difícil. O que é necessário é agir. E o objectivo de uma Convenção como esta é encorajar as pessoas. Se elas comunicarem, se partilharem experiências, podem começar a desenvolver soluções e tudo isto é um fundamento para a acção. A Convenção é realmente uma tentativa de começar a fazer tudo isto mover-se para que se consiga criar uma cooperação europeia a partir de baixo, uma Europa alternativa, que seja, acima de tudo, uma Europa do emprego.

## Está satisfeito com os resultados da Convenção?

Estou satisfeito por termos começado, mas é o primeiro passo de uma longa marcha. Temos as pessoas que podem começar a mudança, mas elas necessitam de conversar com todos os seus camaradas de todas organizações que participaram na iniciativa. Estiveram mais de 30 partidos políticos representados, essencialmente de esquerda, claro, há um enorme fundo de boa vontade. A questão é saber se isto é o princípio de

“É necessária uma economia baseada nas suas pessoas. E se todas elas têm condições para trabalhar e para produzir efectivamente e para ganhar um ordenado decente, então a economia é forte.”

uma professora primária a caminho de comprar um grande molho de rosas vermelhas porque ia ter um jantar comemorativo para celebrar a vitória. Pessoas que normalmente não estariam à esquerda regozijaram com a queda daquele governo horroroso. Naturalmente é muito bom porque significa que a pressão popular afinal se pode exprimir. Mas a verdade é que, além disto, surgem também verdadeiros problemas. É provável que a política de segurança social do novo governo seja muito retrógrada. Eles não vão reformar a segurança social, o que significa que querem gastar menos dinheiro com ela e desejam forçar os jovens a deixar as bichas do desemprego empurrando-os para uma variedade de esquemas compulsivos. Se esses esquemas envolvessem empregos decentes ninguém se queixaria, mas para criar empregos decentes é preciso fazer o que estávamos a dizer há pouco: é preciso investir dinheiro e esforços, aplicar recursos. Recursos esses que, neste caso, são muito pequenos. No entanto, isso não é tudo. Esta experiência será recomendada à Europa como sendo a política que a Europa deve seguir. E o mesmo se aplica à reforma do sistema de pensões. O ministro responsável por esta reforma copiou o seu modelo do Chile de Pinochet. O Chile de Pinochet introduziu um sistema de pensões no qual talvez metade das pessoas tinha reformas relativamente boas, mas a outra metade não tinha absolutamente nada. Por isso, este é um sério problema para a Europa, pois todos os países estão a tentar reformar os seus sistemas de pensões para os tornar menos custosos.

Considero infame a ideia de que não podemos sustentar os idosos. Não encontro nenhuma justificação para isso. Mas a tentativa de economizar está claramente no topo da agenda do novo governo britânico. E o que eu realmente temo é que isto seja a base para um assalto na Europa. Blair disse que não vai introduzir o sistema social europeu na Grã-Bretanha, mas que vai exportar o modelo britânico de competição para a Europa. E ele encontrará muitas pessoas, algumas das quais se dizem

medida humana para avaliar a vida económica. Se o fizermos vemos que as pessoas querem trabalho, querem o trabalho suficiente para poderem viver decentemente, mas depois querem poder viver. E isto que temos agora não é forma de se gerir uma sociedade, com as pessoas compelidas a fazer horas extraordinárias, a trabalhar imensas horas.

## Acha que a redução do tempo de trabalho deveria ser acompanhada de uma redução de salários?

Não. Isso seria exactamente o oposto do que necessitamos. O nosso problema é deveras paradoxal: inventamos máquinas cada vez mais sofisticadas, aumentamos a produtividade do trabalho. Não há muito tempo, assumia-se que as invenções técnicas aumentariam a produtividade em 2-3% ao ano, mas agora temos novos sistemas de gestão, bem como novas máquinas, que de facto aumentam a produtividade, mas em 200-300% ao ano! O que é um enorme aumento da riqueza. E ninguém sabe como a distribuir. Na verdade, as companhias transnacionais sabem como o fazer, entregam-na aos seus directores e utilizam-na para incrementar o seu poder económico. Num determinado momento, tivemos uma verdadeira confusão na qual os governos diziam que estavam falidos, não podiam aumentar os impostos com medo de perder investimentos. Por isso, diziam, não podiam sustentar escolas, não podiam alimentar os idosos, tinham que cortar todas as despesas com a segurança social, etc. Tudo isto significa que há um aumento da taxa de desemprego que, por sua vez, aumenta o custo da manutenção dessas pessoas. É um círculo vicioso. Esta sociedade é três vezes mais rica do que era quando o «estado de bem-estar» se estava a inventar a ele próprio. Uma das formas de redistribuir estes recursos é cortar nas horas de trabalho sem reduzir o pagamento. Parte do nosso problema é não haver procura suficiente. Como vemos hoje o caso da Renault de Vilvoorde. Vão fechar a fábrica mais eficaz que têm. E porquê? Porque dizem que estão a produzir carros a mais. Eu penso que isso pode ser verdade, mas não pelas razões que eles dizem. A principal razão por que eles pensam que estão a produzir demasiados automóveis é por as pessoas não terem dinheiro suficiente para comprar os carros que produziram. Por isso, é necessário que haja mais procura.

O problema básico é não haver procura suficiente para manter toda a gente empregada. E isso tem que ser resolvido redistribuindo a riqueza, o que pode ser feito entre as classes sociais, mas também se pode redistribuí-la entre países e regiões ricas e pobres, ou entre sectores da economia para que os que se encontrem em declínio sejam equilibrados por novas indústrias. Tudo isto implica que a distribuição da riqueza seja determinada por referência às necessidades públicas.

Tendo em conta os problemas e as causas que referiu como estando na origem de tão elevada taxa de desemprego, que ao fim ao cabo são os mecanismos do próprio sistema capitalista, acha suficiente que uma Convenção como a pelo Pleno Emprego se fique pela exigência da inclusão no novo Tratado da União Europeia de um capítulo sobre o Emprego «compreensivo»?

Não é suficiente, de maneira nenhuma. É uma desgraça que se faça um Tratado sem nenhuma referência ao desemprego. Havia uma pequena referência em Maastricht, e que mesmo assim não foi suficientemente utilizada, mas na realidade Maastricht é um recuo em relação ao Tratado de Roma, que preconizava o pleno emprego. Além disso temos o pleno emprego referenciado em muitos tratados, na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, por exemplo, temos o direito ao trabalho. Mas o problema com todos estes tratados é que não há nenhum sítio onde um desempregado se possa dirigir para se queixar a um polícia de que não tem emprego. Se se vai fazer um Tratado ele tem de providenciar um remédio para uma maleita e para esta

“Para fazer um Tratado para desenvolver uma sociedade mais europeia, isso tem de incluir mecanismos para criar empregos e para se certificar de que os empregos têm prioridade sobre outras questões na sociedade.”



O desemprego afecta hoje, só na União Europeia, 20 milhões de pessoas

uma mobilização, o que significará que o tema está agendado. A Europa está a atravessar um conjunto de eleições em diferentes países e todas elas deveriam ser eleições sobre o emprego. Todas. E depois as posições dos partidos melhorarão, pois quanto mais as pessoas estão activas, mais podemos progredir. Sabemos qual é o problema do desemprego: se a questão não se coloca, as pessoas ficam tão desmoralizadas e tão indefesas que os partidos pioram em vez de melhorar, eles próprios perdem a esperança e não sabem o que oferecer às pessoas. Culpam-se uns aos outros na sua indulgência em lugar de desenvolverem políticas sensíveis. Mas se as pessoas forem activas e os desempregados não estiverem esmagados, se se organizarem e estiverem confiantes, então pode-se esperar que os partidos melhorem. Há muito espaço para melhorar.

## O que pensa dos resultados das recentes eleições na Grã-Bretanha?

Duas coisas e que são contraditórias. Em primeiro lugar, foi uma vitória tremenda. As pessoas estão efusivas. Ainda no outro dia encontrei

da esquerda, e muitas mais ainda que não estão nada à esquerda, dispostas a seguir esta estrada.

## Mais que votar pelos trabalhistas, as pessoas quiseram votar contra os conservadores?

Sim, muito. Houve um sentimento público crescente de que os conservadores haviam criado um modo de vida na Grã-Bretanha totalmente inaceitável. É por isso que o resultado é tão estranho, pois, por forma a votar contra as ideias e as políticas do thatcherismo, elegeram um governo que será provavelmente esquizofrénico. Pelo menos parte deste governo quer prosseguir a «experiência Thatcher» e a outra opor-se-á a tal desenvolvimento. Eu não sei como se desenrolará a disputa, mas podemos esperar para ver.

## «New Labour» ou apenas «Labour»?

A minha atitude em relação ao «New Labour» nunca foi muito amigável. Não tenho objecções a que as coisas sejam «novas», mas neste caso não vejo nada que seja proveitoso para o nosso povo. A novidade está toda em ganhar as eleições. Blair foi triunfalmente bem sucedido. É necessário reconhecê-lo. É uma vitória espantosa. Mas, em minha opinião, essa vitória teria acontecido sob a liderança anterior. O falecido líder do Partido Trabalhista, não revolucionário é certo, mas empenhado em ajudar os desempregados, em criar emprego, tratar dos pobres e dos pensionistas e, em minha opinião, teria obtido uma vitória tão grande como a de Blair.



# Aborto

## Escrever a frio... quanto baste

■ **Lúisa Araújo**  
Membro  
da Comissão Política

**1**982, 1984, 1994 e 1997 - quatro oportunidades para a resolução de um problema. Momentos com diferenças significativas, quer nas consequências no plano legal quer no impacto público, sendo adquirido que, depois de cada um, nada ficou como antes. Segundo a nossa concepção sobre as questões de fundo para a resolução do flagelo do aborto clandestino, os passos dados não foram determinantes, mas foram importantes para alcançar o objectivo.

Desde o início desta batalha, as propostas do PCP assentam no reconhecimento da realidade, nos esclarecimentos técnico-científicos e na necessidade de a I.V.G., a pedido da mulher e designadamente com fundamento em razões de ordem social e económica, fazer-se legalmente, com acompanhamento e segurança médica.

Não tem havido vontade política de resolver este grave problema social e de saúde pública. Tem sido imposta aos portugueses, particularmente às portuguesas, uma lei penal que serve "para tutela de normas morais ou de uma qualquer moral".

Como ponto de partida para esta análise opta-se por recordar que, em 1982 e 1984, aquando da apresentação dos Projectos de Lei do PCP, o regime de incriminação do aborto no Código Penal aprovado em 1982 não incluía os casos do aborto terapêutico (por razão de saúde da mulher) e do aborto eugénico (por malformação do feto), mantendo os contornos do regime punitivo que vigorou em Portugal desde 1886, já este praticamente sem alteração relativamente ao Código Penal de 1852. Foi assumido pelo Governo da altura - AD - manter a lei tal como estava e não considerar nem a despenalização do aborto terapêutico, incluída no Projecto de novo Código Penal. Poder-se-á dizer que as primeiras iniciativas legislativas do PCP nesta matéria eram para alterar uma lei de 130 anos e uma realidade de séculos.

### Evolução positiva lenta e insuficiente

Quando o PCP, em 1982, apresentou o Projecto de Lei sobre IVG, ele não foi de imediato aceite pela Mesa da Assembleia da República porque o Regimento da Assembleia impede a admissão de projectos de lei inconstitucionais e o Artigo 25º da Constituição diz que "a vida humana é inviolável". Feita a análise considerada necessária, o Projecto de Lei do PCP foi admitido e foi discutido pelos deputados da Assembleia da República. Na votação contou com 105 votos a favor e 127 contra.

Nesta altura, ainda não foi possível alterar a legislação, mas veio a lume o debate, deixou de ser tabu falar, discutir e propor medidas contra o aborto clandestino. A Comunicação Social, particularmente a escrita, dedicou-lhe grandes espaços, alguns tratados com seriedade e contributos para o esclarecimento. Um jornal diário da altura escrevia: "... o aborto continuará a ser crime em Portugal. Mas ninguém ficou com dúvidas: o assunto voltará ao Parlamento".

Em 1984, de novo a Assembleia da República discute a legalização do Aborto. Dois Projectos de Lei, o do PCP e o do PS, este limitado nas propostas. O debate e a votação dão origem à lei 6/84 - deixa de ser punível o aborto ético (por violação), o aborto terapêutico e o aborto eugénico; contudo deixa de fora o aborto por razões económicas e sociais. O flagelo do aborto clandestino continuará a fazer parte da vida de milhares de mulheres portuguesas.

Em 1994, aquando da Revisão do Código Penal, o PCP propôs a exclusão da ilicitude da I.V.G. nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher e, porque já na altura estava cientificamente provado que o período das 16 semanas era insuficiente para detectar muitas malformações do feto, propôs o alargamento para as 22 semanas para o aborto eugénico. Aliás, esta era também a proposta da Comissão de Revisão do Código Penal. O Ministro da Justiça, sobre esta última proposta, disse não aceitar por não haver "suficiente conhecimento científico

para poder pronunciar-se acerca do prazo de 22 semanas" e aventava "a possibilidade de um referendo nacional sobre a matéria". No final do debate afirmou: "A posição do Governo é muito clara: face a este Código não altera, sequer, uma palavra" (não foi bem assim, mas seria para outro artigo).

Fevereiro de 1997, de novo a discussão na Assembleia da República. Resulta a aprovação na generalidade do Projecto de Lei que alarga o prazo legal do aborto eugénico de 16 para 24 semanas.

São rejeitados os Projectos de Lei do PCP e do PS, de cujas propostas se destaca a legalização da IVG a pedido da mulher até às primeiras 12 semanas. A iniciativa do PCP contou com 99



votos, o maior apoio Parlamentar de sempre. A do PS não foi aprovada por um voto.

### Debate possível entre alguns e inadmissível entre outros

Ao longo destes anos, tem-se evoluído nos conhecimentos e no diálogo entre políticos e especialistas de áreas da Saúde e do Direito Penal. Para os passos dados foi indispensável esta prática. Entretanto, alguém interrogou com muita oportunidade: "Como poderá ser posto em prática um debate deste tema entre um budista e um muçulmano ou entre um católico e um ateu, se a premissa for constituída pela discussão em termos das respectivas perspectivas morais, teológicas e de filosofia de vida?"

Ao longo destes anos não houve alteração no conteúdo essencial do debate na Assembleia da República. As opiniões e as posições dos deputados fundamentam-se em bases absolutamente opostas e inconciliáveis. De um lado, os que não tendo dúvidas sobre a defesa da vida, sobre o aborto como último recurso, reconhecem a realidade do aborto clandestino em Portugal, interpretam as causas deste flagelo e querem alterar a situação considerando que para isso, além de outras medidas, é necessário uma lei que legalize a IVG, contemplando nela as razões económicas e sociais. Do outro lado estão os que se arvoram em únicos e absolutos defensores da vida, guardiões da ética e dos valores morais e religiosos, que não deixam de salpicar alguns dos seus discursos com termos como "a chaga social do aborto", lamentar "o número elevado de abortos praticados no nosso país", reconhecer que

"há mulheres que se vêem muitas vezes a praticar o aborto em condições imorais e indignas" e outras "vão acabar no Hospital o aborto que começaram em casa".

### Contradições que a discussão sublinha e explora

O CDS/PP, ao longo destes anos, argumenta que o problema do aborto só pode ser combatido com o Planeamento Familiar. No debate em 1982 foi questão pouco abordada nas suas intervenções e votou contra os dois Projectos de Lei em discussão (um do PCP e outro do PSD). Em 1984 absteve-se na votação do Projecto de Lei sobre o mesmo problema apresentado pelo PS e PSD e votou contra o Projecto de Lei do PCP. Na discussão mais recente coloca a interrogação - se se tem noção do que significaria para os hospitais se todas as mulheres que decidem abortar a eles recorressem? Então a posição do CDS/PP contra o aborto é por razões morais e "defesa da vida" ou é porque os hospitais não têm condições?

O PSD, em 1982, votou contra o Projecto de Lei do PCP, admitiu numa das suas intervenções que se tratava de um problema para "sede de Código Penal" e na declaração de voto referiu "não tem da sociedade e dos fenómenos sociais uma concepção imobilista". Em 1984 voltou a assumir uma posição de condenação dos Projectos de Lei em discussão, considerou que "ainda não existem motivos para alterar a posição". Esteve contra a Lei 6/84. Em 1997 torna a votar contra os Projectos de Lei e argumenta que "a lei actual é equilibrada e a sua filosofia correcta" e defende o Referendo.

O PS, não tendo alterado o conteúdo essencial da sua posição sobre a matéria, teve alterações significativas nas propostas concretas. Em 1982 votou favoravelmente o Projecto de Lei do PCP que incluía as razões económicas e sociais para a legalização do aborto. Em 1984 apresentou o seu próprio Projecto que não incluía aquelas razões o que justificou com a preocupação "em respeitar os

direitos e as posições daqueles que, por imperativos conceptuais ou de fé religiosa, sejam adversos a toda e qualquer IVG". Em 1997 justifica o seu novo Projecto-Lei: avaliando a experiência de 13 anos da vigência da Lei 6/84, faz "uma apreciação negativa", e adianta que "ela deixou patente a sua insuficiência para resolver problemas sociais graves de saúde pública".

### Mais cedo que tarde

O PCP partiu para a batalha contra o aborto clandestino com a consciência de que seria uma luta difícil e talvez demorada.

Nos vários momentos, tem sido o PCP a desencadear o debate público e o processo parlamentar em torno da Interrupção Voluntária da Gravidez.

As alterações verificadas na legislação portuguesa são insuficientes para a realidade nacional e estão aquém, relativamente aos países da Comunidade Europeia. Quando se iniciou a discussão na Assembleia da República colocava-se que, entre

os países da Comunidade Europeia, só Portugal, Bélgica e Irlanda não tinham a legalização da IVG a pedido da mulher até às primeiras 12 semanas. Entretanto, aquando da discussão este ano, só se referia Portugal e Irlanda, porque a Bélgica, em 1990, após 20 anos de discussões no Parlamento belga, aprovou a lei do aborto.

O debate de 1997 iniciou-se com a interrogação colocada pela nossa camarada Odete Santos: "Por que razão a Assembleia da República debate, pela terceira vez, o aborto clandestino?" E mais à frente, disse: "Ninguém pode fechar os olhos e dormir sobre uma lei que só aparentemente lhe proporciona o apaziguamento da consciência."

Depois deste debate, a Comissão Política afirmou que o PCP prosseguirá o combate nesta matéria e, mais cedo que tarde, confrontará de novo as instituições democráticas para se adoptarem medidas legislativas que ponham fim ao aborto clandestino.

**Não tem havido  
vontade política de  
resolver este grave  
problema social e de  
saúde pública. Tem  
sido imposta aos  
portugueses,  
particularmente às  
portuguesas, uma lei  
penal que serve para  
"tutela de normas  
morais ou de uma  
qualquer moral"**



# Sociedades desportivas ou empresários à força?

**A** coberto de um discurso feito de banalidades sobre a óbvia necessidade de moralizar o futebol profissional, o mesmo Governo que havia aprovado o «totonegócio» aprovou mais recentemente um diploma sobre as sociedades desportivas que, como ficou demonstrado com o caso da Madeira, é completamente destituído do mais elementar bom senso.



respeitadora do princípio da igualdade, e têm responsabilidades evidentes na garantia do direito de todos à prática desportiva. Só que o que este diploma consagra é precisamente o contrário. O Governo PS, através de um Secretário de Estado dos Desportos que não tem sido mais do que um inepto Secretário de Estado

**5** Mas a chantagem destinada a viabilizar à força as sociedades desportivas não fica, infelizmente, por aqui. Basta verificar, por exemplo, que os donativos das sociedades desportivas aos clubes de origem são integralmente dedutíveis no IRC, o que cria evidentemente um regime desfavorável quer para os outros clubes, quer para as outras empresas; que as sociedades desportivas têm um regime privilegiado na concessão de bingos, o que significa que as câmaras municipais que sejam accionistas de sociedades desportivas têm a possibilidade de se beneficiar a si próprias; que só os clubes que pratiquem desporto em moldes profissionais é que podem constituir sociedades desportivas, mas as sociedades desportivas constituídas podem entrar em competições não profissionais; ou ainda que, ao contrário do que acontece em outros países, não são proibidas participações múltiplas em sociedades desportivas, podendo a mesma entidade ter interesses em diversas sociedades a participar na mesma competição, com as consequências que facilmente se imaginam em matéria de verdade desportiva e de fabricação de resultados.

Acresce, ainda, que o diploma governamental consagra a irreversibilidade da opção pelo modelo de sociedade desportiva. Isto é: se o tricampeão F.C.Porto constituir uma sociedade desportiva e mais tarde considerar que esse modelo não lhe serve e pretender abandoná-lo, das duas uma: ou deixa de praticar futebol ou se dedica ao futebol amador, não podendo passar da 2ª divisão B. Passa pela cabeça de alguém de bom senso que clubes como o Benfica, o Sporting ou o F.C.Porto possam ser impedidos de praticar futebol profissional, por força de um disparate governamental?

**6** A escassas semanas do início da próxima época futebolística, em que o decreto-lei deveria, supostamente, entrar plenamente em vigor, o que o Governo conseguiu foi instalar a confusão no sistema, com a generalidade dos clubes, através das suas estruturas representativas, a solicitarem a suspensão da vigência do diploma, ameaçando inclusivamente - perante o autismo governativo - com a suspensão do início dos campeonatos nacionais.

**7** No próximo dia 4 de Julho, a Assembleia da República, por iniciativa do PCP, terá a possibilidade, em sede de Ratificação, de alterar o decreto-lei das sociedades desportivas. Trata-se de uma oportunidade que não deve ser desperdiçada para regular esta matéria em termos sensatos, alterando profundamente o regime imposto pelo Governo PS, que configura uma inaceitável estatização do desporto profissional e que visa dar cobertura legal a interesses e a projectos que correspondem a formas deploráveis de exploração do fenómeno desportivo.

## Rectificação

O artigo publicado a semana passada sob o título «Sopra um vento novo na Europa?», de Lino de Carvalho, saiu truncado. No ponto 1., onde se lê «integralismo neoliberal», deve ler-se «integrismo neoliberal»; no ponto 3., no final do quinto parágrafo, onde se lê «que obteve o seu segundo melhor resultado de sempre», deve ler-se «que obteve o seu segundo melhor resultado de sempre desde 1978». Pelo lapso, pedimos desculpa ao autor e aos leitores.

**1** O caso rocamboloso ocorrido na Madeira, a propósito da Sociedade Anónima Desportiva que Alberto João Jardim pretendeu constituir, é o exemplo mais perfeito e acabado do tipo de situações a que pode conduzir a aplicação do regime jurídico que o Governo aprovou para as sociedades desportivas. Aplicando este diploma governamental de acordo com as suas conveniências, o Presidente do Governo Regional decidiu pegar nos três clubes de futebol profissional existentes na região e obrigá-los a integrar uma sociedade desportiva, tendo o seu Governo como sócio maioritário. Alberto João Jardim designaria então o Presidente da Sociedade e os demais gestores de entre os seus correligionários políticos, escolheria o treinador e demiti-lo-ia quando fosse caso disso, homologaria provavelmente as contratações de jogadores e decerto daria ordens para o campo

falta de adesão à fórmula das sociedades desportivas se deveu a uma regulação inadequada, «na medida em que, desde logo, interditava a distribuição de lucros, retirando assim um dos principais atractivos para a sua constituição». É verdade que o novo decreto-lei permite distribuir lucros, mas o grande problema é que está muito longe de ser a sua principal inovação.

O que o Governo pretende de facto com este decreto-lei é viabilizar a existência de sociedades desportivas estatizando o desporto profissional, através dos recursos próprios dos municípios e das regiões autónomas e adoptando um regime de constituição forçada de sociedades desportivas, através do estabelecimento de privilégios injustificados para as sociedades desportivas a par de verdadeiras e injustas sanções para os clubes que não adoptem esse modelo.

Para além disso, o decreto-lei das sociedades desportivas consagra um regime legal repleto de aspectos absurdos, cuja análise não se revela possível neste espaço, mas de entre os quais avulta a regra, impensável,

da irreversibilidade da constituição de qualquer sociedade desportiva.

## «Serviços municipalizados de futebol»

**3** A previsão da participação dos municípios e das regiões autónomas no capital social das sociedades desportivas, principal inovação do diploma governamental, é algo de verdadeiramente inaceitável. O que o Governo pretende afinal, é colmatar a falta de interesse dos clubes na constituição de sociedades desportivas, assegurando a sua viabilização à custa dos recursos regionais e municipais, o que equivale a dizer, à custa do dinheiro dos contribuintes.

Pior ainda: enquanto os clubes que originam a sociedade desportiva não podem deter mais do que 40% do respectivo capital, a câmara municipal ou a região autónoma pode deter até 50% e ser, em qualquer caso, o sócio maioritário. O que o Governo pretende por esta via é a transformação dos clubes em verdadeiros serviços municipalizados de futebol profissional.

É uma evidência que as Câmaras Municipais têm o dever de apoiar e incentivar a prática desportiva pelos seus municípios, de promover a iniciativa do domínio do desporto, de apoiar os clubes na prossecução desses objectivos, desde que de forma transparente e

a partir da tribuna VIP. Este exemplo, embora possa ser um caso extremo, não deixa de ser exemplo real, elucidativo do género de situações de promiscuidade entre a política e o desporto profissional que podem institucionalizar-se por todo o país, envolvendo Câmaras Municipais ou associações de municípios, se este diploma das sociedades desportivas não for profundamente alterado. Mas o caso da Madeira teve pelo menos uma virtualidade, que foi a de chamar a atenção da opinião pública para o real conteúdo deste diploma e de fazer com que muita gente, que, sem conhecer o decreto-lei, apoiou entusiasticamente a ideia das sociedades desportivas, caísse em si e reflectisse seriamente sobre a gravidade do regime consagrado pelo Governo.

**2** Ninguém ignora a relevância económica que assume hoje em dia o fenómeno desportivo e a necessidade inquestionável da sua moralização. De igual modo, ninguém põe em causa a indispensabilidade de regulação legal do desporto profissional em moldes adequados, nem se contesta que a prática dessa actividade possa passar pela constituição de sociedades desportivas. Nada disto constitui novidade, dado inclusivamente que desde Junho de 1995 existe um diploma legal regulador das sociedades desportivas, sem que, no entanto, essa possibilidade legal tenha sido utilizada por algum clube desportivo.

No preâmbulo do decreto-lei publicado em Abril deste ano, opinou o Governo que a

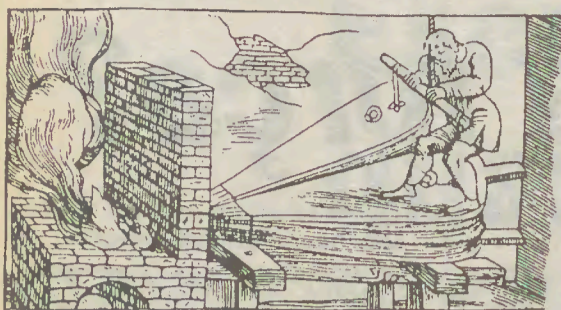


António Filipe



## Crónica do Nordeste

■ José Brinquete



### Ainda a propósito do Museu do Ferro de Torre de Moncorvo

Por lapso, não foi publicada uma parte do texto sob o título «O Museu que esconde o crime», na edição do «Avante!» de 22.05.97. Porque o texto em falta dá sentido ao título e contém as sugestões referidas na última parte, voltamos ao assunto para completar o texto, a partir do penúltimo parágrafo.

A autarquia, através de um protocolo de colaboração com a Associação do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM), outorgou a esta entidade a gestão e coordenação do Museu.

Actualmente, o acervo museológico encontra-se instalado e aberto ao público na Vila de Moncorvo, mais precisamente num edifício situado no Largo Dr. Balbino Rego. As peças estão expostas em 4 ou 5 salas extremamente exíguas, com poucas para não dizer quase nenhuma condições de conservação e exposição.

Pelo Museu têm passado muitas personalidades e representantes de instituições regionais e nacionais. Recentemente, numa sala anexa, esteve exposto ao público, o projecto de adaptação do edifício, envolvendo o programa de utilização do edifício que servirá como sede do Museu.

Ora, podemos dizer que chegamos finalmente ao fulcro da questão, ou seja, por responsabilidade da Autarquia e da PARM, o Museu do Ferro da Região de Moncorvo está deslocado e omite aspectos importantes relativos à história recente da mina.

**Senão vejamos:** o Museu é dedicado à temática da exploração do ferro, desde o período romano até aos nossos dias, então por que carga d'água o museu é transferido para a Vila e não é restaurado, conservado e reaberto no local onde nasceu, ou seja, nas minas de ferro de Moncorvo, em Carvalhal, no local que é a razão da sua existência?

**Por outro lado:** se é verdade que as jazidas de pirites são uma importante riqueza da região e da economia nacional, foi um crime o seu encerramento. Então, por que é que o Museu não dedica um espaço à luta que os trabalhadores travaram contra o encerramento das minas e outro relativo à exigência da sua reabertura?

**Os responsáveis pela destruição dos sectores produtivos nacionais têm nome, rosto e cor política, e os museus não podem, nem devem, ter complicitades com os criminosos da economia nacional.**

Por tudo isto, aqui ficam, pois, dois desafios-propostas aos responsáveis do Museu – a Autarquia e a PARM:

1. Tenham a coragem de reinstalar o Museu no local próprio, junto à mina. Porque o Museu do Ferro é o único em Portugal dedicado à exploração do ferro, desde a antiguidade até aos nossos dias e deve estar na imponente serra do Reboredo, onde o ferro dorme, infelizmente, desaproveitado.

2. Dedicuem, ao menos, uma sala à luta travada pela manutenção da exploração da mina (há documentação abundante sobre a matéria) e à necessidade da sua urgente reabertura, inserida num verdadeiro Plano Siderúrgico Nacional.

Esperamos que as nossas sugestões sejam atendidas para quando os responsáveis governamentais visitarem o Museu (actualmente são muitos os Secretários de Estado e Ministros que o fazem) tenham consciência do crime que ali foi cometido e tomem as medidas adequadas.

## EM FOCO

# 8 Quem for suspeito de honestidade é irradiado

Sacatrapo, estafadíssimo, acaba de chegar a casa depois de ter andado todo o dia a trabalhar na lavandaria do Hospital Universitário. Mas é bom emprego. Só que já reparou que é demasiado escrupuloso. Observando que uma pilha de cem lençóis não tinha ficado suficientemente limpo, tornou-a a meter nas máquinas de lavar. A encarregada, uma supervisora inglesa de nome Claire Smith, rapariga, aliás, simpática com quem ele gostaria de trocar um determinado tipo de impressões, avisou-o logo:

– Outra vez nas máquinas?  
– Olhe, Claire, minha pomba, os lençóis estavam ainda com manchas de sangue e não sei que mais.  
– Você é um conversador, Sacatrapo. E tem contra si o facto de ser demasiado honesto. Ora, neste Hospital, como em todos os outros, e como em todos os estabelecimentos, sejam

## SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres

eles quais forem, quem é demasiado honesto não vai longe. Digo mais: quem for suspeito de honestidade pode perder o emprego. Tudo isto é o resultado das forças do mercado, não percebe? É necessário que a produtividade suba, suba sempre. O resto é conversa.

– Perdoe, Claire, minha pomba. Então, por esse caminho onde é que vamos chegar? Acabaremos por devolver os lençóis só com uma borrifadela cosmética.

– Exactamente, Sacatrapo. Senão veja. Eu era jogadora de andebol feminino na Escola de Enfermagem. Tinha medo de magoar as adversárias. Um dia, chega o treinador e grita-me: «É entrar a matar. Aqui não há regras nem honestidade. Quem for suspeita de honestidade é irradiada.»

Sacatrapo, já em casa, quer distrair-se do que ouviu. Liga para o novo canal 5 da televisão e a imagem não pode ser pior. Pragueja. É quando batem à porta, pancadas de urgência. Corre. É um homem com uma mala na mão. Conhece o género. Um vendedor ambulante de bíblias.

Sacatrapo barafusta um «não gasto» e vai fechar a porta quando repara que o vendedor já lhe está no vestíbulo da casa.

– Quero salvar a sua alma! – proclama.

– Não quero que a minha alma seja salva – protesta o lavador de lençóis.

– Mas trata-se da salvação eterna, não é uma salvação qualquer. É eterna! Garantida pela Eagle Star, companhia de seguros, filiada na Lloyds de Londres.

Ah!, o temperamento de Sacatrapo! Quem não o conhece? Resolve mentir. Quem é que deseja ser honesto?

– Já disse. Salvação eterna, nunca. É tempo de mais. Uma salvação temporária, talvez. Olhe, talvez uma salvação apenas aos sábados. Eterna, nem pensar.

O vendedor admira-se:

– Vai-me dizer que não é religioso?  
– Tenho um contrato particular com Deus. Nem Ele me chateia nem eu o chateio a Ele. Vou fechar a porta. Saia!

O vendedor abre a mala.

– Um momento – suplica. – Tenho aqui o último grito em luvas próprias para retirar um tacho do forno. Também serviriam para o inferno, já agora.

– Mas então você não é um vendedor de bíblias, não anda a oferecer a salvação eterna de porta em porta?

O vendedor explica-se:

– Pode parecer espantoso que eu tenha de ser honesto nos tempos que vão correndo. Vendo eu que o senhor não está interessado em bíblias, ofereço-lhe, como alternativa, estas especialíssimas luvas. São apenas trinta libras, uma bagatela.

– E se eu não quiser ou não precisar de luvas?

– O senhor sabe que a vida hoje vai difícil. Não sei onde vamos parar. Também lhe posso vender umas joelheiras, magníficas para quando andar a jardinar, tudo garantido por vinte anos.

– Não quero, não preciso. Entrou por aqui dentro a pretexto de me salvar a alma, é uma desonestidade. O que o senhor quer é vender-me seja o que for!

O vendedor dobra os ombros. Dobrado mas não vencido.

– Tem razão, mas o meu patrão já me disse que era preciso vender fosse o que fosse. Entrar aqui de bíblia nas unhas é uma desonestidade, confesso. Mas a divisa da minha firma, a Capital and Interest, PCL, é apenas: nas vendas, quem for suspeito de honestidade é posto na rua.

– Não preciso de joelheiras. Não faço jardinagem. Não preciso de nada!

– Isso é impossível – protesta o vendedor.

E, sem mais convite, entra na sala onde Sacatrapo tentava sintonizar o novo canal 5. Logo que o topa, diz a Sacatrapo:

– E o senhor a garantir que não precisa de nada! Sintonizo-lhe já o Canal 3 do qual tenho carta de especialista. São apenas vinte libras.

– Você endoideceu. Que percebe você de televisões? Ora mostre-me essa carta de especialista. Também quero ver.

– Não pode ver porque não ando com ela. E digo-lhe mais. O senhor paga as vinte libras e eu ofereço-lhe em nome da Granada Television um frasco de perfume francês Chanel 5. Uma ideia magnífica do novo Canal 5. Uma verdadeira ponte entre a Inglaterra e a França.

Sacatrapo, ao ouvir isto, decide matar o vendedor. Pegar no corpo e lançá-lo ao rio. Um cadáver a boiar, bem lavado. Crime? Qual crime! Não se viverá na Sociedade do Vale Tudo?

Vai à cozinha buscar a faca do pão. Com ela no punho aproxima-se daquele homem que sabe de todos os ofícios. Olha-o de costas. Arrepende-se. Quase chora:

– Sou um homem honesto – lamenta-se. – Mas tenho de sê-lo. Nem que perca todos os empregos!

O vendedor encontra-se debruçado sobre o televisor. Mexe-lhe. Dá-lhe murros. A imagem piora a cada segundo.

– Não se consegue – suspirou. – E logo hoje que poderia ver o programa do Padre Charles Kelley sobre a Salvação da Alma. O seu receptor não vale nada, é uma sucata. Vendo-lhe um da marca Butt, completamente novo, por oitenta libras.

– Recuso! Vá-se embora, seu malandro. Eu sou um homem honesto. Nem sequer sou suspeito de desonestidade.

– Ai é honesto? Aposto a quinhentas libras como está desempregado.

Sacatrapo perde a cabeça. Vai mesmo matar o vendedor. Corre para a faca. Quando se vira já o homem das bíblias deixou a sala, abriu a porta e desatou a fugir, mala ainda aberta a despejar duas bíblias e um frasco de Chanel 5. Não hesita. Pega nele. Quer inebriar-se do famoso perfume francês. De graça. Sem nada pagar. Uma desonestidade. Desaperta a tampa. Enche as mãos do maravilhoso líquido, esfrega a cara e dá um grito. É apenas álcool a 90% para a desinfecção das feridas do corpo e da alma.

– Ah, ladrão! – estertora.





## EM FOCO



# Educação sexual nas escolas

## Para quando? E como?

■ Manuela Silva

**A** educação sexual nas escolas tem sido uma das temáticas de mais difícil abordagem, apesar de toda a gente a considerar muito importante, mas, com o argumento de que é difícil a sua integração nos currículos escolares, de que os modelos adoptados noutros países já foram abandonados por falta de eficácia, que, se calhar o melhor seria fazer a integração transversal da temática nas várias componentes curriculares, etc., etc., etc., vai-se passando o tempo e adiando soluções.

No entanto, vivemos no país da Europa que possui a taxa mais elevada de mães adolescentes, o flagelo da sida está a atingir proporções aterradoras (conforme dados divulgados no recente Congresso sobre a sida), o aborto clandestino tem a dimensão que todos conhecem, embora haja quem faça de conta (a começar pelo Primeiro-Ministro de Portugal), não existe uma cobertura nacional adequada de centros de planeamento e aconselhamento sexual para jovens.

Por outro lado, continuam a existir tabus em assumir e discutir a sexualidade como uma função natural e essencial da vida. E mais, até a sexualidade e o amor são reduzidos a produtos susceptíveis de venda em hasta pública, com objectivos, claramente mercantilista. Vejam-se a propósito, os *we need is love's*, e outros que tais, que as televisões nos vão impingindo, e, alegre e ternamente, vamos consumindo. Quem diria que, quase três décadas depois, ir-se-ia praticar semelhante malfetoria àqueles jovens idealistas, Beatles de seu nome, que encheram de alegria e esperança tantos jovens da minha geração!

Mas vamos lá então reiniciar este debate. Chamemos-lhe, por exemplo, «Educação sexual nas escolas. Para quando? E como?».

Clarificando, desde já, posições, começo por assumir a minha total identificação com os conceitos e valores, contidos na definição que a Organização Mundial de Saúde faz da sexualidade humana, ou seja: «A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.»

Se assim é, e estou em crer que sim, a sexualidade, e a forma como ela é vivida ao longo da vida, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, interferindo nas manifestações psicológicas do indivíduo, a nível cognitivo, afectivo e volitivo.

### A escola não pode alhear-se

Nesse sentido, a escola, que verdadeiramente queira formar homens e mulheres saudáveis, física, psicológica e socialmente, não pode alhear-se mais da educação sexual, e a sociedade não

pode deixar de complementar essa educação, intervindo, nomeadamente, no campo da saúde, criando as infra-estruturas de planeamento e aconselhamento sexual para jovens.

No fundo, trata-se de encontrar as formas mais ajustadas de pôr em prática, com 13 anos de atraso, uma Lei da Assembleia da República, a Lei 3/84.

E que atraso o nosso, mesmo se a lei fosse devidamente regulamentada e

posta em prática há 13 anos! Isto porque é após a Segunda Guerra Mundial que surgem, na Europa, fortíssimos movimentos de opinião, que defendem a educação sexual nas escolas, realçando a sua importância no desenvolvimento psicológico e somático dos indivíduos. E é esta movimentação que leva a que, durante os anos 50, o direito ao planeamento familiar seja incluído nos direitos humanos universais. Esta grande conquista da Humanidade conduz à integração, na maioria dos países europeus, da educação sexual nos currículos escolares, ao mesmo tempo que os estados asseguram o planeamento familiar.

Por essa época, estávamos e estivemos nós naquela paz podre do fascismo em que os meninos e as meninas estudavam em escolas separadas, as meninas eram educadas para casar virgens e ser boas donas de casa e os meninos, na altura própria, eram levados pelos paizinhos, pelos tios, ou irmãos mais velhos, às casas de prostituição, para aprenderem a ser homens (!). Coitados, alguns saíam de lá com traumas profundos para toda a vida. Bom, mas sobre isto nem vale a pena tecer mais comentários.

Depois, os anos sessenta e setenta também passaram por cá. Aquela «juventude rasca» de então foi subvertendo alguns valores tradicionais, como irreverência e, por vezes, muita provocação. Mas o ideário oficial continuava inabalavelmente a enformar os currículos das escolas portuguesas, lembro-me mesmo de um colega meu, professor, ter sido expulso da escola por, ingenuamente, ter dado uma aula em que abordou a temática da sexualidade, procurando dar resposta a uma questão qualquer que um aluno lhe pusera.

Pois é, mas agora, que vivemos em democracia e temos uma lei que o exige, em matéria de educação sexual continuamos quase a zero. E digo quase, porque sei existirem algumas experiências, em algumas escolas, que, no âmbito da área escola ou das disciplinas de ciências e biologia, tratam questões relativas à educação sexual.

Contudo, esta é uma questão muito séria, que exige e merece a reflexão de professores, de técnicos de saúde, de jovens, de encarregados de educação e medidas concretas por parte do Estado, aliás de uma forma que entendo ter de ser multidisciplinar, o que significa que vários ministérios se debruçam sobre o assunto e acertem estratégias. Ou seja, esta é uma questão que não pode compadecer-se com amadorismos, ou acções bem intencionadas, mas casuísticas.

### A Lei é clara...

Comecemos então por recordar alguns aspectos da Lei 3/84, que, no seu artº 2º, consagra:

«1. O dever fundamental de proteger a família e o desempenho da incumbência de cooperar com os pais na educação dos filhos cometem ao Estado a garantia da educação sexual dos jovens através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social.

2. Os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre mulher e homem.

3. Será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, por forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da educação sexual, em particular no que diz respeito aos jovens.

4. Serão criadas também condições adequadas ao apoio aos pais no que diz respeito à educação sexual dos seus filhos.»

A Lei é clara. Traça as linhas essenciais de intervenção, a nível da formação inicial e contínua dos professores, da inclusão de uma ou várias componentes curriculares que tratem a sexualidade, de uma educação orientada para a igualdade entre sexos, do apoio à família, da interacção com as estruturas de saúde locais, do envolvimento da comunicação social, como meio complementar na educação sexual dos jovens.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, aponta a educação sexual como temática a incluir na organização curricular, em todos os ciclos e de forma adequada. Em 1989, o Decreto-Lei que define a organização curricular cria a área de Formação Pessoal e Social, concretizada numa nova disciplina de «desenvolvimento pessoal e social», onde poderia ser tratada a sexualidade, com apenas 1 h semanal, ainda assim alternativa a «moral e religião» e dependente da existência, nos estabelecimentos de ensino, de pessoal docente com formação específica nesta área. Tantos «ses» e tantos «mas» inviabilizaram, na prática, a existência de tal disciplina.

A nível da formação de professores, dado que cada estabelecimento de ensino superior possui uma grande margem de autonomia para determinar os planos de estudo dos futuros docentes, estas temáticas são ou não incluídas, conforme a sensibilidade ou interesse de quem os constrói.

Qual é, pois, a solução, ou soluções?

Antes de mais, é preciso debater os problemas, com frontalidade, envolvendo especialistas, professores, jovens, encarregados de educação, exigindo disponibilidade e vontade política do governo para lhes dar resposta. Depois há que criar meios, mobilizar recursos e introduzir as reformas curriculares necessárias ao cumprimento da Lei 3/84, cujos princípios e objectivos continuam actuais.



# O LEITOR

## Entre Abril e Maio

Mais uma vez com atraso, aqui vão alguns excertos da correspondência que os nossos leitores nos têm enviado e que a falta de espaço só agora nos deixa referir. Começamos por algumas reflexões que João Carlos Pereira, militante no Seixal, faz:

(...) Estou entre Abril e Maio, e quero celebrar a primavera que não foi. Celebrar as coisas por haver. Exorcizar o que é.

Amor e ódio assumidos, claros, puros. A verdade e a mentira confundidas, disfarçadas, meio ditas. Uma coisa a que se chama fome; e outra coisa a que se chama economia. Uma coisa a que se chama guerra, bala, mina; e outra coisa a que se chama civilização ocidental. Todos os dias nos explicam tudo. E todo o bem é obra de quem manda, e todo o mal é obra do destino, de leis incontornáveis que ninguém subscreveu. Depois, há a passagem de modelos.

Amor e ódio, decisivos, firmes, viscerais. A manhã vazia do emprego que não há. O pão inexistente, a renda por pagar, o despejo, a vertigem da ponte ou da linha férrea. Talvez a prostituição, o roubo. É verdade! A droga. O tiro. Em si ou no outro. E a Quinta da Marinha, o lucro, o ágio, o rácio e o dividendo. Depois, é claro, o "Big Show Sic" e a "Cadeira do Poder". (...)

## Túnel para quê?

O nosso leitor Acácio Silva escreve-nos uma longa carta criticando as opções da Câmara Municipal de Lisboa e do Governo em matéria de intervenção na Baixa da cidade, nomeadamente o túnel rodoviário na Praça do Comércio:

(...) As pessoas que, em transportes, circulam hoje na Praça do Comércio só merecem o subsolo? Não será suficiente atribuir o espaço da placa central e das arcadas aos diletantes e ociosos? É necessário dar-lhes todo o espaço? Ainda que em prejuízo dos muitos milhares de pessoas que, por necessidade, lá circulam? Será correcto criar uma barreira, quebrando ligações entre transportes, sacrificando diariamente muitas pessoas, para beneficiar alguns diletantes e ociosos?

(...) O túnel rodoviário da Praça do Comércio irá resolver apenas parcialmente os problemas que o corte à circulação automóvel vai originar. A verba desta obra, mais de 20 milhões de contos, beneficiaria muitas pessoas caso fosse empregue noutros projectos, nomeadamente no corredor ferroviário de Loures, no metropolitano da margem sul, na extensão da rede do metropolitano, na CRIL, ou até na remoção de numerosos obstáculos aos peões nas ruas da cidade. (...)

## Papas e bolos

«Com papas e bolos, que é como quem diz com promessas eleitorais, se enganam os tolos.» Assim começa a Carta Aberta ao Primeiro-Ministro que o nosso leitor João A. C. Nobre, do Barreiro, nos enviou, e na qual sublinha o facto de, no tempo de Cavaco, ter sempre recebido, «no mínimo uma resposta» às três dezenas de missivas que então enviou ao Governo PSD. O actual executivo nem sequer responde. Mas este nosso leitor insiste:

(...) Por que razão os governantes deste País, desde Janeiro de 1993, têm desprezado os Aduaneiros (ex-empregados em Despachantes Oficiais)? Em 5 de Fevereiro saiu o Dec.-Lei 25/93, que se limitou a pagar as indemnizações correspondentes à última entidade patronal. O Sr. Provedor de Justiça aconselhou o Estado a pagar a diferença dos anos não pagos, o que o Governo anterior não acatou. Teve o que mereceu, ou seja, foi substituído pelo PS no Governo. No dia 8/9/95, o Sr. Eng. António Guterres, ao Forum TSF, reconheceu que "o problema foi um dos mal resolvidos pelo PSD", tinha havido "falta de humanidade, sentido de responsabilidades", e que eram "justas as indemnizações".

Só que rapidamente se esqueceu das promessas. (...)

## Forum de especialistas

De Lisboa escreve-nos Rudolfo A. Castela Potier, que apresenta ao PCP uma sugestão:

(...) Gostaríamos de ver surgir na estrutura organi-

zativa do PCP (...) um Forum que congregasse especialistas em Ciências Sociais, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências do Ambiente, Ciências da Engenharia, as Novas Tecnologias, para as fomentar, como considerou o Presidente do ISCTE, João Ferreira de Almeida (...), que tivesse como missão em exclusividade apreciar o trabalho pioneiro e de grande repercussão (para inverter pela positiva o panorama diagnosticado na Secção Semana do "Avante!" de 3/4/97 - *Desemprego crescente! Um mundo só para os grandes*) que se está a fazer em Portugal desde 1957, incluindo a Tese de 100 páginas sobre o Aborto, agora só publicada (40 anos depois), do Dr. Álvaro Cunhal. (...)

## Big Brother

Marinus Luyks, trabalhador independente (músico), como tal sujeito aos «altos e baixos» do seu trabalho «liberal», e que foi à repartição respectiva pagar a sua contribuição à Segurança Social, seguindo o preceituado que indica «Paga-se mensalmente até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições respeitam», conta que, em 11 de Abril, foi pagar os 3 primeiros meses do ano. A funcionária apontou-lhe: «Vai levar juros de mora!». De cinco meses!

(...) Com cortesia, tento assinalar o aspecto ilógico nos cálculos. (...) A tesoureira não está para grandes explicações e remata a conversa com firmeza: «Isto agora é assim!»

Duas possibilidades: esperteza legislativa do Governo ou um capricho da tesoureira. Quero insistir, mas a bicha já começa a rosnar, nítido sinal de impaciência. Está bem, vou pagar mas, pensando melhor, não pago o mês de Março. (...) A sair do prédio, sinto nas costas o sorriso do Sr. Eng. Big Brother.

## Uma boa-escolha na Covilhã

Natural de Tortosendo e a residir actualmente em Lisboa, o nosso leitor Ramiro Antunes Raimundo escreve:

Fiquei contente em saber que a aposta da CDU para a Câmara Municipal da Covilhã é o camarada Reis Silva (actualmente Presidente da Junta de Freguesia do Paul). Ao ler o "Jornal do Fundão", do qual sou assinante, ao referir-se à escolha dizia-se na notícia que foi surpresa. Só quem não conhece as pessoas é que fica admirado. Reis Silva é um quadro do Partido que sabe escutar, discutir e resolver os problemas. Só veio confirmar que na CDU não são as caras que contam, mas o seu todo. Eu devo dizer que fiquei contente em ver que se fez boa escolha. A Covilhã e o concelho só têm a ganhar em colocar à frente da Câmara um presidente que saiba escutar os anseios das populações e resolvê-los, e não, como até aqui tem sido hábito - o PS desculpa-se com os erros do PSD; o PSD desculpa-se com o PS. Reis Silva é uma boa aposta. (...)

## Vexame? Olhe que não...

António Costa Moreira recorda a expressão usada por Almeida Santos para classificar o protesto que se elevou entre os trabalhadores presentes nas galerias da Assembleia da República, em 15 de Maio. E interroga:

(...) Não será vexatório (e condenável) prometer e não cumprir, dizer e desdizer? Não será vexatório (e condenável) não ter em conta o parecer do Sr. Provedor de Justiça? Não será vexatório (e condenável) um governo socialista propugnar, preferencialmente, pelos interesses do grande poder económico? Não será vexatório (e condenável) o estado corrupto que impera em várias áreas e sectores da sociedade portuguesa?

(...) Ou será que o Sr. Presidente da AR alimenta uma indisfarçável vontade de fechar, de vez, as galerias do parlamento ao povo, povo que elege os que ali se sentam e têm, teoricamente, o dever de o representar e defender?

Vexame, senhor Presidente? Olhe que não. (...)

# A cidade rev e a saga

Não encontro uma definição satisfatória para as cidades, raras, onde o contacto com a população e o movimento da vida nos transportam para uma atmosfera revolucionária. Sentir é sempre mais fácil do que transmitir. Em Moa, por exemplo, a cidade do níquel, no extremo nordeste da Província de Holguin, em Cuba.

Moa é uma cidade de 60 000 habitantes cuja população tem por pólo o núcleo operário dos trabalhadores do níquel.

Quando a visito, vêm-me sempre à memória - não obstante tudo ali ser profundamente cubano - velhas leituras de juventude sobre o comportamento do proletariado russo durante a Revolução de Outubro.

Muito do que de melhor identifique nas actuais gerações da Ilha parece-me reunido naquela cidade praticamente desconhecida na Europa. De Moa, não saíram balseiros. Em Moa a delinquência e a ociosidade não encontram ambiente para se desenvolverem e a prostituição é mínima.

Sinto que aquele município reflecte como poucos a imagem do humanismo cubano. O diferente, em Moa, não é muito perceptível. Mas na comunidade, pela especificidade do meio, desenvolveram-se em grau elevado as melhores potencialidades da condição humana enquanto se reduzem os defeitos e vícios a ela inerentes.

Não idealizo. Expresso o que ali voltei a sentir ao visitar a cidade. Na capital do níquel, o relacionamento entre as pessoas não parece obedecer às regras habituais. As barreiras da incomunicabilidade caem mais facilmente.

\*  
\* \*

Voltei a percorrer quase os mesmos itinerários da primeira visita. Encontrei nos dirigentes e nos operários a mesma alegria tranquila, a mesma confiança, a satisfação pela cubania (um sinónimo intraduzível de identidade nacional) que transmitem a força interior que leva este povo a perseguir a utopia com a tenacidade posta na construção das catedrais góticas pelos grandes arquitectos da Idade Média.

Moa estabeleceu este ano novos recordes. Das suas usinas saiu mais concentrado de níquel do que nos melhores anos anteriores ao período especial. A produção nacional (incluindo a da usina de Nicaro) atingiu 56 mil toneladas, mais oito mil do que no ano anterior; admite-se que em 1997 exceda as 65 000.

A ambição (no bom sentido da palavra) não tem ali limites. Dos planos a médio prazo faz parte a construção de uma refinaria da qual o níquel sairia com um grau de pureza de 99,9%, o que permitiria aproveitar integralmente o cobalto e o

chromo que alcançam altos preços no mercado internacional.

Duas são as usinas em funcionamento no município de Moa: a Che Guevara e a Pedro Soto. A primeira funciona integralmente sob direcção cubana. Na segunda, desenvolve-se uma experiência de cooperação com o Canadá em regime de joint-venture. Merece registo o facto de o governo norte-americano, por intermédio do Departamento de Estado, ter exercido insistentes pressões para que a Sherrit canadiana, um gigante do níquel, abandonasse Cuba. Foi ameaçada com a aplicação das sanções previstas na Lei Helms, Burton. Mas a manobra de chantagem falhou (!).

O mau humor de Clinton é tanto maior quanto a usina Pedro Soto não chegou a ser estreada pela empresa norte-americana que a construiu. Foi nacionalizada pela Revolução.

«Tomamos esta fábrica - afirmou então o Che - aos norte-americanos, sendo ela uma das poucas, talvez a única no mundo, da qual não extraíram dividendos.»

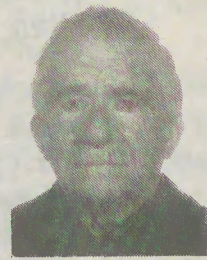
Transcorreram mais de três décadas e meia e esse discurso não perdeu actualidade. Depois de recordar que a Pedro Soto teve de ser encerrada logo após a saída dos técnicos norte-americanos, o Che recordou então que os operários de Moa criaram condições para a sua reabertura com a ajuda de técnicos dos países socialistas. Nessa intervenção - reproduzida na íntegra pelo semanário *Ahora*, de Holguin, na edição de fim do ano - o Che, que na época era ministro da Indústria, disse, dirigindo-se aos trabalhadores: «É uma fábrica extremamente complexa, que não tinha ainda resolvidos todos os seus problemas de funcionamento. Entretanto, esta usina foi avançando cada vez mais e já cumpriu as suas metas de produção ou está prestes a atingi-las, e está lutando no Ministério por ser uma das melhores fábricas do Ministério onde estão a ser analisados todos os seus aspectos. E tudo isso se conseguiu pelo grande espírito revolucionário que existe aqui.» (...)

Era inimaginável para os rancorosos políticos norte-americanos da época (corria o mandato de John Kennedy) que, neste final do milénio, Cuba seria um dos grandes exportadores mundiais de níquel e que, ao lado da Pedro Soto, uma nova e moderna usina tomaria o nome de Che Guevara, o guerrilheiro assassinado pela CIA na Bolívia.



# Revolucionária das brigadas mambisas

■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues



E talvez mais inimaginável ainda que a proporção de engenheiros nessa fábrica – todos cubanos – seja mais elevada do que a existente nos grandes complexos norte-americanos do níquel.

Em Moa, sobem hoje também para o céu as chaminés dos fornos de uma terceira usina. Não tem nome por ora, porque a sua construção foi interrompida após a desagregação da URSS. Enquanto não se decide o futuro do empreendimento, 300 construtores asseguram diariamente as complexas tarefas da manutenção das estruturas da usina

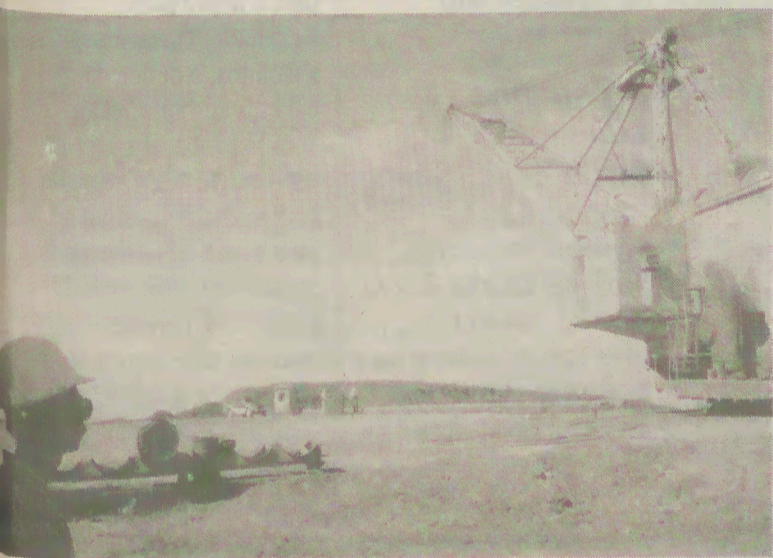
inviabilizado pelo terramoto que varreu o socialismo da Europa.

O lugar chama-se Cajimaya. Ali iria, em iniciativa conjunta, ser instalada uma aciaria concebida para ser a maior da América Latina. A sua missão seria fornecer aço a todos os países socialistas membros da organização.

O empreendimento não foi concluído; ficou pelo caminho.

Um dos edifícios, entretanto, é hoje a sede de uma fábrica de tubos de plástico.

Falei com o colectivo de trabalhadores, 148 homens e mulheres da



Moa – a paisagem mineira. Aqui se extrai o minério para a produção de níquel

(o povo chama-lhe a Camarioca) praticamente concluídas. Sabe-se, contudo, que estão bem encaminhadas as negociações com um poderoso grupo mineiro sul-africano, eventualmente disposto a investir ali os 250 milhões de dólares indispensáveis à arrancada da grande fábrica.

O níquel, que já ocupa o terceiro lugar como fonte de divisas do país daria, então, um grande salto.

\*  
\* \*

Na estrada que liga Moa a Mayari, o viajante é surpreendido de repente por uma visão que rompe a monotonia da suave paisagem tropical. Concentradas numa área limitada, altas estruturas de concreto esboçam os contornos de edifícios inacabados. Aquilo era o núcleo central de um projecto faraónico do CAME (o antigo Comecon) que foi

região. A imaginação cubana soube tirar proveito de uma pequena parcela daquela floresta de cimento. Fabricam ali as mangueiras utilizadas nos bananais onde operam as frentes mambisas da Divisão Calixto Garcia.

«Era um dó de alma ver estes postes descarnados fugindo para o céu sem esperança...» – ouvi de um trabalhador. «E vamos encontrar maneira de aproveitar para outros fins o esqueleto da Siderurgia que não chegou a nascer... Quando voltar aqui outra vez...»

A imaginação cubana não conhece o impossível.

\*  
\* \*

Em Setembro de 1994, ao passar por Holguin, encontrei a população da Província (distante quase 800 quilómetros de Havana) empolgada pela constituição das brigadas da



Esta é a grande fábrica, em Moa, que recebeu o nome de Che Guevara

Divisão mambisa Calixto Garcia<sup>(2)</sup>. Era uma Divisão de gente sem uniforme: 2300 voluntários comprometidos a trabalhar durante dois anos no regime dos contingentes agrícolas, em jornadas mínimas de 10 horas.

Reencontrei agora os homens da Calixto Garcia em múltiplas frentes da sua Divisão<sup>(3)</sup>. Muitos deles renovaram os contratos. São hoje veteranos nas tarefas da agricultura.

Estive com eles no Limoncito, um bananal jovem que cobre 550 hectares. Quando vi aquelas terras pela primeira vez, não havia bananeiras na terra nua e a água da grande barragem ainda não descia para a lezíria vermelha.

No solo, antes coberto de mato, cresceu uma plantação-modelo. Doze Frentes mambisas ocupam-se do bananal, cada uma com uma média de 18 trabalhadores. Postos de regadio asseguram a prodigiosa fertilidade daquele aveludado mundo verde.

Conversei com as moças que controlam as válvulas, permitindo que a água, vinda por gravidade, sem gasto de combustível, entre na plantação. O sistema é o **microjet** e cada bananeira recebe diariamente por mangueira individual ligada aos todos, entre 25 e 30 litros de água, excepto quando a chuva torna desnecessário o regadio.

Mais uma vez me surpreendeu a elevada percentagem de gente com diplomas universitários. No Limoncito, fui encontrar engenheiros mecânicos, geneticistas, agróno-

mos. Alguns já instalados com as famílias em pequenas casas de alvenaria que branquejam na beirada do bananal.

Visitei também o acampamento da Divisão, em pleno campo. Percorri os organopónicos<sup>(4)</sup> onde as diversas frentes tornam realidade a palavra de ordem lançada por Raul Castro – **Si, se puede!** – ao lembrar, numa época de penúria, que o primeiro dever de uma Revolução é dar de comer ao povo.

Em Holguin, o abastecimento de tubérculos e hortaliças passou a ser abundante. A Divisão Mambisa deu uma contribuição decisiva para o êxito alcançado na dura batalha da alimentação.

A produção atingiu um ritmo tão elevado que a Divisão tomou a iniciativa de abrir no edifício da antiga estação ferroviária de Holguin um agromercado próprio, para venda directa à população dos seus excedentes.

Tudo ali era mais barato e de melhor qualidade do que nos mercados agropecuários dos bairros de Havana, onde os vendedores são intermediários.

Encorajada, a Divisão Mambisa já entrou na criação maciça de patos e projecta a instalação de um grande aviário – conversei com especialistas vindos da capital – e vai também iniciar a produção de coelhos.

Numa cidade onde há três anos era difícil comprar uma simples couve, tive agora a oportunidade de contemplar o espectáculo da descarga de camiões dos mambisas. Eram

toneladas de tomates, repolhos, pepinos, pimentos, mandioca, cenouras, rábanos, alfaces, beterrabas, espinafres, malanga, inhames, etc.

Um ex-chefe das Frentes ligadas à produção dirige agora o agromercado. Homem de imaginação, já instalou nos fundos do casarão um café-restaurante onde, em breve, o povo de Holguin terá um *show* com artistas amadores locais e poderá dançar pela noite adiante.

Clinton não foi programado para compreender um povo como o cubano. Quanto mais a engrenagem imperial aperta os mecanismos do bloqueio, maior é o esforço da gente da terra de Martí para, combatendo-lhe os efeitos, superar o grande desafio que fez dela protagonista de uma saga da humanidade.

(1) A Sherrit cedeu ao governo cubano metade das acções de refinaria canadiana de Shaskatchewan em troca de 50% das acções da Pedro Soto.

(2) Mambisas eram os cubanos que combateram o colonialismo espanhol na guerra da independência. Calixto Garcia, natural de Holguin, foi um dos seus generais mais famosos.

(3) O êxito da experiência de Holguin levou outras Províncias a criarem as suas Divisões Mambisas.

(4) Os organopónicos são uma criação cubana. Inspirados em métodos tradicionais da agricultura praticada no Extremo Oriente, consistem em tabuleiros de cimento ou outro material onde a horticultura é praticada em terra artificial, humus fertilizado. A produtividade é elevadíssima. A Divisão Calixto Garcia possui vários, um dos quais com dois hectares. Em todo o país foram criados milhares de organopónicos, sobretudo para auto-abastecimento.



## SIS «ofendido»

É mais um insólito aconteceu: o Serviço de Informações de Segurança (SIS) entregou uma queixa-crime na Procuradoria Geral da República contra os dirigentes da Associação Socio-Profissional da Polícia, (ASPP) José Carreira e António Augusto, acusando-os de «crime de difamação». Segundo o queixoso SIS, José Carreira e António Augusto, respectivamente, presidente e vice-presidente da direcção da ASPP, terão feito comentários públicos sobre a presença de elementos do SIS filmando os presentes durante a manifestação de 21 de Abril passado, frente ao Ministério da Administração Interna. Ora aí está. Se sucessivos Governos nunca souberam explicar cabalmente para que serve este Serviço de Informações, podemos aqui ter uma pista. Servem para se ofenderem... com a polícia.

## O que diz(ia) Blair

A BBC afirmou que o governo trabalhista de Tony Blair se prepara para privatizar o metropolitano de Londres, numa notícia baseada em documentos do próprio ministro dos Transportes, John Prescott, que, em vez de desmentir a afirmação, acusou a BBC de «roubo». Só que o mais caricato não está nesta puerilidade do ministro: o pior é que ainda há poucos meses Tony Blair e os seus trabalhistas prometiam, em plena campanha eleitoral, melhorar o metropolitano de Londres ao mesmo tempo que zurziam o projecto de privatização que os conservadores defendiam para este fundamental meio de transporte londrino...

## E a bagunça continua...

No PSD, as coisas continuam longe de encarrilar. Ele é a revolta de concelhias contra a Distrital do Porto com acusações cruzadas de

# PONTOS CARDEAIS

«autoritarismo» e «ambições pessoais», ele é o crescente regougar contra o negócio autárquico com o PP, ele é a demissão do secretário-geral Rui Rio e, no meio do turbilhão, vemos Marcelo Rebelo de Sousa a ser de novo empurrado para o seu estilo inicial de conferencista frenético, a dar explicações sobre explicações onde encontra um microfone a jeito, enquanto sobem de volume os suspiros dos saudosos do cavaquismo..

Para arrematar, João Jardim não tira os pés do continente e baralha ainda mais o jogo com afirmações do género «a filosofia do dr. Cavaco tinha transformado o PSD num departamento do Governo» (às vezes a verdade sai da boca dos inocentes).

A filosofia do PSD é que continua sem se perceber qual é - tirando aquela muito simples da «filosofia do tacho», que sempre deu muito dinamismo à agremiação.

## Formas sérias

«Eu espero que as pessoas me interpretem de uma forma séria e não demagógica, mas eu acho que desde Oliveira Salazar que não há um verdadeiro plano estratégico de desenvolvimento do País. Não estou a dizer que o plano dele fosse bom ou mau, mas ele tinha-o. Tinha um objectivo para o País definido.» O que acima se transcreve foi dito pelo líder do PP, Manuel Monteiro, numa entrevista a um semanário. Que Manuel Monteiro não se preocupe com a nossa interpretação: achamos, mesmo, que desta vez o líder do PP disse o que pensava «de uma forma séria e não demagógica».

## A guerra da gasolina

Os revendedores de gasolina estão em

polvorosa: as companhias petrolíferas suas fornecedoras estão a articular uma estratégia no nosso país que lhes passa olímpicamente a perna. Consiste numa operação simples - as petrolíferas fazem contratos directos com grandes empresas, a quem fornecem o combustível a preços muito mais baratos, enquanto vão estreitando as margens de lucro a conceder aos revendedores. Estes protestam, afirmam-se revoltados e já falam em substituir a sua associação, a Anarec, criando outra que melhor defenda os seus interesses. Mas o que é que se espera quando se deixa o capital monopolista à solta?

## A Espanha em força

Segundo o Instituto de Comércio Exterior (ICEX) espanhol, nos últimos cinco anos as exportações de alimentos espanhóis para Portugal aumentou de

69 para 265 milhões de contos, ou seja, quatro vezes mais. Tão impressionante cifra significa, praticamente, a soma da facturação das 10 primeiras empresas portuguesas do sector, ou aproximando-se de 60% das vendas das 25 primeiras. Em 1996, cada português comprou em média cerca de 26 contos de produtos agro-alimentares espanhóis. Entretanto, no mesmo período de cinco anos, o aumento das vendas de alimentos portugueses a Espanha aumentou apenas de 26 para 65 milhões de contos, com a agravante de se partir de valores muito inferiores aos das exportações espanholas para o nosso país. Resultado: em termos absolutos, o défice da balança agro-alimentar com Espanha não pára de crescer. De 43 milhões de contos em 1992 subiu-se para quase 200 milhões de contos em 1996. Entretanto, perante a amistosa indiferença do Governo de António Guterres, Espanha prossegue no alargamento do seu Plano Hidrológico com que tem feito crescer a sua agricultura e com que nos vai tirando a água que nos pertence, de direito...

# PONTOS NATURAIS

Mário Castrinho

## A guitarra de Carlos Paredes

Vem uma névoa, vem  
com uma fita de astros  
nos cabelos.

Vem um beijo prolongado

[no silêncio

para a manhã  
que está a abrir.

Vem o grito que nos convoca  
para a grande assembleia  
dos mistérios.

Vem a promessa  
(esse instinto de mar)

no olhar  
do promontório.

Vêm os passos  
da claridade  
correndo

no escuro  
perguntando por nós.

Vem a mão repousada  
em nossos ombros  
quando o vale escurece.

Vem a onda que diz «eu sou

[apenas

a tua companheira».

Vem o recado  
de longe

montando a nuvem  
da madrugada  
nuvem puxada

a duas mãos.

Vêm as palavras  
vestidas de música  
para chegar mais depressa.

Vêm os homens  
que dizem aos deuses:

«Sigam este caminho  
para serem humanos

para sermos humanos.»





Em  
**SETÚBAL**  
no Edifício  
Arrábida  
• Debate  
com Sérgio  
Ribeiro



**OS EFEITOS DA MOEDA ÚNICA  
NO SECTOR COOPERATIVO**  
Dia 23 às 20h

**Convívio**  
promovido pela célula do CR Seg. Social  
Dia 22

**Reunião em LISBOA  
de naturais do distrito  
de BRAGANÇA**

CT Vitória - dia 27 às 21h30,  
com a participação de  
**José Brinquete e Vítor Martins**  
No final: convívio  
com petiscos do Nordeste Transmontano

**ALMADA**  
Célula da Lisnave -  
Plenário sobre a situa-  
ção na empresa e parti-  
cipação da célula nas  
eleições autárquicas: dia  
19 às 17h, no CT Con-  
celho.  
2ª Assembleia da Célula  
da SFUAP: dia 21 às  
15h, no CT Concelho.  
Cova da Piedade - Ple-  
nário de militantes da  
freguesia sobre a situa-  
ção política e as eleições  
autárquicas: dia 21 às  
15h30, no CT Conce-  
lho.

21 às 15h, no CT da  
Covilhã.

**LISBOA**  
Prazeres - Plenário de  
militantes da freguesia:  
hoje, dia 19, às 21h, no  
CT de Alcântara  
Arroios - Convívio e  
plenário da organiza-  
ção da freguesia no CT  
Vitória, com a partici-  
pação de **Martinho Batis-  
ta**:  
dia 21 a partir das 15h.

**SINTRA**  
São João das Lampas -  
Plenário de militantes  
da freguesia sobre as  
eleições autárquicas,  
com a participação de  
**Jaime da Mata**: quinta-  
feira, dia 19, às 21h30,  
no CT de São João das  
Lampas.

**DEPUTADOS  
DO PCP VISITAM  
O CONCELHO  
DE TAROUCA**  
**Bernardino Soares** e  
**José Calçada** estarão  
nos próximos dias 20 e  
21 em Tarouca, em  
visita de informação  
junto das populações e  
junto de representantes  
de instituições do con-  
celho, participando,  
nomeadamente, num  
debate sobre Ambi-  
ente a realizar sexta-  
feira em **Mondim da  
Beira**

**BARREIRO**  
Assembleia plenária  
da organização da fre-  
guesia do Barreiro sobre  
o trabalho as eleições  
autárquicas, incluindo  
lista de candidatos da  
freguesia, e o trabalho  
eleitoral: dia 21 às 15h,  
no CT Vasco da Gama.

**CANTANHEDE**  
Reunião da Com. Con-  
celhia sobre as eleições  
autárquicas e outras  
tarefas do Partido: dia  
21 às 21h30, no CT do  
PCP

**COVILHÃ**  
Reunião do Conselho  
Regional da OR Cas-  
telo Branco sobre a  
situação política e soci-  
al, com a participação  
de **Sérgio Teixeira**: dia

**CARLOS CARVALHAS  
domingo em Corroios**

O Secretário-geral do PCP assiste no próximo domingo no Pavilhão do Alto do Moinho, em Corroios, à **Aula Aberta** que ali vai decorrer no âmbito do programa "Alfabetização Musical", da responsabilidade da Câmara Municipal do Seixal, com a participação de centenas de jovens executantes.

**EXPOSIÇÃO**

**VENDA  
de  
ARTES**

**PLÁSTICAS**

no **Vitória/Espaço Cultural**  
promovida pelo  
Sector Intelectual  
de Lisboa  
até **26 de Junho**



**ALMADA**  
Lançamento da Juventude CDU  
no concelho de Almada: dia 20 a  
partir das 22h, no Miradouro de  
Almada.  
Jornada de contacto dos eleitos da  
CDU na CM, AM e JF com as popu-  
lações: partida do CT do PCP da  
Freguesia de Almada às 9h.

**AMADORA**  
Plenário de candidatos munici-  
pais: dia 19 às 20h30, no Auditório  
da CM.  
Convívio-sardinhada no Casal  
Popular da Damaia, com a partici-  
pação de **António Filipe** e **José  
Maria Valente**, candidato à presi-  
dência da JF: domingo a partir das  
15h

**BARREIRO**  
Apresentação dos candidatos da  
CDU à Freguesia de Coim: dia 22  
às 17h, no Café Passagem  
Apresentação dos candidatos da  
CDU à Freguesia de Palhais: dia  
21 às 21h, no Grupo recreativo e  
Desportivo de Palhais

**CANTANHEDE**  
Reunião concelhia da CDU sobre  
as eleições autárquicas: dia 20 às  
21h30, na casa do cam. Arnaldo Car-  
valho.

**CASCAIS**  
Encontro CDU do concelho de  
Cascais, com a participação de **José  
Casanova**: dia 22 às 15h no Hotel  
Baía.

**COIMBRA**  
Jantar-convívio da Juventude  
CDU: dia 19 às 20h, no Rest. a "A  
Cozinha" (R. das Azeitiras)

**GUIMARÃES**  
VI Encontro da CDU, preparatório  
das eleições autárquicas: dia 28 às  
15h, no Salão da Junta de Freguesia  
de Serzedelo

**LISBOA**  
Apresentação dos candidatos do  
PCP da freguesia de Santa Engrá-  
cia nas listas **Mais Lisboa**: dia 20 às  
21h30, na colectividade Gers, com a  
participação de **Euclides Pereira**.  
Almoço-convívio, com apresentação  
dos candidatos do PCP da freguesia  
de Olivais nas listas **Mais Lisboa**:  
dia 21, no Restaurante "O Padeiro",  
com a participação de **José Tavares**.  
Almoço-convívio, com apresentação  
dos candidatos do PCP da freguesia  
de Prazeres nas listas **Mais Lisboa**:  
dia 21, às 13h, na colectividade  
"Cova da Moura, com a participação  
de **Jorge Cordeiro**.

**LOURES**  
Apresentação da lista CDU à fre-  
guesia de Bobadela: dia 20 às  
21h30, no Clube Bobadense, com  
**Francisco Pereira**.

**LISBOA**

Apresentação dos Candidatos Jovens do PCP  
nas listas "Mais Lisboa"

Animação cultural  
- Intervenção política de **António Abreu**  
Terraço do CT Vitória - dia 20 a partir das 21h30

**PÓVOA DE SANTA IRIA**  
FESTA CDU  
na Quinta Municipal da Piedade:

14h30 - Animação musical; 16h - Apresentação pública dos candidatos  
municipais e a presidentes de JFs no concelho de Vila Franca de Xira, com  
intervenção de **Octávio Teixeira**; 17h - Espectáculo com **Manuel Freire**

**LISBOA**

A reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa  
Sábado, 21 - CT Vitória, 14h - Balanço de 4 anos de intervenção  
Visita ao Castelo, Alfama, Bairro Alto, Madragoa, Vila Maia, Lumiar  
com a participação de **Luis Fernandes** e do vereador **Vitor Costa**.  
Convívio no Arraial da Voz do Operário, no final

**AGENDA**

**VISEU**

Encontro Distrital  
da CDU

com a participação de  
**Luis Sá**

dia 22 às 15h no salão  
da Assembleia Municipal  
(Solar dos Peixotos)

Apresentação da lista CDU à fre-  
guesia de Moscaide: dia 20 às  
21h30, na Casa da Cultura, com  
**José Casanova** e **Manuel Veiga**.  
Apresentação da lista CDU à fre-  
guesia de Apelação: dia 21 às 21h,  
no Pátio do CT do PCP, com **José  
Manuel Abrantes**.  
Apresentação da lista CDU à fre-  
guesia de Caneças: dia 21 às 17h,  
no Mercado Velho.  
Sessão com Reformados: dia 20, às  
15h, com a participação de **Gilber-  
to Lindim Ramos**, da ID.  
Debate na Pontinha sobre questô-  
es sociais: dia 23 às 15h, na Esc. do  
bairro Mário Madeira.

**MARCO DE CANAVEZES**  
Colóquio promovido pela CDU:  
"Drogas - Mitos e Realidades",  
com a participação dos médicos  
**Jorge Marques**, **Zélia Teixeira  
Duarte** e **Soledade Coutinho  
Varela** e de **Carlos Gonçalves**, do  
Grupo de Trabalho do PCP para as  
Questões da Toxicoddependência.  
No Auditório Municipal, dia 22 às  
16h.

**MATOSINHOS**  
Perafita - Reunião de apoiantes  
da CDU da freguesia: dia 21 às  
17h, em casa do cam. Domingos  
Costa.  
Lavra - Reunião de apoiantes da  
CDU da freguesia: dia 22 às  
10h30, na Assoc. de Trabalho  
Social e Voluntário de Lavra na  
Praia de Angeiras.

**OEIRAS**  
Apresentação do candidato da CDU  
à Junta de Freguesia de Queijas,  
**Orlando Sérgio da Costa Mar-  
ques**, com a presença de **Arnaldo  
Pereira**, candidato à Presidência da  
CM: dia 21 às 17h, no CT do PCP  
de Queijas.

**PÓVOA DE SANTA IRIA**  
Encontro da CDU com Jovens da  
Freguesia: dia 20, às 18h, no salão  
da Biblioteca da JF

**SESIMBRA**  
Debates sob o tema **Sesimbra, sem-  
pre melhor!**: "Castelo, Ambiente e  
Desenvolvimento" (Freguesia do  
Castelo, dia 21) e "Quinta do  
Conde, que soluções?" (Quinta do  
Conde, dia 28).

**SINTRA**  
Apresentação de candidatos da  
CDU no concelho de Sintra no  
Salão Paroquial de Monte Abraão  
(Queluz Ocidental), com a presen-  
ça de **Luis Sá** e **Lino Paulo**: dia 20 às  
21h30.

**SOURE**  
Reunião concelhia da CDU sobre  
as eleições autárquicas: dia 19 às  
21h30, no CT do PCP.

**VI Assembleia da Organização Regional  
de Portalegre**

Sábado, 21, das 10 às 16h30  
no Auditório do Instituto do Emprego e Formação Profissional  
Participação do Secretário-geral do PCP,  
**Carlos Carvalhas**,  
que intervirá na sessão de encerramento

**LISBOA**

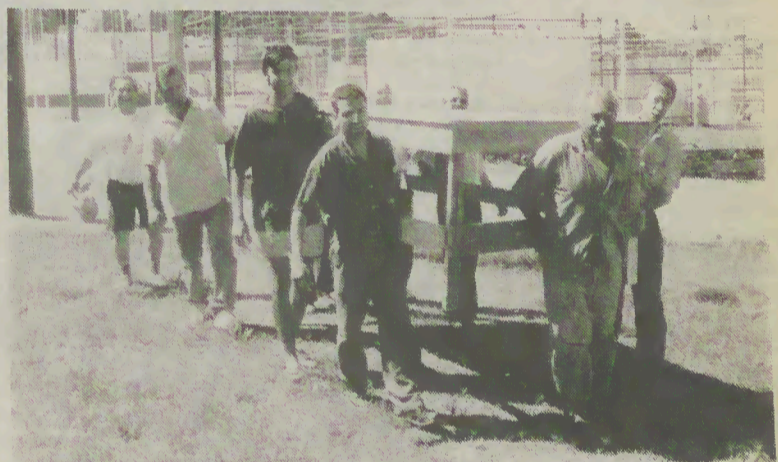
Apresentação dos candidatos do PCP  
à CM, AM e Juntas de Freguesia  
nas listas da Coligação **MAIS LISBOA**  
Convívio

Terraço do CT Vitória  
Sexta-feira, 20, a partir das 18h30, com a participação de  
**Carlos Carvalhas**

**Passeio no Tejo  
de Mulheres CDU**

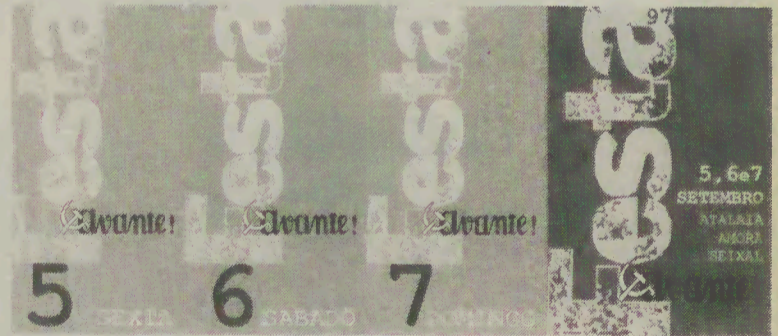
com a participação de eleitas e candidatas da CDU  
de todo o País  
e ainda de **Luis Sá**, da CP do PCP  
Sábado, 22, com partida do Cais da Rocha às 15h

**Jornadas  
de trabalho  
já começaram!**



Na Atalaia, todos os fins-de-semana esperam por ti. É preciso erguer a Festa

**EP, compra já!**



Custa 2.100 escudos e dá entrada durante os três dias da festa.  
Compra já e contribul assim para os custos desta grande iniciativa do  
Partido!

**A Exposição**

**A FESTA  
DO AVANTE!**

e uma Banca  
especial com materiais  
alusivos estão à tua  
espera no

Auditório do CT  
do PCP do SEIXAL  
De 21 a 30 de Junho  
/Festas Populares  
de S. Pedro

De 2ª a 6ª das 21h  
às 23h30. Sáb. e dom.  
também das 15 às 18h



**Associação de Amizade  
Portugal-Cuba**

As melhores viagens **VERÃO 97**

7 noites em Havana; 7 noites em Varadero  
Visita à cidade de Havana - Excursão de um dia a Pinar del Rio  
Visitas de natureza social

Para informações e reservas: Tel. / Fax 385 73 05



## TELEVISÃO



**Kiri Te Kanawa é «A Feiticeira», uma brilhante encenação, com canto e dança, da música de Haendel. Às 2 da madrugada. (!!!) de domingo, na RTP2**

## Quinta, 19

## RTP 1

08.00 Notas para Si  
08.30 Mulher do Sr. Ministro  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 O Passo do Tigre  
(de Norman Tokar, EUA/1963, com Brian Keith, Vera Miles, Pamela Franklin, Sabu. Drama)  
15.25 Alondra  
16.15 Carmen  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 Seleção RTP  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.45 Concurso 1, 2, 3  
23.55 24 Horas  
00.40 Magacine  
00.35 24 Horas  
01.10 No Calor da Noite  
02.00 Motores

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
16.40 86-60-86  
17.05 Euronews  
17.30 Infantil  
18.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.30 Aventuras do Séc. XX  
20.00 Agente Secreto  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Amigos por Acaso  
22.00 Jornal 2  
22.30 Frankenstein  
(de David Wickins, EUA/1993, com Patrick Bergin, John Mills, Randy Quaid, Lambert Wilson, Fiona Gillies. Telefilme / Fantástico)  
00.10 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.30 A Lei de Land  
15.30 Shogun  
16.30 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As Aventuras de Camilo  
21.20 A Indomada  
22.00 Cantigas da Rua  
23.00 Dois Velhos Rabugentos  
(de Donald Petrie, EUA/1993, com Jack Lemon, Walther Matthau, Ann-Margret, Darryl Hannah. Ver Destaque)  
01.00 Último Jornal  
01.10 Escrita em Dia  
02.30 Vibrações

## TVI

11.05 Animação  
12.40 Cassandra  
13.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.30 Éramos Seis  
16.20 O Barco do Amor  
17.10 Esquadrão Classe A  
18.10 Futebol (Copa da América)  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Paixão Maldita  
(de James Lemmo, EUA/1995, com Linda Fiorentino, Daniel Baldwin, Bill Smirnovich, Joe Regalbuto. «Thriller»)  
24.00 Futebol (Copa da América)  
01.45 TVI Jornal  
02.15 Futebol (Copa da América)

## Sábado, 21

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.25 Companhia dos Animais  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Top +  
14.40 Especial Brian Adams  
15.20 Confissões de Adolescentes  
16.15 Jornal Jovem  
16.50 Alta Voltagem  
17.25 2001  
18.15 86-60-86  
18.50 Super Bébés  
19.25 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Há Horas Felizes  
21.50 Meu Querido Avô  
22.25 Os Campeões da Magia  
23.20 Segredos da Escuridão  
00.15 24 Horas  
00.50 Veneno  
(de Todd Haynes, EUA/1990, com Edith Meeks, Scott Rensler, Larry Maxwell, Millie White, James Lyons, Susan Norman. Ver Destaque)  
02.30 O Médico e os Monstros  
(de Jonathan Sanger, Gr.Br./1985, com Timothy Dalton, Jonathan Pryce, Twiggy, Julian Sands. «Thriller» Histórico)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Sem Fronteiras  
12.30 Vida por Vida  
12.40 Prazer de Criar  
13.05 Gente Remota  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.00 Sinais do Tempo  
18.50 Onda Curta  
(Tourada em Madrid, Curta-Metragem)  
19.25 Dinheiro Vivo  
19.55 Foyer - «John Cassavetes»  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
22.55 Kramer Contra Kramer  
(de Roberto Bentos, EUA/1979, com Dustin Hoffman, Meryl Streep, Jane Alexander, Justin Henry. Ver Destaque)  
02.05 Música Maestro - «A Feiticeira»



**Mais uma série de episódios de «O Polvo» a partir de domingo na RTP1**

## SIC

08.30 Buêré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Tostões e Miúdos  
14.20 Hércules  
15.30 A Sentinela  
16.30 Walker  
17.40 Palpações  
(de Ron Underwood, EUA/1990, com Kevin Bacon, Fred Ward, Finn Carter, Michael Gross. Ver Destaque)  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Mundo VIP  
21.20 Salsa e Merengue  
22.20 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
02.00 Laços de Sangue  
(de Giacomo Battiato, It./1986, com Brad Davis, Tony Lo Bianco, Vincent Spano, Maria Conchita Alonso. Ver Destaque)

## TVI

09.30 Animação  
12.00 Novos Ventos  
12.30 Notícias  
12.50 Contas em Dia  
13.25 Contra-Ataque  
15.30 Troféu Carina  
16.30 Competente e Descarada  
17.00 O 3º Calhau a Contar do Sol  
17.30 Estrelas de Hollywood  
18.15 Lanterna Mágica  
19.25 Futebol (Liga Espanhola)  
21.20 Telejornal  
22.00 Futebol (Copa da América)  
23.00 Sem Defesa  
(de Martin Campbell, EUA/1991, com Barbara Hershey, Sam Shepard, Mary Beth Hurt, J. T. Walsh. Ver Destaque)

## Domingo, 22

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.20 Sem Limites  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Made in Portugal  
14.40 O Caminho das Estrelas  
15.40 As Aventuras de Tarzan  
16.25 Confissões de Adolescentes  
17.00 Amores e Rebelia  
18.00 Notícias  
18.15 Miss Fitness  
19.20 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra-Informação (Compacto)  
21.00 Casa de Artistas  
22.15 Filhos do Vento  
23.10 O Polvo VII  
01.00 24 Horas  
01.35 Polícia em Acção

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Quilómetro Zero  
12.05 Jornal d'África  
12.45 Musical - Miriam Makeba  
13.30 Máquinas  
14.00 Desporto 2  
18.00 Lobos da Serra  
(de Jorge Brun do Canto, Port./1942, com António de Sousa, Maria Domingas, António Silva, Manuel Santos Carvalho. Drama)  
19.30 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Ernest Hemingway»  
21.05 Alta Roda  
21.55 Horizontes da Memória  
22.25 Bailado: «Notre Dame de Paris»  
00.35 Vidias do Século: «De Gaulle e a França»

## SIC

08.30 Buêré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.30 A Lei de Land  
15.30 Shogun  
16.30 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Ponto de Encontro  
21.45 A Indomada  
23.20 Viva a Liberdade  
00.50 Último Jornal  
01.15 Conversas Secretas  
02.35 Vibrações

## TVI

09.30 Animação  
11.10 Missa  
12.30 O 8º Dia  
13.00 Notícias  
13.20 Portugal Português  
14.30 É Urgente Salvar o Planeta  
15.30 Ernesto, o Rei do Basket  
(de John Cherry, EUA/1994, com Jim Varney, Kareem Abdul-Jabbar, Jay Brazaeu. Comédia)  
17.20 O Céu Como Horizonte  
18.15 Os Mistérios de Bill Cosby  
19.05 Desafios  
19.25 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Telejornal  
22.00 Notícia Escaldante  
23.00 Futebol (Campeonato Italiano)

## Segunda, 23

## RTP 1

08.00 Notas para Si  
08.30 Mulher do Sr. Ministro  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Atlantis  
(Longa-metragem)  
15.25 Alondra  
16.15 Carmen  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 Seleção RTP  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Nós, os Ricos  
21.50 Filhos do Vento  
22.35 Maria Elisa  
00.25 24 Horas  
00.45 No Calor da Noite  
01.45 Horizontes da Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
16.50 Sem Limites  
17.15 Infantil  
19.00 Universidade Aberta  
19.30 Aventuras do Séc. XX  
20.00 O Agente Secreto  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 Sombras  
(de John Cassavetes, EUA/1960, com Hugh Hurd, Lelia Goldoni, Ben Carruthers, Anthony Ray, Dennis Sallas. Ver Destaque)  
00.15 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.30 As Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.30 A Lei de Land  
15.30 Shogun  
16.30 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Ponto de Encontro  
21.45 A Indomada  
23.20 Viva a Liberdade  
00.50 Último Jornal  
01.15 Conversas Secretas  
02.35 Vibrações

## TVI

11.05 Animação  
12.40 Cassandra  
13.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.30 Éramos Seis  
16.20 O Barco do Amor  
17.10 Esquadrão Classe A  
18.10 Futebol (Copa da América)  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 PSI Factor  
23.00 Futebol (Copa da América)  
01.00 TVI Jornal  
01.30 A Balada de Hill Street

## Terça, 24

## RTP 1

09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Perigo - Reação em Cadeia  
(de Ian Barry, Austrália/1980, com Steve Bisley, Ana-Maria Winchester, Ross Thompson. «Thriller»)  
15.00 Alondra  
16.00 Carmen  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 Seleção RTP  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.55 Isto Só Vídeo  
21.35 Filhos do Vento  
22.25 Herman Enciclopédia  
23.30 Anúncios de Graça  
00.10 24 Horas  
00.45 No Calor da Noite  
01.45 Grandes Nomes

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
16.40 2001  
17.15 Infantil  
19.00 Rotações  
19.30 Aventuras do Séc. XX  
19.55 O Santo  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Crimes Verdadeiros  
22.00 Jornal 2  
22.30 Rostos  
(de John Cassavetes, EUA/1968, com John Marley, Gena Rowlands, Lynn Carlin, Fred Draper, Seymour Cassel. Ver Destaque)  
00.10 Falatório

## SIC

10.10 As Receitas do Dia  
10.30 Buêré  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.30 A Lei de Land  
15.30 No Caminho das Estrelas  
16.30 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 A Indomada  
21.45 Paródia Nacional  
23.15 Esta Semana  
01.05 Último Jornal  
01.30 Primeiros Anos  
02.50 Vibrações

## TVI

11.05 Animação  
12.40 Cassandra  
13.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.30 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.45 Doido por Ti  
18.10 Esquadrão Classe A  
19.10 Adultos à Força  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Triunfo do Coração  
(de Richard Michaels, EUA/1991, com Mario Van Peebles, Lane Varney. Telefilme / Drama)  
24.00 Especial Europa  
01.00 TVI Jornal  
01.45 A Balada de Hill Street

## Quarta, 25

## RTP 1

08.00 Notas para Si  
08.30 Mulher do Sr. Ministro  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Mysty  
(de James B. Clark, EUA/1961, com David Ladd, Arthur O'Connell, Pam Smith, Anne Seymour. Infantil)  
15.25 Alondra  
16.15 Carmen  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 Seleção RTP  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.55 Lele e Zequinha  
21.30 Filhos do Vento  
22.25 Enviado Especial  
23.15 CIA - Nome de Código: Alexa  
(EUA, com Lorenzo Lamas, O. J. Simpson, Kathleen Kinmont. Acção)  
01.00 24 Horas  
01.45 No Calor da Noite

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
16.40 100+  
17.30 Infantil  
19.30 Aventuras do Século XX  
20.00 O Rei do Papel  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.30 A Morte de Um Apostador Chinês  
(de John Cassavetes, EUA/1976, com Ben Gazzara, Timothy Agoglia Carey, Seymour Cassel. Policial)  
00.55 Falatório

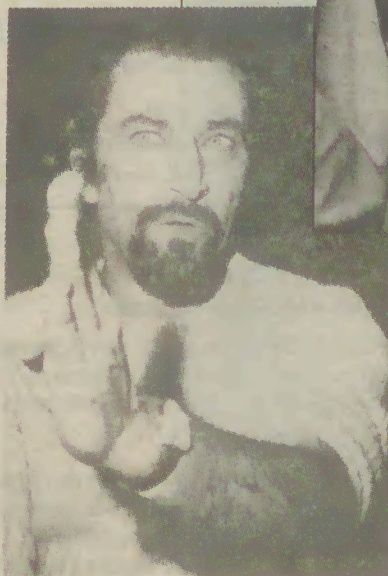
## SIC

10.10 As Receitas do Dia  
10.30 Buêré  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.30 A Lei de Land  
15.30 No Caminho das Estrelas  
16.30 Buêré  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 Telenovela  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 A Indomada  
22.00 Cantigas da Rua  
23.15 Casos de Polícia  
00.25 Último Jornal  
00.50 A Noite da Má-Língua  
02.10 Vibrações

## TVI

11.05 Animação  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.35 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.45 Doido por Ti  
18.10 Esquadrão Classe A  
19.10 Adultos à Força  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Lua de Mel em Las Vegas  
(de Andrew Bergman, EUA/1992, com James Caan, Nicolas Cage, Sarah Jessica Parker. Ver Destaque)  
24.00 TVI Jornal  
00.20 Desporto  
01.35 Futebol (Copa da América)

**Maurice Béjar (coreógrafo de «Norte Dãme de Paris») John Cassavetes e Ernest Hemingway são três dos grandes talentos deste século presentes no fim-de-semana da RTP2**





## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «Kramer contra Kramer», de Roberto Bentos

## Dois Velhos Rabugentos

(Quinta, 23.00, TVI)

Dois amigos no fundo inseparáveis, mas à superfície odiando-se de morte e sempre discutindo ao longo dos anos pelos motivos mais insignificantes, são as personagens principais desta comédia, com excelente desempenho, como não poderia deixar de ser, de dois senhores chamados Jack Lemmon e Walter Matthaw. E as coisas têm tendência a piorar quando chega à vizinhança uma bela viúva, a preceito interpretada por Ann-Margret, que lhes põe a cabeça em água! Depois, há ainda a filha de Lemmon e o filho de Matthaw - enfim, há muitas históricas fragmentadas, algo desgarradas, fazendo concorrência entre si e nenhuma delas bem aproveitada até ao fim. Safam-se, claro, as composições dos dois veteranos actores. Nos tempos que correm, já não é mau!

## Frankenstein Junior

(Sexta, 22.40, RTP2)

Regressando ao castelo dos seus antepassados, o doutor Frankenstein recomeça as suas experiências científicas de mutações e transplantes. Mas o cérebro de que se serve pertence afinal a um anormal, pelo que tudo dá em desastre. É então que Frankenstein faz uma derradeira tentativa: a de transferência de personalidade com o monstro. Desta vez tudo resulta bem...ou melhor: o monstro casa com a namorada do doutor e torna-se um homem de negócios importante, enquanto que o doutor não deixa de fazer valer as portentosas faculdades sexuais da sua criatura. Claro que tudo isto é uma paródia de Mel Brooks aos clássicos da Universal, naquele que é talvez um dos seus melhores filmes, embora a partir de meio deixe de ser marcado, como é costume, por uma certa «brejeirice», nem sempre do melhor recorte.

## Palpitações

(Sábado, 17.30, SIC)

Assim como quem não quer a coisa (embora já não seja inédito, transmitido que foi pela mesma SIC, duas vezes, nos últimos dois anos), surge-nos a meio da tarde esta comédia de terror, gozando com os «filmes de monstros» dos anos 50, bem encenada por Ron Underwood e com cenas de impagável suspense, ao contar-nos a história de uma pequena povoação que é atacada por vermes gigantesco! Se continuar este tempo, é talvez de aproveitar.

## Kramer contra Kramer

(Sábado, 22.55, RTP2)

Alternando em quase todos os canais, todos os anos é sabido: lá vem mais uma transmissão deste «dramalhão» que fez bilheteira por todo o lado e gira à volta da luta de um casal pela posse de um filho, na sequência de um divórcio. Como aqui se tem dito, se quisermos deixar-nos embarcar nalguma demagogia com que o filme está construído, sem dúvida acabamos por ficar subjugados pelos desempenhos de Dusty Hoffman e Meryl Streep, sobretudo o do primeiro que, na companhia do jovem Justin Henry, é protagonista de algumas sequências de antologia, entre as quais a da preparação do primeiro pequeno-almoço que o pai-«solteiro» vai preparar para o seu filho.

## Sem Defesa

(Sábado, 23.50, TVI)

Uma advogada (Barbara Hershey) descobre que um dos seus clientes (que também é seu amante) foi assassinado e procura descobrir o caso. Mas ela é, ao mesmo tempo, aos olhos dos investigadores, uma óbvia suspeita, tanto mais que não possui um alibi credível. É então que surge o verdadeiro assassino, que a persegue e procura ameaçá-la, mas que acaba por ser descoberto e neutralizado por um detective que vem em ajuda da advogada. Um «thriller» policial sem grandes voos mas relativamente bem urdido e com suspense que baste para entreter umas horas. Com Sam Shepard, Mary Beth Hurt e J. T. Walsh.

## Veneno

(Sábado, 00.50, RTP1)

Realizado pelo festejado cineasta de culto, autor de Safe - Todd Haynes - Veneno é um conjunto de três histórias, todas elas tendo a ver com a «transgressão» social mas rodadas em três registos e estilos completamente diferentes: na primeira, estamos perante uma espécie de «documentário» sobre um miúdo de 7 anos que mata o pai a tiro e desaparece; a segunda já é um registo de «paródia» aos filmes série B de ficção científica dos anos 50, com um cientista louco a ingerir um soro que lhe provoca uma terrível transfiguração; na terceira, um ladrão que é homossexual e é preso confronta-se com o ambiente da prisão. O argu-

## Agnes de Deus

(Domingo, 23.00, SIC)

Um recém-nascido é encontrado morto na cela de uma jovem freira, que passa a ser acusada de infanticídio. A doutora Livingstone é encarregada de a avaliar psicologicamente. Confrontada com o universo fechado e místico do convento, aquela acaba por descobrir um subterrâneo que poderá ajudar a explicar o mistério... O destaque aqui fica porque, apesar de tudo, se trata de um filme dirigido por Norman Jewison e no qual participam actrizes como Jane Fonda ou Anne Bancroft, em excelentes papéis. Mas esta adaptação de uma peça teatral feita pelo próprio autor original, John Pielmeier, é demasiado extravagante para que resista a não ser trocada por uma outra qualquer actividade lúdica mais interessante.

## Sombras

(Segunda, 22.40, RTP2)

Aqui tem início mais um ciclo incluído na rubrica «Cinco Filmes, Cinco Noites», cuja ordenação dos filmes, sem que se perceba muito bem porquê - talvez seja uma afirmação de personalidade - quase nunca corresponde àquela que a RTP anuncia nas suas folhas mensais para a imprensa. Este é dedicado a John Cassavetes, não apenas um destacado actor como sobretudo um dos maiores cineastas representantes do movimento do cinema independente norte-americano. Em

Sombras, primeira longa-metragem da sua autoria, Cassavetes debruça-se sobre o quotidiano de três irmãos negros (dois rapazes e uma rapariga) cuja negritude é relativamente diferenciada entre si, o que contribui para a ocorrência de fortes e dramáticos problemas, analisados pelo realizador com grande sensibilidade.

## Rostos

(Terça, 22.40, RTP2)

Retrato da América dos anos 60 e de todas as contradições que abalavam profunda-



Uma cena de «Agnes de Deus», de Norman Jewison



Jack Lemmon e Walter Matthau, numa das suas pequenas «divergências», em «Dois Velhos Rabugentos», de Donald Petrie



Gene Wilder é o principal protagonista de «Frankenstein Junior», de Mel Brooks



Alec Baldwin e Sarah Jessica Parker, em «Lua de Mel em Las Vegas», uma comédia de Andrew Bergman

mento baseia-se sobre histórias de um outro «transgressor» - Jean Genet. As referências não podem ser mais elogiosas. A confirmar.

## Laços de Sangue

(Sábado, 02.00, SIC)

Originalmente realizado para a televisão, com quatro horas de duração, Laços de Sangue passou para a projecção das salas com o tempo normal de hora e meia. O enredo, segundo rezam as referências, não está mal contado e tem a ver com os problemas por que passa um cidadão americano submetido a uma chantagem da Mafia para que «despache» um primo siciliano, encarregado de investigações sobre a organização. Com Brad Davis e... Maria Conchita Alonso.

mente a sociedade americana, Rostos é um estudo sobre as relações, progressivamente caminhando para a desagregação, de um casal. Rodado, como é gosto de Cassavetes, numa película a preto-e-branco e com o «grão» fortemente puxado no laboratório, Rostos foi nomeado para três Oscars no ano da sua produção (1968), circunstância a que não terá sido estranho um certo recuo do realizador face ao «vanguardismo» inicial do seu cinema. E Gena Rowlands começa aqui uma prolongada ligação a Cassavetes, no écran e na vida real.

## Lua de Mel em Las Vegas

(Quarta, 22.00, TVI)

Realizada (e escrita) por Andrew Bergman, esta comédia conta-nos a história hilariante de um jovem que, depois de muitas insistências por parte da sua namorada, decide casar-se com esta. E escolhem Las Vegas para o grande acontecimento! Mas o nosso «herói» é um viciado no jogo e, uma noite, envolve-se num sarilho tão grande que é forçado a «vender» a jovem esposa a um gangster para ultrapassar o pequeno problema de ter perdido ao poker com a sinistra personagem. O que se passa depois é hilariante e vale mais a pena ver que contar.



# O imperdoado Graham Greene

■ Correia da Fonseca

**É** daqueles escritores que exercem, não decerto apenas sobre mim, um peculiar fascínio em consequência de qualquer coisa que é rara mas não o devia ser: são católicos e são de esquerda, ou pelo menos foram de esquerda e intervieram como tal em momentos cruciais da História e dos seus percursos literários.

Assim de repente, olho as prateleiras da estante e lembro outros: Georges Bernanos e os seus cemitérios à luz da Lua, o escocês Bruce Marshall a obstinar-se solidário numa sociedade hipócrita, mesmo Mauriac a denunciar o sangue nas mãos de Franco e mais tarde a bater-se contra a «sale guerre» e pela independência da Argélia (o mesmo Mauriac já Prémio Nobel, que fez crítica de televisão no «L'Express», o que aqui registou de passagem para eventual proveito dos que supõem que a crítica de TV foi uma sinistra invenção do Mário Castrim). Alguns mais, certamente. Mas talvez o caso de Greene tenha sido notável por a sua opção católica e de esquerda ter sido mais sustentada no tempo e na obra, com maior diversidade de temas e de intervenções. O que, como facilmente se adivinharia, conduziu a que contra ele se mobilizassem ódios, detracções, calúnias, como é de regra quando um homem se notabiliza por esta dupla condição que, contudo, em verdade, devia ser a mais normal e geralmente abençoada: ser cristão e ser de esquerda, como aliás indiscutivelmente mandou quem na matéria mais autoridade teve para mandar, e está escrito.

## Um extenso rol de pecados

Assim, compreender-se-á sem dúvida que, mal vi anunciado que a rubrica «Artes e Letras», da RTP 2, iria transmitir um telefilme acerca de Graham Greene, tenha decretado para uso próprio que aquele seria o mais importante momento da TV em toda a semana, mesmo mais importante que o desfile das marchas na Avenida com o insuportável «Zequinha» infiltrado na multidão para maior desvalia do espectáculo popular e renovo da afronta, involuntária embora, à memória do talento de Vasco Santana. Claro que as marchas iriam ter muitos mais telespectadores atentos, mas a verdade é que nem sempre tenho coragem para acatar a regra, ensinada por quem disto sabe, segundo a qual os olhos do crítico devem estar onde estão os olhos do público, por muito que isso lhe custe. Além do mais, sempre pensei que o exemplo de grandes homens, escritores ou não, que tiveram a honradez e a coragem de completar o seu catolicismo com uma opção de esquerda, isto é, de fraternidade consequente, é sempre exemplo a lembrar em terra onde, infelizmente, o catolicismo tem sido mais uma questão de estatística que uma questão de coerência, apesar das muitas excepções a esta triste regra, mais abundante, como é natural, entre os que sofrem a vida ou estão perto dos que a sofrem. Lembrar Graham Greene e lembrar que Greene havia sido lembrado, surgiu-me assim como um bom serviço prestado aos leitores e uma forma de fazer justiça ao mérito da RTP que acolhera o telefilme e o transmitira, por sinal a horas civilizadas, ainda que, já se sabe, no canal não apenas segundo mas também secundário aos olhos de quase todos.

Havia, contudo, um grão de ingenuidade na expectativa que eu formara acerca do telefilme sobre Greene, e ingenuidade tanto mais imperdoável quanto é certa a minha obrigação de saber que a TV britânica não brinca em serviço, e que serviço é, para ela, num caso como o de Graham Greene, reduzir o biografado a cisco, usando embora de um forçoso tom «civilizado» a que o contexto cultural da abordagem obriga. É que Greene fez tudo o que de menos recomendável faz um cidadão britânico segundo a avaliação dos porta-vozes do «establishment» (e é claro que por detrás do «establishment» está a classe dominante que o impôs e que o sustenta). Começou por tornar-se católico em país anglicano e, pior que isso, por tomar o catolicismo a sério. Depois, tomou partido por causas justas mas gravemente impopulares entre a gente fina do «Ocidente», escrevendo livros desagradáveis para com a intervenção norte-americana no Vietnam, para com o poder do Papá Doc, do Haiti, de novo para com os Estados Unidos no Panamá, ridicularizando os sacrossantos serviços secretos britânicos em «O

nosso agente em Havana» e pondo-os em choque noutras obras. Não contente com isto, escreveu sobre o amor sem respeitar os tradicionais preconceitos e sublinhando a coexistência

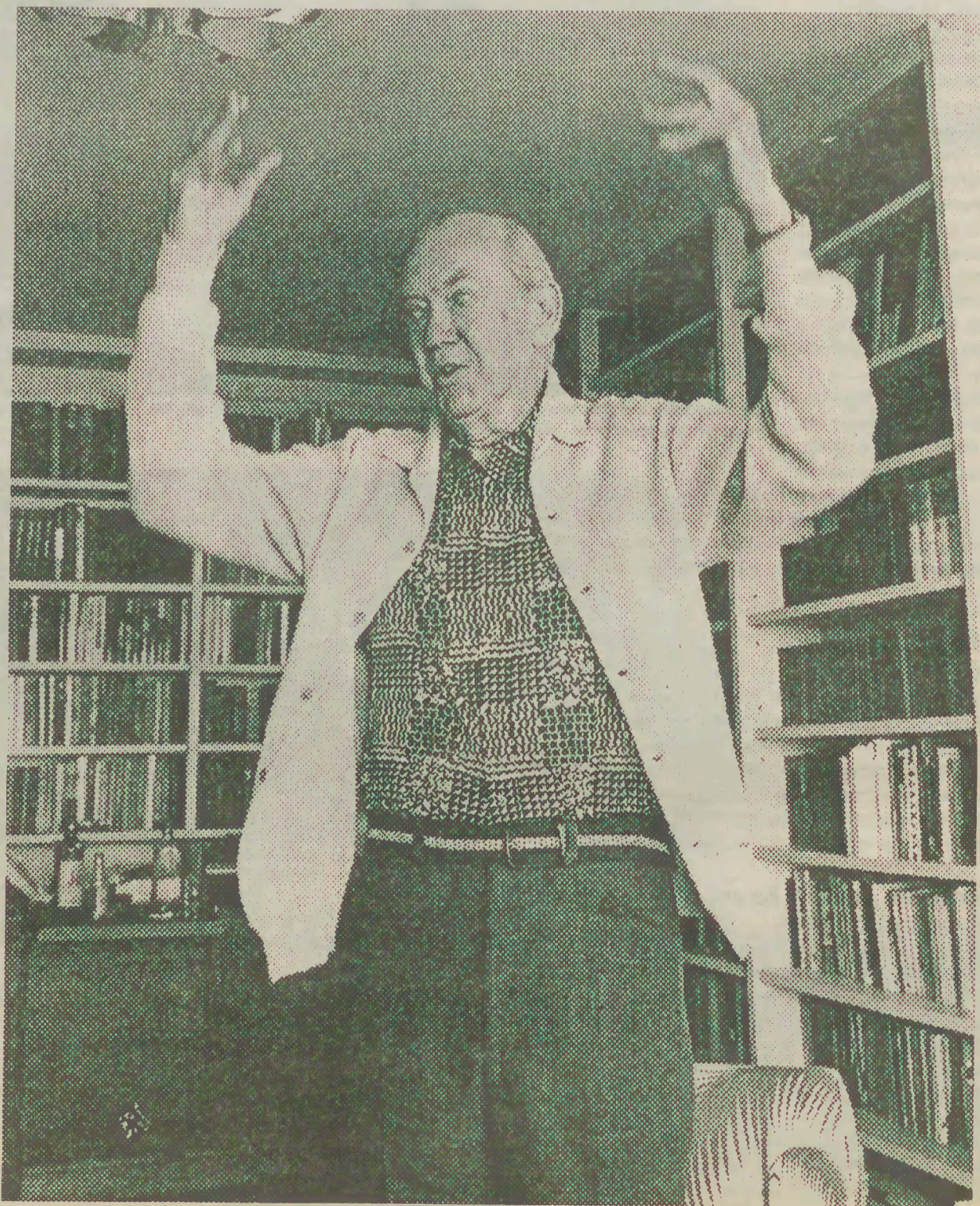
do amor, sob várias formas, com a graça tal como um convicto católico a entendia. Por fim, terminou da pior forma: exibindo uma chocante solidariedade com a União Soviética e uma excessiva compreensão para com homens que em plena guerra fria tinham «escolhido a liberdade» no sentido inverso do louvado, isto é, passando para a URSS. São pecados de mais para um só britânico.

## O ódio em gotículas

Entenda-se: as sucessivas tomadas de posição, ideológicas e/ou políticas, que a obra de Graham Greene acolheu não provam, só por si, o seu mérito como escritor. No que me diz respeito, aconteceu mesmo que o fascínio por Greene me tocou inicialmente através de livros politicamente irrelevantes como «O Fim da Aventura» e «O Nó do Problema», até do inesquecido prefácio que o padre jesuíta Manuel Antunes escreveu para o primeiro destes romances e que muito me impressionou, a mim, que já estava muito longe de andar na catequese. Porém, é claro que o sentido da obra de Greene explica o tom quase chocarreiro com que o telefilme britânico se lhe referiu, e não apenas quando se tratava de bisbilhotar a vida sentimental do escritor ou de tecer considerações patrióticas acerca do apoio de Greene

ao «espião Philby». O documentário adoptou sempre, naturalmente, o espírito do «My country, right or wrong» do imperialismo britânico, mas o pior é que esta divisa passou a ser alargada no seu âmbito a todo o imperialismo ocidental. De onde as frequentes gotas de animosidade, para não dizer que de mal disfarçado ódio, que durante quase todo o tempo o pontuaram.

Chegou a coisa ao ponto de se dizer que «Greene embicou em que deveria haver aproximação entre católicos e comunistas, principalmente na América Latina». Cito a legenda, confiada em que o tradutor terá sido suficientemente fiel para que o rasca «embicou» correspondesse à expressão inglesa original. Ora, a questão é que falar de Greene com responsabilidade e um escrúpulo mínimo exige uma prévia compreensão da convergência profunda, quanto ao fundamental, entre comunistas europeus e católicos coerentes com a essência do Cristianismo, designadamente em tempos de risco de guerra nuclear e de opressões neocoloniais nos outros continentes. Recordo Aragon, não só porque a recordação colhe como porque é sempre bom recordá-lo: «... *Celui qui croyait au ciel / Celui qui ne croyait pas / Tous les deux aimait la belle / Prisonnière des soldats...*». Com Graham Greene, a bola já não era a terra ocupada mas sim a paz e o sentido cristão de justiça para com os outros povos. Não querer entender isto quando dou-tamente se fala de Greene é passar ao lado da honestidade-zinha básica que tem de ser usada nesta como noutras coisas. É apunhalar Greene, com óbvia cobardia, agora, quando ele finalmente satisfaz a confessada curiosidade e foi ver «o que há depois». Enquanto nós continuamos a defrontar o que há «antes»: no caso, a baixa reaccionária mascarada de sabedoria.









## ATALHE DE FOICE

### Em dívida com a direita

Partindo dum facto - a actual dívida de 2,4 mil milhões de contos à Segurança Social por parte dos agentes económicos privados e até públicos - a Comissão de um tal «Livro Branco da Segurança Social» apresta-se para aconselhar o Governo de António Guterres a fazer uma razia nas reformas dos funcionários públicos portugueses. Incumbida pelo Executivo de radiografar a situação da Segurança Social portuguesa através de (mais) este «Livro Branco», a dita Comissão tem, aliás, condições privilegiadas para desempenhar a tarefa com adequação: nenhum dos seus membros está, em qualquer circunstância, minimamente preocupado com a sua própria reforma.

O que nos favorece com outra garantia: a de que é tão flagrante a independência destes senhores comissários face aos interesses em causa, que nenhum deles há-de fazer a mínima ideia do que seja viver com as pensões ou as reformas actualmente praticadas no nosso país, sejam elas de três dezenas ou de três centenas de contos/mês. Tais verbas não costumam passar de trocos, nos honorários destes eminentes estudiosos da Coisa Social, onde pontificam nomes como o de Correia Campos (que preside) ou Medina Carreira.

Pelo que, segundo apurou o Diário de Notícias «junto de fontes ligadas ao processo», o «Livro Branco da Segurança Social» vai ser divulgado na próxima semana e propõe coisas como as que se seguem.

Fixação imediata de um tecto máximo de aposentações para a Função Pública.

Aumento de 36 para 40 anos de serviço necessários para aposentação dos funcionários públicos.

«Progressiva uniformização» do sistema de aposentações destes funcionários, o que, na prática, significará a passagem do actual critério de reforma a 100% igual ao último salário, para 80% da média dos salários angariados com base nos melhores 10 anos de ordenados dos últimos 15 anos de serviço.

Todavia, os funcionários públicos não são os únicos a levar com a saponária deste «Livro Branco».

Na óptica dos comissários, todos os trabalhadores, sejam do sector público ou privado, deverão ver alargado dos actuais 10 para 25 anos o período de tempo sobre o qual é calculada a pensão de reforma, o que, só contando com a inflação ocorrida ao longo desses 25 anos, significaria transformar liminarmente as reformas em esmolas.

Diz o DN que Correia de Campos, «contando com o apoio de Medina Carreira e da maioria da Comissão» pretende igualmente «que o Estado deixe de se responsabilizar pelas pensões na sua totalidade», passando apenas a assegurar uma reforma mínima «pública e universal» que «deverá oscilar entre um e cinco salários mínimos», a que se acrescentará uma «segunda prestação» resultante de um fundo pago pelos trabalhadores através de descontos mensais e a ser capitalizado... (já adivinharam, né?) por seguradoras ou fundos de pensões.

Tudo isto dando por adquirido que há duas «impossibilidades»: a de que o Estado cobre seja o que for dos 2,4 mil milhões de contos em dívida e, pior ainda, que estanque a sangria e impeça o acumular da dívida. E elidindo que esta dívida descomunal corresponde integralmente a mais-valias extorquidas aos trabalhadores por públicos e privados, servindo os primeiros para garantir o roubo dos segundos. No passado, no presente e no futuro.

Verdade seja dita que estes laboriosos raciocínios apresentados pelos doutos comissários não passam de medíocre plágio das propostas que, a par de outras, acabaram por derrubar recentemente os governos do presidente Chirac, dando o poder às promessas do Partido Socialista francês em as contrariar.

A diferença deste «Livro Branco da Segurança Social» engendrado em Portugal está no facto de ter sido encomendado por um Partido Socialista... no poder. O que coloca o Governo de António Guterres em dívida com a direita francesa.

■ HC

## Cimeira de Amesterdão Neoliberalismo a galope

Analisando os resultados da Cimeira Intergovernamental de Amesterdão (CIG), Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC do PCP, divulgou ontem em conferência de Imprensa uma declaração que damos alguns excertos e em que, apesar de não haver ainda um conhecimento total do aprovado, se chama a atenção para alguns aspectos considerados relevantes.

Segundo o documento divulgado, a CIG demonstrou que se está perante «uma profunda mistificação sobre o emprego e o social»; a «continuação do neoliberalismo a galope, com o federalismo à arreata»: e ainda que as «as grandes movimentações sociais obrigaram a pôr na ordem do dia preocupações essenciais dos trabalhadores e dos povos».

«Repetindo pela enésima vez generalidades sobre o emprego e sobre soluções para o desemprego a Cimeira não avançou um milímetro na con-

cretização de efectivas respostas ao flagelo social que atinge 20 milhões de trabalhadores nos países da Comunidade!

«A ficção é a inclusão no Tratado da União Europeia de capítulos sobre o emprego e a política social, sem medidas financeiras que os sustentem.

«A realidade são as promessas de uns dinheiros, que virão dos restos que sobram do aumento do capital social que o Banco Europeu de Investimento (BEI) irá realizar, com vista ao alargamento, e do que sobejar dos respectivos fundos, aquando da extinção da Comu-

nidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 2002.»

### O avanço do federalismo

(...) «Recorda-se que, segundo esse pacto, o «valor de referência» para os défices orçamentais mantém-se em 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas este valor deve ser considerado como um tecto, em circunstâncias normais. As políticas orçamentais nacionais devem criar uma margem de manobra para se adaptarem às perturbações, excepcionais e conjunturais, sempre evitando os défices excessivos. Pelo que, o objectivo orçamental a médio prazo deve ser «próximo do equilíbrio ou excedentário»: efectivamente um orçamento equilibrado para o conjunto do ciclo económico.

«E lembra-se que, por exemplo, um país como Portugal, com a adesão à moeda única, num ano de PIB igual a 15 mil milhões de contos, com um défice orçamental de 4%, pagará uma multa de 45 milhões de contos!» (...)

«Não se tendo verificado os avanços institucionais que os federalistas ferrenhos desejariam, não é de subestimar o desenhar de uma alteração na ponderação dos votos que reforçando o peso da população, reduzem o peso dos Estados e alguma progressão nos 2º e 3º pilares na comunitarização da política externa, de Schengen, reforçando a concepção de uma Europa, potência militar e fortaleza.

«Os federalistas mais avisados sabem bem, entretanto, que, implícito na moeda única e no Pacto de Estabilidade, o federalismo assentou arraiais.» (...)



## Acção de rua em Odivelas

A CDU organizou, na terça-feira, em Odivelas, uma acção de rua destinada a exigir, uma vez mais, uma resposta urgente à velha reivindicação da população, de um metro/eléctrico rápido.

A acção de rua envolveu a instalação simbólica de uns carris, presos nas escadas da passagem aérea, e distribuição de propaganda aos automobilistas.

No panfleto distribuído, a CDU chama a atenção para as promessas do PS, nas últimas eleições autárquicas, de resolução – entretanto sempre adiada – da situação

## Passeio no Tejo de mulheres CDU

A Comissão junto ao Comité Central do Partido Comunista Português para os problemas e movimento das mulheres promove no próximo sábado, dia 21, um passeio no Tejo de mulheres eleitas e candidatas às próximas eleições autárquicas. Uma iniciativa em que participa Luis Sá, da Comissão Política do PCP.

O ponto de encontro é às 14.30 horas, na Rocha de Conde d'Óbidos, de onde partirá, pelas 15 horas, o barco «Albacora», para o circuito Lisboa/Algés/Expo'98, estando o regresso previsto para as 18 horas.

Durante o passeio – aberto a todos os jornalistas que neles queiram participar – será divulgado o número de mulheres que, até ao momento, já integram as listas concorrentes.

De salientar que, das 5 mulheres presidentes de Câmara nos 305 municípios do país, 2 foram eleitas pela CDU, no distrito de Setúbal. Relativamente a vereadoras, regista-se que, eleitas pela CDU, há 6 no Distrito de Évora, 6 em Setúbal e 4 em Beja, além de um número elevado de presidentes de Junta de Freguesia e membros de Assembleias Municipais e de Freguesia.

## CNA em Lisboa denuncia situações graves

Uma delegação nacional de dirigentes associativos da Confederação Nacional da Agricultura - CNA está hoje em Lisboa, para contactos de emergência sobre a alteração à lei do Conselho Económico e Social, CES e sobre a aprovação da lei contra cortes de estrada.

A delegação tentará ser recebida pelos líderes dos vários Grupos Parlamentares, deslocando-se, às 12 horas, à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Em causa estão situações que a CNA considera particularmente graves:

– A possibilidade de o PS vir a votar contra uma alteração à lei do Conselho Económico e Social, CES, que permitiria a entrada da CNA no plenário deste órgão. Um voto que a CNA não aceitará, por o considerar antidemocrático e discriminatório, contrário mesmo a compromissos anteriormente assumidos pelo PS e pelo Primeiro-Ministro;

– A aprovação da lei que impõe punições a eventuais promotores de cortes de estrada, lei que a CNA denuncia como «violenta e muito limitadora dos direitos adquiridos pelos agricultores portugueses após o 25 de Abril».

## Lisboa Festa da Criança

Doze mil crianças dos jardins de infância e das escolas do 1º Ciclo participam, desde ontem, na Festa da Criança, que decorre nestes dois dias no Estádio Universitário de Lisboa, e envolve 39 actividades, distribuídas por 90 locais diferentes.

Além de actividades desportivas, como a escalada, o basquetebol ou a patinagem, o programa inclui actividades como a dança, a construção de instrumentos musicais ou a modelagem em barro e muitos jogos infantis.

A Festa da Criança é uma iniciativa dos pelouros da Educação, Turismo, Ambiente e Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, e regista este ano um novo recorde de participação, com a inscrição de 11.705 crian-

ças, um acréscimo de quase cinquenta por cento em relação ao ano passado. A primeira Festa realizou-se em 1992, envolvendo então 1.347 crianças de 22 escolas.

Destinada a todas as crianças das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos jardins de infância da rede pública, a Festa da Criança culmina o trabalho de Educação Física desenvolvido ao longo do ano lectivo e a intervenção de diversos programas socioeducativos e ambientais promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

